

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE CAMPO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Pablo José Henrique Aio

**ESPAÇO E TURISMO: MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO (MIT) DE
ROSANA/SP**

Campo Grande
2026

Pablo José Henrique Aio

**ESPAÇO E TURISMO: MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO (MIT) DE
ROSANA/SP**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Daiane Alencar da Silva.

Campo Grande

2026

A253e Aio, Pablo José Henrique

 Espaço e turismo: Município de Interesse Turístico (MIT) de Rosana/SP / Pablo José Henrique Aio. – Campo Grande, MS : UEMS, 2026.
 145 p.

 Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2026.
 Orientadora: Profª Drª Daiane Alencar da Silva.

 1. Geografia do turismo — Brasil — Rosana (SP). 2. Turismo — Planejamento 3. Desenvolvimento regional — São Paulo (Estado). 4. Turismo e Estado I. Silva, Daiane Alencar da II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. III. Título.

CDD 23 ed. 918.16104

Pablo José Henrique Aio

**ESPAÇO E TURISMO: MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO (MIT) DE
ROSANA/SP**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em [dia] de [mês] de 2026, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Daiane Alencar da Silva
(Orientadora)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade de Campo Grande/PPGEO

Profa. Dra. Cláudia Heloiza Conte
(Titular interna)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade de Campo Grande/PPGEO

Profa. Dr. Bruno Ferreira Campos
(Titular externo)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Prof. Dr. Rafael Oliveira Fonseca
(Suplente interno)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade de Campo Grande/PPGEO

Prof. Dr. Tiago Satim Karas
(Suplente interno)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade de Jardim

Profa. Dra. Giseli Gomes Dalla Nora
(Suplente externa)

Universidade Federal de Mato Grosso - Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGEO e Programa de Pós-graduação em História - PPGHIS

Campo Grande, 2026.

In memoriam, Lucinéia Siviero Bras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Lucinéia Siviero Brás pela dádiva da vida. À minha irmã, Nathiele Dandara Brás, por todo o apoio concedido. À orientadora Daiane Alencar da Silva, pela confiança. À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), pela acolhida e fomento. Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Especialmente aos membros avaliadores desta banca: Cláudia Heloiza Conte, Rafael Oliveira Fonseca, Bruno Ferreira Campos, Tiago Satim Karas e Giseli Gomes Dalla Nora.

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhado pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado (Milton Santos. *Pensando o espaço do homem*).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de turistificação do espaço geográfico e de criação de atividades turísticas pelos agentes territoriais do turismo no município de Rosana (SP). O município está localizado no extremo sudoeste do estado de São Paulo, entre dois importantes cursos d'água, os rios Paraná e Paranapanema, que exercem influência sobre o uso e a ocupação do solo. A política pública de classificação dos Municípios de Interesse Turístico (MIT) atua na produção e seleção espacial, estando ancorada na descentralização e gestão participativa dos agentes públicos e privados nos processos decisórios sobre o turismo no território. Para a construção do referencial teórico, fez-se levantamento bibliográfico e documental. Para atingir o objetivo de pesquisa proposto, utilizou-se do levantamento das pesquisas de demanda turística, políticas públicas de turismo, empregos formais nas atividades características do turismo e a realização de entrevistas com os agentes territoriais do turismo. A análise combinou abordagens quantitativa e qualitativa. Observou-se que os moradores estão na origem da criação das atividades turísticas e na produção dos territórios turísticos. Os agentes territoriais do turismo mantêm relações desiguais com o espaço construído e os atrativos turísticos são fonte de recursos geradores de renda ou espaços de lazer. Nota-se a ausência de infraestrutura de transporte e a prestação de serviços de transportes urbanos, dificultando o acesso da população aos atrativos turísticos. Rosana encontra-se em uma posição intermediária de importância turística e sua elevação à categoria de Estância Turística dependerá de um melhor aproveitamento do turismo no território, a partir de um planejamento governamental que integre essa atividade aos demais setores da vida social.

Palavras-chave: Organização do espaço; Produção do espaço; Gestão pública do turismo; Geografia do Turismo.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the process of touristification of geographic space and the creation of tourism activities by territorial agents in the municipality of Rosana (Brazil). The municipality is located in the southwestern border of the state of São Paulo, between two major watercourses, the Paraná and Paranapanema rivers, which influence land use and occupation. The public policy for classifying Municipalities of Turistic Interest acts upon the production and selection of space, anchored in decentralization and the participatory management of public and private agents within decision-making processes regarding tourism in the territory. A bibliographic and documentary review was conducted to establish the theoretical framework. In order to achieve the proposed objectives, the study utilized surveys of tourism demand, public policies for tourism, formal employment data in tourism-characteristic activities, and interviews with territorial agents. The analysis combined both the quantitative and qualitative approaches. It was observed that local residents are a core element in the creation of tourism activities and the production of tourist territories. Also, territorial agents maintain unequal relationships with the built environment and tourist attractions serve either as income-generating resources or leisure spaces. The findings highlight a lack of transport infrastructure and urban transport services, which hinders the population's access to tourist attractions. Rosana occupies an intermediate position in touristic importance; its elevation to the category of "Tourist Resort" will depend on a better utilization of tourism within the territory through a form of government planning that integrates this activity with other spheres of social life.

Keywords: Spatial organization; Production of space; Public management of tourism; Geography of Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Mapa de localização do município de Rosana/SP	15
Figura 2 : Distrito de Primavera, município de Rosana/SP	55
Figura 3 : Encontro dos Rios Paraná e Paranapanema e Marco da Divisa entre estados	59
Figura 4 : Rio Paranapanema	60
Figura 5 : Ilha do Pneu	60
Figura 6 : Ilha do Jurerê	61
Figura 7 : Reservas Florestais no Distrito de Primavera	62
Figura 8 : Balneário Municipal de Rosana/SP	62
Figura 9 : Três Rampas	63
Figura 10 : Igreja Católica de Primavera	64
Figura 11 : Memorial da Igreja Católica de Primavera	64
Figura 12 : Igreja Católica de Primavera	65
Figura 13 : Museu Regional	65
Figura 14 : Mirante do Rio Paraná	66
Figura 15 : Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta	66
Figura 16 : Horto Florestal do Distrito de Primavera	67
Figura 17 : Horto Florestal do Distrito de Primavera	68
Figura 18 : Prédio da FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.)	68
Figura 19 : Prédio da FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.)	69
Figura 20 : Distrito de Primavera	70
Figura 21 : Municípios emissores de turistas: Rosana/SP (2017-2019)	75
Figura 22 : Estados emissores de turistas: Rosana/SP (2017-2019)	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 : Principais marcos legais do turismo: Brasil (1998-2021).....	46
Quadro 2 : Atrativos turísticos naturais e culturais de Rosana/SP e Distrito de Primavera	58
Quadro 3 : Opinião Pública sobre o Turismo em Rosana/SP	103
Quadro 4 : Avaliação dos elementos urbanos de Rosana/SP	105
Quadro 5 : Legislações turísticas em Rosana/SP (2017-2025).....	110
Quadro 6 : Empregos formais diretos em Rosana/SP (2020).....	118
Quadro 7 : Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2020).....	118
Quadro 8 : Empregos formais diretos em Rosana/SP (2021).....	120
Quadro 9 : Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2021).....	120
Quadro 10 : Empregos formais diretos em Rosana/SP (2022).....	121
Quadro 11 : Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2022).....	121
Quadro 12 : Empregos formais diretos em Rosana/SP (2023).....	123
Quadro 13 : Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2023).....	123
Quadro 14 : Empregos formais diretos em Rosana/SP (2024).....	124
Quadro 15 : Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2024).....	124
Quadro 16 : Empregos formais diretos em Rosana/SP (2025).....	125
Quadro 17 : Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2025).....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ACT	Atividades Características do Turismo.
ABHO	Associação Brasileira de História Oral
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CESP	Companhia Energética de São Paulo
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FIT	Fórum Internacional de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGT	Lei Geral do Turismo
MTUR	Ministério do Turismo
MIT	Município de Interesse Turístico
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNT	Plano Nacional de Turismo
UNESP	Universidade Estadual Paulista
VAT	Movimento Vida Além do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO E PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	19
1.1 TURISMO E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: UMA BREVE INTRODUÇÃO	19
1.2 TURISMO BRASILEIRO: VELHOS E NOVOS PARADIGMAS	21
1.3 ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA A ANÁLISE ESPACIAL DO TURISMO	24
2 ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO ESPAÇO TURÍSTICO	35
2.1 DEMANDA POR LAZER E TURISMO: TÉCNICAS E NORMATIZAÇÕES JURÍDICAS	35
2.2 PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	43
2.3 MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO E ESTÂNCIAS TURÍSTICAS	48
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA-GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO	51
3.1 MUNICÍPIO DE ROSANA: OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A ALTERNATIVA DO TURISMO ..	51
4 ANÁLISE ESPACIAL DO TURISMO	57
4.1 RECURSOS TURÍSTICOS EM ROSANA	57
4.2 PERFIL DA DEMANDA (2017-2021)	72
4.3 ENTREVISTA COM OS AGENTES	80
4.4 PERCEPÇÕES SOBRE O TURISMO PELOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE ROSANA ...	101
4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM ROSANA (2017-2025)	109
4.6 EMPREGOS FORMAIS E DO TURISMO (2020-2025)	115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	143

INTRODUÇÃO

Considerado uma atividade que consome o espaço geográfico (socialmente construído e historicamente herdado), o turismo constitui um tema de interesse para diferentes áreas do conhecimento. Dentre as disciplinas que o estudam, a geografia destaca-se como uma ciência particularmente adequada para a análise das dimensões socioespaciais do turismo, por abranger tanto os aspectos materiais quanto os imateriais da atividade turística, bem como as relações sociais engendradas nos territórios turísticos.

Concordando com Yázigi (1998, p.119) “[...] não existe turismo sem espaço”. Segundo o autor, na atualidade, a dimensão espacial encontra-se indissociavelmente articulada à dimensão social. Assim, segundo o autor, temas como pobreza, desemprego, insuficiência de renda, degradação territorial e uso inadequado das tecnologias são fenômenos que se realizam no território, tendo o espaço geográfico como referência para sua ocorrência.

Sendo o turismo efetivado nos territórios turísticos, o planejamento governamental da atividade deve incorporar todas as dimensões socioespaciais consideradas entraves ao desenvolvimento turístico que, antes, atravessam o cotidiano dos cidadãos. Portanto, “sem a organização de todos potenciais turísticos reais ou criados, sem a organização do território em toda sua complexidade, não se pode esperar turismo digno de estatística” (*ibidem*, p. 121). Desse modo, as políticas públicas, são instrumentos para a organização do território e do turismo.

Entretanto, no entendimento de Cruz (2006, p. 349) “a análise das políticas públicas federais de turismo no Brasil mostra, claramente, a total ignorância daqueles que as elaboraram relativamente ao significado do espaço para a vida e, conseqüentemente, para o turismo”. A autora argumenta que, no âmbito das políticas públicas federais de turismo, o espaço geográfico foi reduzido a atrativos turísticos naturais e culturais. Logo, ela aponta que as políticas públicas nacionais de turismo ignoram a dimensão social da atividade turística.

As transformações no espaço-tempo favoráveis para a expansão do turismo no Brasil contribuíram para a sua distribuição desigual no território. Além disso, a predominante concentração demográfica nas cidades fez crescer a demanda por lazer e turismo.

Para a realização de uma viagem, é necessário dispor simultaneamente de duas condições, sendo elas materiais (dinheiro) e imateriais (tempo livre). Assim, a discussão atual sobre a redução da jornada de trabalho, seja diária ou semanal, é de grande interesse para aqueles que estudam o turismo em toda a sua complexidade.

O quadro histórico das legislações e textos constitucionais têm abrangido uma delimitação progressiva da jornada de trabalho e da proibição das condições de trabalho consideradas degradantes e deterioradoras psíquica e fisicamente.

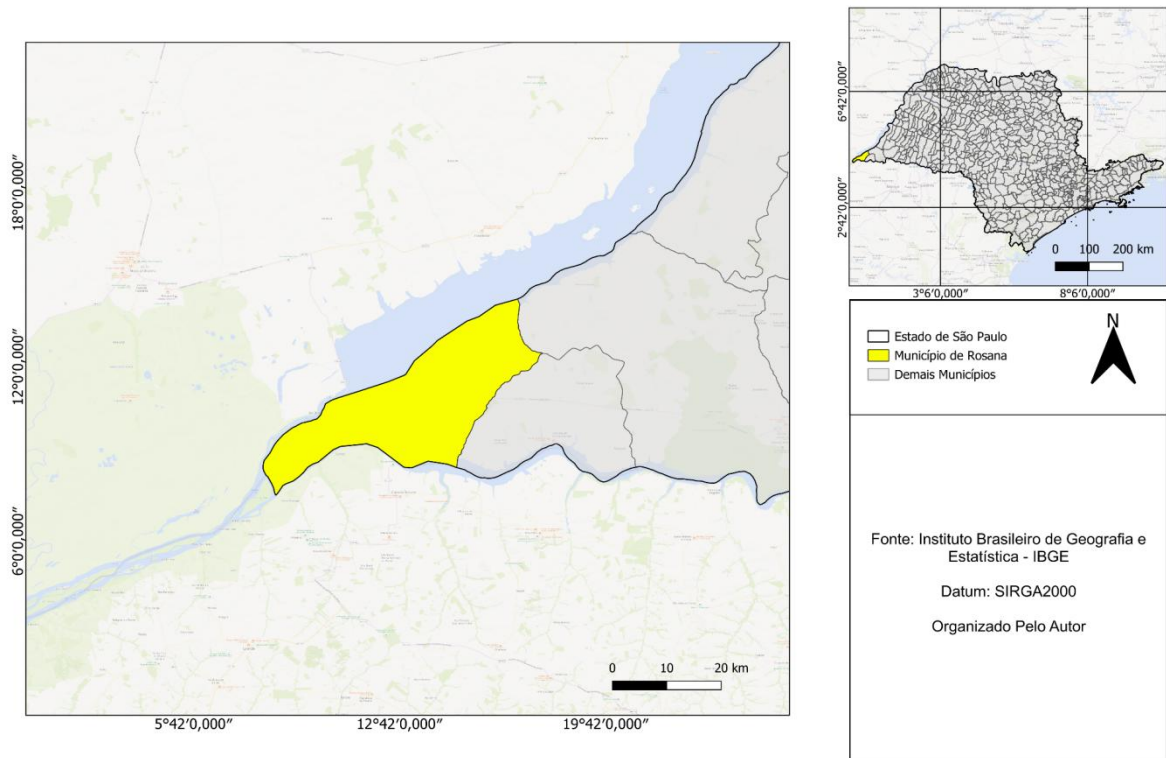
Durante a Era Vargas (1930-1945) foram adotadas diversas medidas que culminaram na promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela instituiu o salário mínimo, aposentadoria, jornada de 8 horas diárias e férias anuais remuneradas. Contudo, ao longo da história, apesar dos avanços logrados por parte dos movimentos sociais da classe trabalhadora, os textos constitucionais e as legislações trabalhistas em todo o mundo (ainda que com algumas exceções) têm desconsiderado as demandas sociais dos trabalhadores.

Tendo em vista o conteúdo apresentado, esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de turistificação do espaço geográfico e de criação de atividades turísticas pelos agentes territoriais do turismo no município de Rosana (SP), desde sua classificação como Município de Interesse Turístico (MIT).

Rosana está localizada no extremo Sudoeste do estado de São Paulo, na região do Pontal do Paranapanema. De acordo com o último censo demográfico IBGE (2022) possui uma população estimada de 17.440 pessoas. No município, os rios Paraná e Paranapanema são objeto de exploração e uso por diferentes atividades econômicas, como o turismo e a geração de energia hidrelétrica, além de contribuírem para a geração de renda de moradores que atuam informalmente no turismo, oferecendo serviços de transporte em barcos para as ilhas do rio Paraná.

Ademais, esses rios também são fundamentais para a alimentação da população local, especialmente das comunidades ribeirinhas.

Figura 1: Mapa de localização do município de Rosana/SP



O referencial teórico foi construído através da pesquisa bibliográfica. Para a exposição dos resultados, foi realizado o levantamento das pesquisas de demanda turística no município de Rosana tendo como fontes de dados o Repositório Institucional dos Trabalhos de Conclusão de Curso em Turismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Rosana, relatórios de pesquisa e eventos científicos (Mostra Científica de Turismo - UNESP Rosana), Congresso de Iniciação Científica (UNESP) e o Fórum Internacional de Turismo. Levantamento das políticas públicas de turismo do município, disponíveis em seu ordenamento jurídico. Levantamento dos empregos formais, com destaque para as Atividades Características do Turismo (ACTs), tais como alimentação, alojamento, transporte, recreação e esporte. A análise dos resultados seguiu abordagem quantitativa e qualitativa. Realizaram-se entrevistas com base na metodologia da história oral, envolvendo agentes (moradores, instituições de ensino, Estado e mercado) relacionados à apropriação do espaço geográfico, à turistificação e à criação de atividades turísticas no território investigado.

A pesquisa é apresentada da seguinte maneira: no capítulo 1, realiza-se um breve resgate histórico da relação entre turismo e tecnologias desde os idos do período da Revolução Industrial na Inglaterra, no qual o turismo passou a se

apropriar dos equipamentos de transportes para já no período pós Segunda Guerra Mundial adquirir importância essencial para as sociedades e de fenômeno massificado. Aborda-se ainda as condições que contribuíram para a expansão do turismo no Brasil, além da apresentação dos conceitos geográficos, a saber: espaço, paisagem, território e lugar, relacionando-o com o turismo.

No capítulo 2, é realizado uma breve discussão em torno da categoria tempo e a sua apropriação pelo turismo; abordando o prolongamento do chamado tempo livre pelo conjunto de intenções e legislações que culminaram no Brasil na promulgação da CLT e da Constituição Federal em 1988. Em seguida, é apontado para o processo de seleção espacial, na qual, o agente Estado privilegia certas áreas com recursos públicos, enquanto outras são negligenciadas de acordo com os interesses do Estado e do mercado.

Na sequência, discorre-se sobre o planejamento turístico e as políticas públicas e como o poder público atua para regular os agentes turísticos, direcionar recursos financeiros e criar ou modernizar infraestrutura. O foco é mostrar a importância do Estado como regulador e impulsionador do turismo.

Na continuidade deste capítulo, aponta-se a utilização do turismo como estratégia de desenvolvimento municipal especialmente em contextos de estagnação econômica. Sendo a categorização de MIT e Estâncias uma política pública de produção e seleção espacial baseada na descentralização e na gestão participativa, envolvendo tanto agentes públicos quanto privados nas decisões estratégicas.

No capítulo 3, descreve-se a localização do município objeto de pesquisa, com destaque para o processo histórico e geográfico de ocupação do território, sua relação com a ferrovia e com os recursos naturais. Em seguida, a criação do Distrito de Primavera para abrigar os trabalhadores na construção das barragens das Usinas Hidroelétricas do município de Rosana.

Já no capítulo 4, é apresentado os atrativos turísticos do município de Rosana divididos entre natural e cultural; as pesquisas de demanda turística do município de Rosana, com o objetivo de identificar o perfil dos turistas do município e suas características de consumo; a transcrição das entrevistas realizadas com os agentes de criação de atividade turística e turistificação do espaço geográfico; as pesquisas de opinião pública com os moradores de Rosana sobre o tema do turismo e do lazer, além disso sobre as alternativas de lazer construídas no lugar; destaca-se as

políticas públicas de turismo implementadas pelas legislações turísticas desde a sua classificação como MIT e por fim, é apresentado o levantamento sobre os setores econômicos do município com destaque para o setor de serviços e de comércio e o levantamento do número de empregos formais direto nas atividades características do turismo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO E PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

1.1 TURISMO E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: UMA BREVE INTRODUÇÃO

As indústrias de transporte e de comunicação constituem um conjunto de instrumentos voltados ao deslocamento de mercadorias. A redução dos custos de circulação ocorre por meio de seu aperfeiçoamento tecnológico. Nesse sentido, o espaço configura-se como uma barreira a ser superada pelos sistemas de transporte e de comunicação (Harvey, 2005).

Os diferentes períodos históricos resultaram em um desenvolvimento científico-tecnológico marcado por momentos de grandes avanços, como os observados durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945). Após esse período, tais avanços promoveram o aperfeiçoamento dos meios de transporte e comunicação, contribuindo para a redução do tempo de deslocamento e para a ampliação da rapidez e da instantaneidade das comunicações entre diferentes povos (Geiger, 1999).

As tecnologias desenvolvidas desde o período da Revolução Industrial (c. 1840), no âmbito do transporte (circulação), como o trem a vapor, a modernização dos navios e, posteriormente, o surgimento dos aviões, serviram inicialmente ao deslocamento de mercadorias e, mais tarde, ao deslocamento de pessoas. Este último meio impulsionou as viagens com finalidades turísticas, favorecendo o crescimento do turismo internacional (Geiger, 1999).

Segundo Harvey (2005) para a acumulação capitalista, o aperfeiçoamento dos meios de transporte e de comunicação é indispensável, uma vez que esse sistema busca constantemente superar as barreiras espaciais por meio do incentivo à produção de formas mais baratas e rápidas de transporte e comunicação. Logo, a redução dos custos de realização e de circulação contribui para a criação de novos espaços de acumulação de capital.

Segundo ele, a acumulação de capital é geograficamente expansível, e o sistema de crédito, possibilita a expansão geográfica do mercado ao garantir sua continuidade. Nesse sentido, a anulação do espaço pelo tempo é viabilizada pelo surgimento de um sistema de crédito e pela localização racional das atividades em relação umas às outras.

Harvey (2005, p. 64) afirma,

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções. Muito antes que se atinja tal situação, o processo de acumulação fica mais lento. A estagnação se imporia, acompanhada por toda um grama de problemas econômicos e sociais.

O capital tende a produzir mais trabalho excedente e, desse modo, a ampliar, no espaço, os pontos de troca. Nesse contexto, a expansão quantitativa do consumo existente, bem como a criação de novas necessidades, integram um movimento mais amplo de reprodução e geração de demandas, como as associadas ao turismo.

Considerando as análises de Carvalho (2000), além dos avanços tecnológicos após a Segunda Guerra Mundial, havia uma demanda de consumo de vocação turística, favorecida pelas políticas de bem-estar social, que instituíram a ampliação do chamado tempo livre e a criação de novos direitos sociais. Esses fatores contribuíram para a ampliação das condições materiais e imateriais necessárias à realização de viagens. Como assinalou Nicolás (1999) as conquistas sociais não foram incorporadas simultaneamente por todos os países nesse período. Logo, Rodrigues (1999) aponta que as conquistas sociais dos movimentos da classe trabalhadora da Europa serviram como molas propulsoras para a reivindicação da ampliação dos direitos sociais em escala global.

As ações emanadas pelo Estado, em relação ao turismo, são intermediadas pelo planejamento governamental e pela elaboração de políticas públicas, direcionadas à promoção de condições que favoreçam o acesso, a circulação e a permanência dos turistas no território nacional. Assim, é o Estado um agente de produção do espaço.

Esse cenário tem despertado o interesse de pesquisadores de diferentes áreas, especialmente da Geografia, para a realização de análises sobre o fenômeno turístico.

1.2 TURISMO BRASILEIRO: VELHOS E NOVOS PARADIGMAS

As políticas públicas do Estado brasileiro voltadas à organização territorial do turismo, desde a década de 1930¹, apresentam continuidades, descontinuidades e rupturas ao longo do tempo, resultando em novas orientações no âmbito federal. Nesse processo, destacam-se as ações de municipalização do turismo no território nacional e de descentralização da gestão turística, com vistas à promoção de um planejamento participativo.

Na década de 1960, no Brasil, com o fortalecimento da indústria automobilística, o transporte rodoviário consolidou-se como a principal matriz do sistema de transportes, o que levou o Estado brasileiro a atuar na organização, no desenvolvimento e na expansão do turismo interno.

Segundo Becker (1995, p. 10) “[...] as rodovias, a indústria de automóveis e a emergência de novos estratos sociais médios, bem como outras medidas e obras em infraestrutura realizadas pelo Estado, facilitam o crescimento do turismo [...]”.

De acordo com Becker (1995) e Rodrigues (1999), no mesmo período, as classes médias urbanas passaram a incorporar, em seus valores socioculturais, a ideologia do turismo e do lazer como necessidade, constituindo um mercado interno potencial para as atividades turísticas.

Cruz (2001, p. 22) explica que “a emissividade no turismo está fortemente associada ao fenômeno urbano, e isso se explica por diversos fatores, como concentração populacional e estilo de vida urbanos”. Assim,

[...] o turismo passa a ser considerado uma indústria nacional, e ao Governo Federal compete orientar a política e coordenar as iniciativas pública e privada para adaptar a indústria às reais necessidades do desenvolvimento econômico e cultural [...] (*ibidem*, 1995, p. 11).

Segundo Rodrigues (1999), o desenvolvimento do turismo no Brasil deu um salto quantitativo e qualitativo na década de 1970, em sincronia com o período denominado “milagre brasileiro”, no qual as transformações políticas, econômicas,

¹ O período é denominado por Cruz (1999) como “pré-história jurídica” das políticas federais de turismo. A autora analisa as políticas nacionais de turismo até a década de 1990, propondo uma periodização da trajetória das políticas públicas setoriais no âmbito nacional. Macêdo (2018), por sua vez, insere a criação do Ministério do Turismo, em 2003, como um novo marco nessa periodização das políticas federais de turismo. Assim, é a partir dessa proposta que se consideram os novos paradigmas orientadores desses documentos públicos.

sociais e culturais, bem como a industrialização do país, constituíram condições básicas para o incremento do turismo. As condições listadas pela autora são:

- Formação de uma classe média (surgimento de profissionais liberais, pequenos e médios comerciantes e industriais, quadros de técnicos especializados do setor industrial, funcionários públicos, professores e bancários);
- Inserção da mulher no mercado do trabalho (aumentando a renda familiar);
- Motorização familiar (diante da implantação das indústrias automobilísticas);
- Melhoria da rede e dos meios de transporte e comunicação e da articulação das regiões brasileiras;
- Difusão dos meios de comunicação (que desempenham importante papel na publicidade e no *marketing* turístico) e,
- Urbanização do país.

As transformações desiguais no espaço-tempo favoráveis ao desenvolvimento e à expansão do turismo no território nacional contribuíram para sua concentração territorial. Como esses processos ocorreram de forma desigual entre as regiões brasileiras, os principais destinos turísticos situam-se nos territórios mais favorecidos por esses fatores.

Conforme aponta Becker (1995) no período anterior à regulamentação e fornecimento de infra estruturas de circulação e acesso, o turismo apresentava um movimento extremamente reduzido, limitado basicamente aos fluxos direcionados à cidade do Rio de Janeiro, que se destacava por suas funções como Distrito Federal e centro cultural, além das estâncias climáticas e hidrominerais e das cidades litorâneas.

Segundo dados do IBGE (2022), a porção litorânea, em razão de seu processo histórico de ocupação, coincide com a área mais urbanizada do país. Conforme apontou, o Brasil possui grande número de cidades pequenas espalhadas por todo o território. Porém, são nos espaços urbanos, especialmente nas cidades médias e grandes, que se concentram as maiores densidades demográficas. Assim, embora o número de cidades pequenas seja expressivo, é nas grandes cidades brasileiras que vive a maior parte da população e onde se concentra a maior parte da infraestrutura urbana.

Segundo Cruz (1999), as infraestruturas e os serviços urbanos permitem maior facilidade de consumo, ao facilitarem o acesso e a circulação dos turistas. Logo, a urbanização do território nacional contribui para a dinamização do turismo.

A autora classifica as infraestruturas como “objetos-suporte” (infraestruturas de acesso, circulação e urbanas), distinguindo-as dos “objetos turísticos” (equipamentos de lazer, hospedagem, alimentação e bebidas, entre outros). De acordo com ela, ambos os conjuntos de objetos constituem condições necessárias para a atividade turística. A autora Cruz (2001, p. 25) sinaliza,

[...] é sobre os núcleos receptores de turistas que o turismo vai impor a maior gama de transformações socioespaciais. Infra-estruturas montadas e/ou apropriadas em função da acessibilidade dos turistas, como aeroportos e rodoviárias; infra-estruturas de hospedagem, restauração, lazer e serviços em geral, tudo é passível de ser criado e/ou apropriado para uso turístico. O turismo é capaz de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer.

Por dispor da possibilidade de oferta de infraestrutura, o Estado é responsável por criar as condições necessárias para a diversificação da oferta turística no território brasileiro.

De acordo com Cruz (2007, p. 56) “[...] a produção do espaço para o turismo passa, necessariamente, pelo aumento da fluidez do território e pela produção, conseqüentemente, de melhores condições de circulação”.

Para a autora, dada sua função de regular as relações sociais e prover infraestruturas, o Estado tem uma inquestionável hegemonia sobre esse processo. Logo, Cruz (2007, p. 11) aponta “o Estado brasileiro tem sido grande produtor do espaço para o turismo, por seu papel normatizador e também provedor de infra-estruturas”.

Segundo Harvey (2005), o Estado capitalista projeta novos espaços para o desempenho de funções determinadas, sejam elas de circulação ou de produção. Ainda de acordo com o autor, sua função também inclui subsidiar o planejamento de novos traçados e formas espaciais, de modo a atender a seus próprios objetivos e interesses, bem como aos do mercado. Cruz (2006) sinaliza que as infraestruturas criadas pelo Estado são apropriadas pela iniciativa privada, servindo à acumulação capitalista.

Assim, o Estado promove uma prévia seleção espacial para as atividades econômicas que se apropriam das infraestruturas criadas, promovendo

simultaneamente uma refuncionalização convergente de funções dessas infraestruturas e das formas urbanas.

1.3 ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA A ANÁLISE ESPACIAL DO TURISMO

Milton Santos propôs diferentes definições de espaço geográfico ao longo do processo de aperfeiçoamento de suas ideias, até chegar à formulação final² de seu conceito³. Apresenta-se, a seguir, uma revisão teórica baseada na trajetória intelectual do autor. Em seguida, realiza-se uma revisão dos conceitos de paisagem, território e lugar, recorrendo a outros autores. Todavia, buscou-se manter a coerência epistemológica traçada no início da revisão, isto é, o espaço como objeto de pesquisa da geografia, conforme definido pelo autor anteriormente mencionado, sem, entretanto, descartar epistemologias que considerem outras categorias.

Por *Uma Geografia Nova* (2021 [1979]), o autor definiu o espaço como um conjunto de fixos e fluxos. O primeiro elemento, permite ações que modificam o próprio lugar, já fluxos novos, ou renovados, recriam as condições ambientais e as condições sociais que redefinem o lugar. Nas obras *Pensando o Espaço do Homem* (2021 [1982]) e *Metamorfoses do Espaço Habitado* (2021 [1988]) ele apontou que os elementos fixos são determinantes para as modificações sociais e ambientais a serem realizadas. Segundo o autor, os fluxos recriam e trazem novas condições sociais, direto ou indireto das ações, estas, se instalam nos elementos fixos. Portanto, os fluxos modificam os significados e valores dos lugares. Para o autor, em cada período histórico os fixos e os fluxos ganham novos contornos, “[...] os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (*ibidem*).

² “Nossa proposta atual de definição da geografia considera que a essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço” (Santos, 2020 [1996], p. 62).

³ “No início do século XX, em seu livro clássico, *La géographie humaine*, Jean Brunhes propõe uma definição da geografia, mediante um exercício de aproximações sucessivas. Após redigir uma primeira tentativa, ele a considera insatisfatória. Daí uma segunda proposta e, afinal, uma terceira. O que há de original nessa *démarche* é que o leitor acompanha o processo de pensamento do autor, as etapas consecutivas do aperfeiçoamento de sua construção intelectual e o resultado final, que é sua definição da geografia. Tentemos, aqui, o mesmo exercício, não mais em relação à geografia, mas quanto ao espaço geográfico” (Santos, 2020 [1996], p. 61).

A ação supõe e antecede os fluxos. Assim, “Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia” (Santos, 2020, p. 62).

Inicialmente como categoria de análise, propõe trabalhar com um novo par de categorias geográficas: configuração territorial e relações sociais formada pelo conjunto dos sistemas naturais de um país ou área e pelos acréscimos humanos (Santos, 2020). A configuração territorial abrange os elementos físicos e os apêndices da produção humana de uma determinada área ou país. Os sistemas naturais, isto é, a natureza natural dos tempos lentos que obedecem a temporalização natural dos eventos físicos no qual as sociedades alteram seu ciclo natural. Entretanto, a configuração territorial não é, propriamente, o espaço geográfico. O espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. Portanto, o espaço geográfico é composto por sua existência material, porém, sua existência real, é conferida pelo fato das relações sociais.

Souza (2013) advoga sobre a incidência das relações sociais espaciais, como um qualificador do espaço geográfico, estando essa dimensão na origem do conceito de espaço social. Nos termos da pesquisa sócio-espacial, “o conceito de espaço geográfico [é] um pouco mais amplo, e o de espaço social (que equivale a uma qualificação do de espaço geográfico, podendo ser compreendido como mais específico e, a rigor, mais central” (*ibidem*, p. 32).

Desse modo, o autor aponta que o espaço é compreendido verdadeira e densamente social, no qual, as dinâmicas a serem ressaltadas são as dinâmicas das relações sociais (ainda que sem perder de vista as dinâmicas naturais e seus condicionamentos relativos).

Assim, espaço geográfico e espaço social são duas camadas ou níveis conceituais.

Na obra Espaço e Método (Santos, 2023 [1985]) apontou que o espaço geográfico é uma instância da sociedade. Assim,

[...] a essência do espaço é social. [...] o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (*ibidem*, p. 12).

Continuamente apontou que,

À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens [...] Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural [...] por uma natureza [...] humanizada (Santos, 2020, p. 62).

Na sua obra *A Natureza do Espaço* (2020 [1996]), considerada a principal obra do autor, propõe o estudo do conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Definindo espaço geográfico como,

Formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferros, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (Santos, 2020, p. 63).

Os objetos geográficos são tanto os objetos móveis quanto os objetos imóveis. É tudo o que existe na superfície terrestre. São as objetividades criadas fora do homem, como um instrumento material de sua vida. Esses possuem tanto um uso simbólico quanto funcional.

As ações são impulsionadas pelas necessidades materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas que envolvem finalidades e objetivos, concomitantemente com as ações das empresas e das instituições.

Ações e objetos se relacionam: as ações resultam na criação de objetos geográficos, para servirem as ações.

Objetos e ações revelam o encontro em cada lugar das condições econômicas, socioculturais, políticas e geográficas do período histórico, como motores da instalação de um objeto para a realização de uma atividade.

A proposta de analisar o espaço geográfico como sistema de objetos e sistemas de ações considera que os objetos geográficos não possuem realidade filosófica se os vemos separados dos sistemas de ações. Assim, as ações não se dão sem os sistemas de objetos. Desse modo,

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos preexistentes (Santos, 2020, p. 63).

O turismo é uma atividade social e econômica, no qual concorre com outras práticas produtivas no território que exigem igualmente a introdução de objetos no espaço geográfico para possibilitar seu desenvolvimento.

Entretanto, o turismo é a única atividade que atua na valorização dos objetos disponíveis que não teriam utilidade para outras atividades produtivas, absorvendo-os no processo de turistificação. Assim sendo,

O consumo do espaço pelo turismo é intermediado pelos sistemas de objetos e de ações que, numa relação dialética, formam o espaço. Esse consumo se dá através do consumo de um conjunto de serviços, que dá suporte ao fazer turístico (Cruz, 1999, p. 14).

Inclusive a autora já havia apontado para as particularidades que caracterizam a relação entre espaço e turismo,

Uma dessas especificidades diz respeito ao fato de o principal objeto de consumo do turismo ser o espaço, entendido como o conjunto indissociável de objetos e de ações, de fixos e de fluxos. Nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo e este é um fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas (*ibidem*, p. 13-14).

De acordo com Cruz (1999, p. 88)

Para que o turismo aconteça, inúmeros objetos são introduzidos no espaço, bem como são alteradas funções de objetos preexistentes. Impõe-se uma nova estrutura, que não cessa de mudar porque o processo de transformação continua.

Corrêa (1987, p. 37) entende organização e espacial, como “o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra”, relacionado com a divisão espacial do trabalho, disposição e distribuição espacial da infraestrutura técnica (malha viária, redes técnicas de abastecimento de água e energia, de esgotamento sanitária) e social (escolas, postos de saúde).

Apointa que além dos objetos criados pelo homem, destacam-se as formas espaciais não criadas, como a natureza.

Por meio da expressão fisionômica é possível descrever e observar a estrutura espacial e os fenômenos sobre a superfície terrestre. A expressão fisionômica tem sido a forma clássica e usual de evidenciar o espaço geográfico. Refere-se às características distintivas e particulares, às feições e traços dos objetos espaciais naturais e culturais distribuídos espacialmente, conferindo-lhes singularidade e distinção.

A categoria paisagem é, na geografia, a expressão fisionômica de evidenciação do espaço geográfico. Entende-se por paisagem o conjunto ordenado dos objetos geográficos distribuídos espacialmente. Fixas e imóveis, as paisagens são as formas desses objetos.

De acordo com Souza (2013, p. 46), a representação visual de um determinado espaço trata-se do “conteúdo fortemente visual e representacional da paisagem” (p. 46). Assim, “A paisagem é uma forma, uma aparência. O conteúdo ‘por trás’ da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos ‘sugere” (*ibidem*).

Cabe-se assentir que a paisagem é uma forma, ou seja, é um aspecto visível, de uma determinada porção do espaço geográfico. Contudo, é necessário ultrapassar o aspecto meramente visível da paisagem, buscando-se abranger a sua essência, ressaltando o problema da “contradição ou descompasso entre aparência e essência” (p. 47). Para ele, “O fato de ser uma forma, uma aparência, significa que é saudável ‘desconfiar’ da paisagem. É conveniente sempre buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência” (p. 48-49).

Além disso, alerta para ‘desconfiar’ das representações da paisagem (pinturas e fotografias), que podem esconder as relações entre essência e conteúdo. Propondo refletir sobre certos preconceitos e projetos expressos nas representações visuais.

Segundo Nicolás (1999, p. 44):

El turismo es consumidor de espacio, en tanto que el turismo generalmente disfruta tanto la simple visión del espacio, como los elementos constitutivos de un paisaje que puede ser reconocido como ‘turístico’. El enfoque tradicional de análisis de los atractivos turísticos parte justamente del reconocimiento de la existencia de elementos físicos, naturales o humanamente contruidos, que se constituyen en atractivos para la actividad turística.

As formas geográficas, historicamente herdadas e socialmente construídas, apropriadas pelo são representativas da identidade e pertencimento dos grupos sociais e de um modo de vida estabelecido nos lugares. Assim, a apropriação pelo agente turístico (Estado e mercado) turismo não deve invalidar os significados atribuídos para os objetos no cotidiano.

De acordo com Yázigi (1998), ocorre nos territórios uma tensionalização de significados dessas formas. Dessa maneira,

[...] toda forma tem estrutura e função embutidas; a busca da construção da identidade através da paisagem seria até um modo de promoção da cidadania, já que a afirmação dos mais diferentes grupos, num contexto de participação no planejamento, passaria por sua inclusão no sistema (*ibidem*, p. 79).

Desde o início nas definições de território relacionou-se a noção de pertencimento incluindo dois principais sentidos,

[...] um, predominante, dizendo respeito à terra e, portanto, ao território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos o 'território' inspira (por exemplo, de medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou que com ele se identificam (*ibidem*, p. 43-44).

Para Santos e Silveira (2021), na obra, O Brasil: território e sociedade no início do século XXI, o território são as frações do espaço geográfico, apropriadas pelos agentes sociais na determinação de uma função espacial. Ou seja, território, é “[...] geralmente a extensão apropriada e usada” (Santos; Silveira, 2021, p. 27) do espaço geográfico. Aproximam-se do conceito de espaço social. Diante disso,

[...] como projeção espacial de uma relação de poder, o território é, no fundo, em si mesmo, uma relação social. Mais especificamente, uma relação social diretamente espacializada. Isso nos sugere que a distinção entre 'espaço (social)', de um lado, e 'relações sociais', de outro, não é muito precisa. O espaço só seria facilmente distinguível das relações sociais se ele fosse redutível à materialidade (Souza, 2013, p. 35).

O espaço social e as noções de território são constituídos pela materialidade dos objetos espaciais e pelas relações de poder/espaciais.

Em entrevista concedida no ano de 2000 disponível no livro Território e Sociedade, Santos discorre sobre a discussão epistemológica em torno dos conceitos de território e de espaço geográfico.

Assim, para alguns geógrafos e não geógrafos, o espaço geográfico precede território, enquanto outros entendem que o território constitui a questão central da geografia.

Em torno disso, destacou que o aspecto mais relevante não é a disputa conceitual em si mas o emprego do conceito de território usado. Diante disso, em suas palavras,

[...] eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. [...] Eu uso um outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. [...] a retificação que ando fazendo é que não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um

diálogo com o território usado e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual (Seabra; Carvalho; Leite, 2000, p. 26).

Santos e Silveira (2021) introduzem o conceito de território usado. Santos (1994) destacou que o conceito de território usado é equivalente com os conceitos de espaço humano e espaço habitado no qual o objetivo da análise geográfica é sobre o uso do território e não sobre o território em si.

Em um sentido mais restrito, “[...] o território é um nome político para o espaço de um país. [...] A existência de um país supõe um território” (Santos; Silveira, 2021, p. 27). Posto isto, “[...] o território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (*ibidem*, p. 28).

Haesbaert (2011) apontou que o vínculo tradicional na definição de território é aquele que faz associação entre território e os fundamentos materiais do Estado. A existência do território prescinde da existência do Estado. Adotando essa linha de pensamento, impõe-se a noção de espaço territorial, ou seja, um Estado e um espaço, ainda que as nações sejam muitas (Santos; Silveira, 2021). Desse modo, o território é a matriz espacial do arcabouço normativo do Estado.

Haesbaert (2011) propôs uma abordagem híbrida do território baseada em uma perspectiva integradora que articula as diferentes dimensões sociais e da relação da sociedade com a natureza. Identificando dois principais grupos de agentes de apropriação do território. Para o primeiro agente, o território é um recurso de moradia e/ou como fonte de matérias-primas. Portanto, os espaços são garantia de sua sobrevivência cotidiana. Já no segundo grupo de agentes, é privilegiado a funcionalização e a mercantilização do espaço geográfico.

De acordo com Souza (2013) a territorialização e controle sobre um espaço estão conectadas com o material espacial, com os significados culturais atribuídos para as formas. Para ele, “o essencial, conceitualmente, é que uma territorialização e desterritorialização é, sempre e em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço” (*ibidem*, p. 102).

Em torno disso, o turismo é uma atividade social e econômica que atua na refuncionalização do território estando na origem do processo a apropriação do espaço geográfico dos agentes turísticos.

Knafou (1999) propôs uma abordagem científica do turismo centrada no território e identificou três principais fontes de criação da atividade turística e de turistificação dos lugares e dos espaços. Essas três fontes são: os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais.

A presença dos turistas está na origem dos espaços turísticos. Na segunda, a origem do processo de turistificação dos espaços turísticos ocorre pela concepção e a colocação de produtos turísticos por parte do mercado, e não mais diretamente relacionado com as práticas turísticas.

Já os planejadores e promotores territoriais são as iniciativas locais, regionais e nacionais, ligadas a um lugar (Estado).

Molina (2007, p. 60) insere os moradores dos territórios turísticos como agentes turísticos que, “com o desenvolvimento do turismo, a comunidade passa a ter um outro tipo de relacionamento (de vida) com os outros e com o local, e suas práticas cotidianas são profundamente transformadas”.

Na análise da relação entre território e turismo há três tipos de situações: territórios sem turismo, turismo sem território e territórios turísticos.

Os territórios sem turismo são os lugares pouco apropriados pelos turistas, mas que contam com pequenas iniciativas locais para a implementação e desenvolvimento do turismo.

Já a segunda possibilidade está intrinsecamente relacionada com a segunda fonte de turistificação e diz respeito à colocação de produtos sem nenhuma relação com o território previamente ocupado. Seria o caso do turismo fora do solo (Knafou, 1999).

Para Knafou (1999) os territórios turísticos são às porções do espaço geográfico apropriado pelos turistas e retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores.

Em torno dessa discussão Cruz (2007, p. 11) aponta,

O uso turístico do espaço leva à formação do que temos habitualmente chamado de ‘território turístico’, quer dizer, porções do espaço geográfico em que a participação do turismo na produção do espaço foi e ainda é determinada. O uso das aspas se faz necessário porque, teoricamente, não há território seja adjetivamente turístico. O que existe, de fato, são ‘usos turísticos do território’, ou seja, porções do espaço apropriadas por diferentes fins, incluindo-se e destacando-se a atividade do turismo.

Para a autora, a maior parte do turismo praticado no mundo atualmente ocorre nos espaços previamente ocupados e territorializados. Assim as relações

entre sociedade e território antecedem o desenvolvimento do turismo. Aponta que os moradores são levados pelas circunstâncias a inserir-se no chamado mercado turístico.

Lugar é um termo utilizado no senso comum para se referir a uma localidade qualquer ou uma área determinada ou indeterminada. Tanto no âmbito do senso comum quanto no âmbito dos conceitos geográficos existem diferentes acepções da palavra e sobre o conceito de lugar.

Para Souza (2013, p. 14), “[...] o lugar como um espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os ‘sentidos de lugar’ e as imagens de lugar”. Segundo o autor, a principal dimensão do conceito de lugar é a cultural-simbólica, Assim,

Para além da óbvia dependência humana do espaço enquanto materialidade (substrato), e também, para além da necessidade de constituição de territórios, há uma visceral necessidade psicológica de ‘lugarização’, de tornar familiares e dotar de significado e carga afetiva as porções do espaço com as quais mais interagimos (Souza, 2013, p. 124).

O conceito de lugar e de território estão inter relacionados e podem ter a mesma referência espacial. Em outros termos, as relações socioespaciais de poder são também simbólicas e culturais. Nesse sentido,

[...] só existem enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções espacializadas. As imagens e os sentidos de lugar não são ‘coisas materiais’ - e, por derivação, os próprios lugares, enquanto tal, não devem ser assimilados diretamente à materialidade (*ibidem*, p. 117).

Segundo Souza (2013, p. 121):

Na prática, lugares são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre territórios. Isso tem a ver com o fato de que às identidades sócio-espaciais se associam, sempre, às relações de poder espacializadas, em que se nota a finalidade de defender as identidades e um modo de vida.

Os agentes atribuem para os objetos presentes no seu cotidiano significados funcionais e simbólico como intermediário para as suas relações socioespaciais. De acordo com Carlos (2007, p. 20),

[...] pensar o cotidiano — onde se realizam o local e o mundial — que é um tecido pelas maneiras de ser, conjunto de afetos, as modalidades do vivido, próprios a cada habitante produzindo uma multiplicidade de sentidos. Podemos buscar o entendimento do lugar nas práticas mais banais e familiares o que incita pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria e que se instala no insignificante, no parcelar, no plural.

As relações socioespaciais e as formas geográficas recebem significados nos lugares. Em vista disso,

São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso (*ibidem*, p. 18).

É o uso de uma forma para desempenhar uma função simbólica e prática que atribui significado para os lugares no cotidiano.

Os lugares turísticos conceitualmente basearam-se e ainda se baseiam nas chamadas potencialidades turísticas. Essas definições têm ignorado o principal fator conformador desses lugares que é a presença dos turistas.

Os lugares turísticos tratam-se das parcelas do espaço geográfico que são apropriados parcial e temporariamente pelos turistas.

Uma das questões centrais da atualidade (desemprego) faz com que o desenvolvimento turístico seja encarado como uma alternativa para a promoção da melhoria da qualidade de vida e geração de emprego e de rendas nos territórios que se posicionam no cotidiano dos cidadãos. Assim, antes de serem um entrave para o desenvolvimento turístico são temas da cidadania.

Segundo Yázigi (1998, p. 80):

[...] tudo aquilo que já é lugar-comum: a deterioração da paisagem tem seu correspondente no cotidiano dos habitantes e funciona como elemento de repulsa ao turismo ou veraneio; convir com este estado de coisas é buscar, propositadamente, manter o grau de exigência do brasileiro no nível mais baixo; é obstar sua cidadania pela recusa de fazer firmar sua identidade na perspectiva da ascensão social. Sem inverter essas posições, parece-me mesmo que toda ação voluntária de paisagismo se limita aos intramuros dos condomínios, cujo know-how o Brasil já está exportando. Tudo isto porque ainda não somos suficientemente capazes de entender e defender a esfera pública.

A ausência de uma cidadania efetiva acarreta problemas do fosso social, desemprego, violência e de desregulamentação inter relacionados com a falta de promoção de políticas públicas de justiça socioespacial. Assim, o turismo é encarado como uma panacéia para todas mazelas socioespaciais. Entretanto, há limites no desenvolvimento territorial pelo turismo.

Conforme apontou Yázigi (1998, p. 13) “um dos problemas iniciais a ser superado é que, familiarizados com o próprio cotidiano, não conseguimos mais enxergar quantos componentes hostis ao turismo estão inseridos na vida cotidiana”.

A relação entre lugar e a presença dos turistas no território são metrificados diante dos benefícios culturais e econômicos advindos dessa presença e pelo tipo de turismo praticado.

Dentre os benefícios culturais destacam-se a valorização do patrimônio material e imaterial. Já entre os benefícios econômicos a geração de emprego e renda nos municípios. Outro fator se sobressai nesse processo: a melhoria da autoestima. Entretanto, para alcançar os objetivos expostos, é necessário o envolvimento dos moradores na gestão territorial (e do turismo).

2 ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO ESPAÇO TURÍSTICO

2.1 DEMANDA POR LAZER E TURISMO: TÉCNICAS E NORMATIZAÇÕES JURÍDICAS

Uma das principais características do período histórico atual é a indiferença dos objetos técnicos em relação à sua função social. Segundo Santos (2020) são objetos técnicos que não são concebidos para atender a uma determinada demanda do lugar que se instalam. Isto é, “uma outra característica das técnicas atuais vem do fato de sua indiferença em relação ao meio em que se instalam” (Santos, 2020, p. 180). Para ele, as técnicas influenciam o comportamento humano e as maneiras de pensar, sugerindo uma economia do pensamento subordinada à lógica do instrumento.

Cada técnica condiciona e amplia determinadas necessidades, voltando-se para a facilitação da produção, da circulação ou da comunicação. As técnicas de produção, organização e as jurídicas são resultado de progressos contínuos no âmbito da ciência e da informação.

As telecomunicações cumprem a função de disseminar as necessidades de consumo.

A categoria tempo é uma categoria universal, presente em diferentes modelos civilizacionais. Nas civilizações da Antiguidade, a sociedade não tinha a mesma necessidade de medir o tempo como ocorreu nos Estados da Era Moderna. Assim, a temporalidade da vida sempre seguiu o mesmo curso, do nascimento até a morte.

Ao longo desse processo, os seres humanos desenvolveram para si próprios o símbolo regulador do ano, com o objetivo de promover uma autodisciplina nos indivíduos.

Portanto, a temporalidade é uma construção histórico-social, assim como outras categorias, independentemente da vontade ou da consciência dos seres humanos.

Os tempos sociais são condicionados dentro de um amplo sistema de organização da produção e das ações humanas. Munné (1980) *apud* Aquino e Martins (2007), apresentou quatro tipologias de tempos sociais:

1. Tempo psicobiológico: ocupado e conduzido pelas necessidades psíquicas e biológicas elementares, tais como, sono, nutrição e atividade sexual;
2. Tempo socioeconômico: dedicado para suprir as necessidades econômicas

fundamentais, constituídas pelas atividades laborais, incluindo atividades domésticas e de estudo, portanto, pelas demandas pessoais e coletivas;

3. Tempo sociocultural: dedicado às ações relacionadas às sociabilidades dos indivíduos. Ou seja, aos compromissos decorrentes dos sistemas de valores e das normas estabelecidas pela sociedade, sendo objeto principal de sanção social e,

4. Tempo livre: refere-se às ações humanas realizadas sem uma necessidade externa, caracterizando-se por total liberdade e criatividade, dependendo da consciência de valor que o indivíduo tem sobre seu tempo.

O prolongamento do chamado tempo livre, promovido pelas normatizações jurídicas proporciona aos indivíduos maior disponibilidade para seu desenvolvimento pessoal e para as atividades de lazer. Rodrigues (1999) aponta que o lazer, e por extensão o turismo, tem sido resultado da redução da jornada de trabalho (diária, semanal ou anual), incluindo também o período de férias remuneradas.

Os primeiros exemplos de normatização sobre o trabalho humano surgiram com as Corporações de Ofício da Idade Média. Essas, possuíam um estatuto próprio com normas que disciplinavam as relações de trabalho, de modo limitado e restrito. Com o surgimento da sociedade industrial e do trabalho assalariado, o Direito do Trabalho começou a se desenvolver, especialmente a partir da Revolução Industrial, na Inglaterra, e as normas disciplinadoras das relações de trabalho passaram a ser de modo mais abrangente.

Esse ramo do direito surgiu diante da necessidade de proteção ao sujeito mais vulnerável na relação de trabalho, fundamentando-se no princípio da razoabilidade, na exigência de garantias legais e na instituição de contratos coletivos de trabalho, resultado da luta dos movimentos trabalhistas organizados em sindicatos.

As primeiras leis trabalhistas foram, quanto a sua forma, ordinárias e, depois, constitucionais. A primeira lei trabalhista, na Inglaterra, foi denominada de Lei de Peel (1802), direcionada para a proteção dos menores nas fábricas e a limitação das 12 horas de jornada diária de trabalho. Na França, a primeira legislação trabalhista debruçou-se para a proibição do trabalho de menores de 8 anos (1814). A Alemanha proibiu o trabalho de menores de 9 anos nas indústrias. Na Itália, a primeira lei trabalhista foi voltada para a proteção do trabalho da mulher e do menor (1886) (Nascimento; Nascimento, 2018).

A primeira Constituição que tratou sobre o direito do trabalho foi a do México, no ano de 1917. Estabelecendo a jornada diária de 8 horas, jornada máxima noturna de 7 horas, proibição do trabalho para menores de 12 anos, limitação da jornada para menores de 16 anos em 6 horas, descanso semanal, proteção à maternidade, direito ao salário mínimo, igualdade salarial, proteção contra acidentes de trabalho, direito à sindicalização, greve, conciliação e arbitragem de conflitos, indenização por dispensa e aos seguros sociais.

Em 1919, a Constituição da Alemanha (Weimar), teve grande repercussão na Europa e foi considerada a base das democracias sociais. Esse texto constitucional estabeleceu a participação dos trabalhadores nas empresas, criação de um direito unitário do trabalho, liberdade de coalizão para a defesa e melhoria das condições de trabalho e previu um sistema de seguros sociais.

Em 1927, a Carta del Lavoro, da Itália, tornou-se a base dos sistemas políticos corporativistas e influenciou também a Espanha, Portugal e o Brasil. Como princípio a intervenção do Estado na ordem econômica, controle sobre o direito coletivo do trabalho e a concessão legal dos direitos aos trabalhadores (Nascimento; Nascimento, 2018).

As primeiras legislações trabalhistas no território brasileiro foram para regulamentar o trabalho de crianças nas fábricas, organização dos trabalhadores da agricultura e da indústria rural e urbanos em sindicatos e para a indenização, em caso de acidente no ambiente de trabalho, para a família do trabalhador.

No Brasil, no início do século XX, os trabalhadores chegavam a cumprir jornadas diárias de 15 a 16 horas. Em 1917, eclodiu uma greve nacional que reivindicava uma jornada de 8 horas diárias e o domingo de descanso (Rodrigues, 1999).

Já no ano de 1927, o trabalho de crianças menores de 12 anos foi proibido, e indevido em atividades perigosas ou insalubres. No caso do trabalho feminino, apenas em 1932 foi regulamentado, atribuindo salário igual a trabalho de igual valor, proibindo o trabalho insalubre ou perigoso para mulheres, direito a férias, maternidade e espaço de amamentação no ambiente de trabalho.

O direito às férias é instituído no ano de 1925, inicialmente, com 15 dias de duração. Foi apenas em 1933 que foi institucionalizada a concessão de férias anuais.

Em 1931, o sindicalismo brasileiro passou por certos avanços, definindo-os como órgão consultivo e de colaboração do poder público; entretanto, com uma extensa intervenção governamental.

Em 1937, Vargas começou a governar com poderes ditatoriais, tornando sua forma de governo centralizadora e controladora (Cruz, 2022) determinando como os sindicatos deveriam se organizar.

No ano de 1939, as associações sindicais passaram a ser fiscalizadas de acordo com o registro no Departamento Nacional do Trabalho. A Carta Magna promulgada por Vargas, concentrou os poderes institucionais nas mãos do chefe do Executivo, extinguiu o sufrágio universal, aumentou a intervenção do Estado na economia e determinou como os sindicatos deveriam se organizar (Cruz, 2022).

Em 1930, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Na estrutura do Ministério é criado o Departamento Nacional do Trabalho, responsável pela execução, fiscalização e cumprimento das leis trabalhistas.

Na década de 1930, assiste-se transformações no âmbito da política (instalação de um regime autoritário por Vargas), economia (pós crise de 1929 e aprofundamento de processo de industrialização concentrada), social (incremento da urbanização e das migrações internas por trabalho) e cultural (crescente valorização da cultura em sentido amplo e da cultura brasileira) (Cruz, 2022).

Dessa maneira, segundo Cruz (2020, n.p.):

Resultado de uma convergência de fatores sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais, o turismo deve ser compreendido como uma expressão fidedigna das contradições que marcam o mundo do trabalho, ou seja, ao mesmo tempo em que aumenta o chamado tempo livre do trabalhador, consolida-se o controle social sobre o mesmo.

Durante a Era Vargas (1930-1945) foram adotadas diversas medidas que culminaram na promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela instituiu o salário mínimo, aposentadoria, jornada de 8 horas diárias e férias anuais remuneradas. A CLT regulamentou a jornada de trabalho nos artigos 58 e 59.

Em 1987, foi instalado o Congresso Nacional Constituinte, que estabeleceu a carga horária de 44 horas semanais. No capítulo II da Constituição Federal de 1988, em seu Art. nº 6, é estabelecido como direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância e a assistência aos desamparados. A Constituição de 1988 reduziu o limite de 48 horas semanais para 44.

Apesar dos avanços conquistados pelos movimentos sociais da classe trabalhadora, ainda que com algumas exceções, as regulações trabalhistas continuam a ignorar diversas demandas sociais dos trabalhadores, como a

progressiva redução da jornada de trabalho e a proibição de condições laborais consideradas degradantes e prejudiciais à saúde física e psíquica, que emergem da relação entre o vendedor da força de trabalho e os capitalistas. Logo, a suposta igualdade presente nos contratos de trabalho desconsidera as desigualdades inerentes a essa aparente igualdade jurídica. De acordo com Grespan (2021, p. 11), “[...] a igualdade no plano jurídico é dialeticamente determinada pela desigualdade no plano social e a liberdade individual, pelo vínculo implacável das relações criadas pelo capital”.

Assim, a suposta igualdade jurídica dos contratos de trabalho ignora as condições concretas das relações sociais de produção. Para os trabalhadores assalariados, o trabalho é a única possibilidade de manutenção da vida. Para os capitalistas, torna-se objeto de exploração e extração de mais-valia.

A predominância populacional nas cidades, fez com que houvesse a necessidade de uma maior divisão do trabalho, substituindo as divisões existentes características da vida rural, especializando-se cada vez mais, como tendência ampliada após Segunda Guerra Mundial pela necessidade de produção a longa escala (Cruz, 2001).

De acordo com Bertoldo e Borges (2024) no período histórico presente, a reforma trabalhista de 2017 extinguiu alguns direitos trabalhistas e criou novos arranjos de trabalho, como o regime 12x36. Assim, implementou o aumento da jornada em regime de tempo parcial e a possibilidade de acordos individuais para horas extras. Essa medida, entretanto, ignora as vulnerabilidades dos empregados diante de seus empregadores e desconsidera as normas de saúde e de segurança do trabalho.

Segundo Antunes (2009), os movimentos sociais da classe trabalhadora, desde o período da industrialização e da ampliação do modo capitalista de produção buscam a redução da jornada de trabalho como forma de enfrentar o desemprego estrutural, indo além dessa dimensão imediata e configurando-se como um ponto de partida decisivo para a substituição do metabolismo social do capital. Articulando-se tanto na ação contra algumas formas de opressão e exploração do trabalho quanto nas formas contemporâneas de estranhamento, que se realizam fora do mundo produtivo, na esfera do consumo material e simbólico. Desse modo, a redução do tempo de trabalho, no plano mais imediato, tem se voltado à tentativa de minimizar o crescente e brutal desemprego estrutural.

De acordo com Antunes (2009), em países como o Brasil, desprovidos quase completamente de instrumentos efetivos de seguridade social⁴, a exclusão do trabalho assalariado para a massa de trabalhadores representa uma desefetivação, desrealização e brutalização ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela classe que vive do trabalho. Logo, o autor defende a redução da jornada de trabalho (ou do tempo de trabalho), sem redução salarial, como instrumento de promoção do pleno emprego. Assim,

[...] tornam-se necessariamente complementares. [...] o empreendimento societal por um trabalho cheio de sentido e pela vida autêntica fora do trabalho, por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre e autônomo fora do trabalho – ambos, portanto, fora do controle e comando opressivo do capital – convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação (Antunes, 2009, p. 176).

Desde a criação da CLT e da atual Constituição Federal, o trabalho vem passando por um acelerado processo de digitalização e automação. Como aponta Harvey (2005), a tecnologia é responsável por um aumento expressivo do desemprego em massa, fazendo com que o exército de reserva (trabalhadores desempregados) cresça continuamente. Segundo Biavaschi e Vazques (2025), a atual configuração do trabalho causa exaustão e afeta negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores, prejudicando a qualidade de vida e dificultando o acesso ao lazer. Desse modo, o aumento do número de desempregados passa a funcionar como um instrumento de coerção social para o incremento da extração de trabalho não pago, sujeitando os indivíduos a condições precárias de emprego e tornando o pleno emprego obstáculo para a cidadania.

O Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) surgiu como um movimento social articulado nas redes sociais, pautando a redução da escala de trabalho praticada atualmente no Brasil, baseada em seis dias de trabalho por um de descanso, com oito horas diárias.

Segundo Bertoldo e Borges (2024, n.p.),

[...] a aplicação de jornadas extensivas, como a escala 6x1, apesar de serem regularizadas, muitas vezes resultam em um desgaste substancial para o trabalhador. Esse desgaste não se limita à fadiga física, mas

⁴ É possível, porém, observar que no Brasil existem instrumentos principalmente jurídicos que regulamentam as relações de trabalho. A crítica do autor, porém, é necessária para refletir sobre os limites de tais instrumentos.

estende-se à deterioração da saúde mental e à privação de um lazer reparador, essenciais para a manutenção de uma vida equilibrada e plena.

A Proposta de Emenda Constitucional protocolada pela deputada federal Erika Hilton busca alterar o art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de reduzir a jornada semanal de trabalho de 44 para 36 horas, distribuídas em quatro dias por semana. A proposta mantém o limite diário de oito horas e não prevê flexibilização ou supressão de direitos. De acordo com Biavaschi e Vazquez (2025), a proposta é uma iniciativa que busca promover relações de trabalho menos desiguais, aumentando a demanda por consumo e favorecendo uma divisão mais equitativa das responsabilidades, historicamente atribuídas majoritariamente às mulheres.

É uma demanda histórica dos movimentos sociais da classe trabalhadora a redução progressiva da jornada de trabalho. De acordo com Nicolás (1999) as conquistas alcançadas em diferentes territórios influenciam a reivindicação por maiores direitos sociais em todo o mundo.

Segundo ele, o surgimento do turismo de massa representou uma conquista importante para o exercício do lazer e do turismo pela classe trabalhadora na Europa, atividades anteriormente reservadas a uma classe dominante e a uma elite europeia ociosa. Assim,

Desatar al trabajador de su sitio de trabajo y de la residencia asociada, ha constituido una de las grandes victorias sociales del siglo XX, un factor de desalienación sólo comparable con la ganancia que significaron la reducción de la jornada de trabajo, la semana de cinco días (la famosa semana 'inglesa'), y la eliminación del trabajo infantil. Es a través del desplazamiento espacial que el turismo permite desarrollar prácticas sociales distintas, aceptadas o no en las normas de comportamiento del mundo de trabajo. El espacio distinto donde se ejerce las prácticas, no es un subespacio del espacio del trabajo, es una realidad compleja, de creciente relevancia, que obliga a razonar no sólo en términos de lógica de trabajo sino de lógica de ocio (*ibidem*, p. 47).

O turismo de massa marca a ascensão da importância econômica e social do turismo em todo o mundo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, sendo uma proposta que inclui a participação dos trabalhadores no turismo, proporcionado pelo barateamento das viagens.

As viagens existem historicamente e são inerentes à sobrevivência humana. Elas são caracterizadas por deslocamentos para diferentes finalidades. A conversão das viagens em mercadoria está no cerne da conversão das viagens espontâneas em atividades turísticas. Essa conversão tem acompanhado o desenvolvimento

técnico-científico-informacional. O aumento do número de turistas pelos territórios está no cerne da apropriação-organização-produção dos espaços.

Conforme aponta Santos (2023, p. 17):

A demanda de cada indivíduo como membro da sociedade total é respondida em parte pelas firmas e em parte pelas instituições. As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. As instituições, por seu turno, produzem normas, ordens e legitimações.

Segundo Cruz (2006), o Estado é um agente de produção do espaço. A seleção espacial realizada por esse agente atribui diferentes níveis de valorização aos lugares. A autora destaca que a seletividade espacial pode levar ao abandono de determinadas parcelas do espaço geográfico, que não apresentam interesse imediato para as atividades de consumo ou que são intencionalmente negligenciadas para futura valorização (Cruz, 2001).

Cruz (2005) denomina essas áreas de “territórios negligenciados”, ou seja, espaços deliberadamente desvalorizados no momento histórico presente para fins de especulação futura.

Para a autora, o Estado é responsável por fornecer um conjunto de modernizações e pela implementação de sistemas de engenharia apropriados pelo turismo (Cruz, 2006), e completa: “[...] no afã de atrair o interesse de agentes de mercado, o Estado é quem realiza a primeira seleção espacial de lugares/regiões que devem ser contemplados por seus programas de desenvolvimento do turismo” (Cruz, 2006, p. 344). Logo, os espaços selecionados pelas ações estatais são beneficiados na destinação de recursos públicos, atendendo aos objetivos de desenvolvimento. Sendo assim,

A implementação de obras voltadas a aumentar a fluidez do território, bem como outras destinadas à melhoria de condições infra-estruturais básicas dos lugares (abastecimento de água, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto e coleta e acondicionamento de resíduos sólidos) correspondem a algumas das ações estratégicas emanadas do estado (sobretudo poderes públicos federal e estaduais) no sentido de desenvolver o turismo no território nacional. Tornar o território atrativo para o capital privado é o objetivo precípua dessas ações (Cruz, 2006, p. 338).

O “território usado” é previamente selecionado pela ação racional do Estado para o desenvolvimento do turismo. Nesse processo, as ações estatais promovem modernizações e implementam sistemas de engenharia mais intensivos, que ampliam as condições de acesso e circulação nos lugares.

As infraestruturas urbanas favorecem a circulação e os serviços urbanos passam a atender não apenas a demanda dos moradores mas nos territórios turísticos, dos turistas. Nesses mesmos espaços, os moradores são incorporados ao chamado mercado turístico. Trata-se de um setor marcado pela informalidade e pela sazonalidade, o que contribui para a instabilidade dos postos de trabalho turístico.

2.2 PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Planejamento setorial é algo que sempre remete ao futuro, que se deseja alcançar. Para atingir esse objetivo é preciso identificar, no passado, os erros que não se deseja cometer no presente. É preciso também olhar para o presente, diagnosticar a realidade atual, para estabelecer os objetivos e as metas que buscam serem alcançadas. As políticas públicas servem como referência para o planejamento setorial.

As políticas públicas são um documento público. De acordo com Hall (2001, p. 26),

A elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas e formas dos governos e outros aspectos do sistema político.

Desse modo, “a política deve, portanto, ser encarada como uma consequência do ambiente político, dos valores e das ideologias, da distribuição de poder, das estruturas institucionais e dos processos de tomada de decisão” (*ibidem*). Ademais, uma política para ser considerada pública deve ter passado por um processo que autoriza ou ratificada por órgãos públicos.

Na concepção de Cruz (2006) as políticas públicas são uma referência para o planejamento setorial, orientando o comportamento dos agentes públicos e privados.

Conforme Cruz (1999, p. 46) a política pública de turismo é,

Um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em função do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território. Assim sendo, uma política pública setorial — como é o caso das políticas de turismo — não tem que ser concebida, necessariamente, sob esta designação. Toda diretriz ou estratégia instituída pelo poder público com o objetivo acima exposto, comporá, com o conjunto de medidas estabelecidas com a mesma finalidade, a política governamental em questão. Do mesmo modo, um conjunto de ações

deliberadas pelo poder público, em torno do objetivo de ordenar o desenvolvimento da atividade turística, pode ser revelador de uma política pública para a atividade.

Cruz (2006, p. 342) analisa que,

[...] a política pública de turismo deve ser um documento público, que reúna o pensamento do(s) poder(es) público(s) (local, estadual, regional ou nacional) com relação à organização do setor turismo em um dado território. Objetivos, metas, diretrizes e estratégias devem estar claramente descritos num documento desta natureza.

As políticas públicas de turismo, não tem que ser concebida, necessariamente, sob esta designação (Cruz, 1999). Segundo Macêdo (2018, p. 40) “[...] o Estado é reconhecido como ator central, responsável principal pelas ações do processo de governabilidade e, portanto, principal decisor, planejador e executor do processo de produção de políticas públicas”.

De acordo com Rodrigues (2010, p. 17) “[...] o Estado moderno se constitui de um conjunto de instituições públicas que envolvem múltiplas relações com o complexo social num território delimitado”. Para essa autora, da organização burocrática do Estado nasce a administração pública, compreendida como o conjunto das atividades ou ações do Estado, que por serem definidas por lei ou pelos atos de Governo visa à execução de tarefas de interesse público. Desse modo,

[...] as políticas públicas envolvem a produção de bens públicos e não privados ou apenas destinados ao uso coletivo. Isso porque o caráter público dessas políticas não se dá pelo agregado social que o bem que elas produzem atingem, mas sim, pelo simples fato de essas políticas serem mandatórias e impositivas. Portanto, podemos afirmar que é o Estado que detém o poder e a autoridade para fazer valer, para toda a população que vive num território delimitado, as políticas que se processam de diversos interesses, necessidades e demandas da sociedade (Rodrigues, 2010, p. 18).

As políticas públicas de turismo no Brasil começaram a ser implementadas em 1938 no âmbito federal, restringindo-se, naquele período, a aspectos parciais da atividade. Cruz (1999, p. 9) afirma: “[...] uma digressão histórica sobre políticas nacionais de turismo no país mostra que nem sempre essas políticas foram claramente explicitadas, além de terem se reduzido a aspectos parciais da atividade”.

Nos anos de 1938 até 1966 a ação pública federal esteve presente, sobretudo, para a regulamentação/normatização do turismo – nas vendas de passagens e funcionamento das agências de viagens e de transportes (Cruz, 1999). Somente nos anos de 1966, diante da criação do Sistema Nacional de Turismo (SISTUR),

Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), que o Estado brasileiro passou a considerar o setor de turismo de forma mais abrangente, no que diz respeito à adequação do território, neste momento, não concerne como prioridade. É somente a partir dos anos 90 que o Estado brasileiro percebe que a falta de infraestrutura básica interfere no desempenho do território, no sentido de desenvolvimento de um turismo massivo e internacionalizado.

No século XX, há dois momentos distintos das políticas públicas de turismo no Brasil: final dos anos de 1980, quando há infraestrutura, natureza e gestão, a exemplo, de mudanças significativas na condução no que diz respeito às ações públicas federais ao setor turismo.

De acordo com Cruz (2006) essas foram mudanças nos paradigmas orientadores das políticas públicas de turismo; quando essas políticas concernem aos contextos sociais, históricos, políticos e também econômico, de seu tempo. No segundo momento, que se inicia a partir de 2006, a autora considera que se tem a melhoria de infraestrutura básica e de transporte, geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável, descentralização, liberalização e desregulamentação. Assim, os paradigmas orientadores das políticas públicas nacionais de turismo, começaram a mudar a partir de 1966, quando o setor passou a ser considerado de forma mais abrangente (Cruz, 1999).

Desse modo, o turismo atravessou diferentes períodos históricos, políticos, sociais e econômicos. No qual essas dimensões repercutem diretamente no desenvolvimento da atividade no âmbito da administração pública federal. Segundo Hall (2001) o turismo não se exclui das mudanças na filosofia política, em seu espectro mais amplo. Para ele, na década de 1980, a tendência ideológica dominante e grande parte da década de 1990, foi a de desregulamentar o turismo, delegando sua regulamentação para o mercado. Portanto, reduzindo o envolvimento governamental nas sociedades ocidentais, fez com que o envolvimento adotasse um caráter empresarial em relação ao turismo e a fim de aumentar a contribuição financeira do setor à receita do Estado.

De acordo com Brocchi e Solha (2008) o ano de 2003 é marcado pela criação do Ministério do Turismo e da Política Nacional de Turismo, que lançou o Programa de Regionalização do Turismo (denominado Roteiros do Brasil). Macedo (2018) insere o período da criação do Ministério do Turismo na quarta fase das políticas

nacionais de turismo. Logo, destacam-se como marcos regulatórios do turismo na atualidade os seguintes acontecimentos:

Quadro 1: Principais marcos legais do turismo: Brasil (1998-2021)

Marco temporal	Normatização	Ementa
1 de janeiro de 1999	Medida Provisória nº 1.795/1999	Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. (Criação do Ministério do Esporte e Turismo).
31 de agosto de 2001	Medida Provisória nº 2.216-37/2001	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. (Criação do Conselho Nacional de Turismo).
28 de maio de 2003	Lei nº 10.683/2003	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. (Criação do Ministério do Turismo).
29 de abril de 2003		Plano Nacional do Turismo (2003-2007). Contribuiu para a criação do programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil” (2004).
Junho de 2007		Plano Nacional do Turismo (2007-2010) “Uma viagem de inclusão”.
17 de setembro de 2008	Lei nº 11.771/2008	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.
17 de setembro de 2010	Decreto nº 7.381/2010	Regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.
16 de junho de 2011	Portaria MTUR nº 100/2011	Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências.

24 de maio de 2013	Portaria MTUR nº 112/2013	Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo e dá outras providências.
24 de novembro de 2021	Portaria MTUR nº 41	Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste.

Fonte: Macêdo (2018). Organizado e atualizado pelo autor (2026).

É atribuição do Governo Federal em relação ao turismo, conforme estabelecido pela Política Nacional de Turismo (PNT), presente na Lei Geral do Turismo (LGT) (2008): planejar, desenvolver, estimular, disciplinar a prestação de serviços turísticos, realizar o cadastro qualificação e fiscalização dos prestadores desses serviços. É estabelecido também às atribuições do Ministério do Turismo (MTUR): estabelecer o Plano Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar, fiscalizar, promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional. De acordo com os objetivos da LGT, a gestão pública, cabe a promoção, descentralização e regionalização da atividade turística, de forma a estimular os estados da federação, o Distrito Federal e os municípios a planejarem, ordenarem e monitorarem, em seus respectivos territórios, as atividades turísticas, envolvendo, nesse processo, a participação das comunidades receptoras.

Cabe ao MTUR a elaboração do Plano Nacional de Turismo. Neste Plano, revisado a cada quatro anos, em consonância com o plano plurianual, é estabelecido: políticas de crédito para o turismo, as linhas de financiamento e o custo financeiro, à vinda de turistas estrangeiros e à crescente movimentação de turistas no mercado interno, maior aporte de divisas ao balanço de pagamentos, proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse turístico, orientação às ações do setor privado, elaboração de estudos e pesquisas que auxiliem os gestores dos setores público e privado do turismo e o fortalecimento do modelo de gestão descentralizada e da regionalização da atividade turística.

Uma política pública de turismo consiste nas ações emanadas dos poderes públicos. Essas ações ocorrem em diferentes escalas. Essas políticas públicas impulsionam e retroalimentam a criação de novas ações por parte dos poderes

públicos. A importância do poder público para a organização do turismo é pelo seu papel de possuir os instrumentos legais necessários para regular o comportamento dos agentes turísticos, direcionar os recursos financeiros para a criação ou modernização dos sistemas de engenharia e de produção do espaço geográfico.

2.3 MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO E ESTÂNCIAS TURÍSTICAS

Segundo Brocchi e Solha (2008) no ano de 1965, no estado de São Paulo, foi criado o primeiro órgão público de turismo, com o objetivo de incentivar e apoiar iniciativas de empresas privadas que pudessem contribuir para o incremento do turismo, restritas, contudo, aos setores da hotelaria e à implementação de infraestrutura turística.

Em 1967, ocorreu uma ampla reforma administrativa, e a secretaria foi reorganizada e integrada a outros setores, como cultura e desportos. Entre 1983 e 1987, passou a ganhar destaque no turismo social.

As autoras apontam que no ano de 2003, não houve a implementação de uma política estadual específica, adotando-se os princípios do PNT do MTUR, como a regionalização turística e a descentralização da gestão turística.

Nos anos de 2015 e 2016 foram aprovados importantes instrumentos legais: a Lei Complementar nº 1.261/2015, que dispõe sobre as condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico; a Resolução ST nº 14/2016, que estabelece parâmetros para a elaboração do Plano Diretor de Turismo dos municípios; e a Lei nº 16.283/2016, que dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (Thomaz; Camargo, 2021).

A atividade turística no estado de São Paulo segue as diretrizes da Lei nº 1.261, de 29 de abril de 2015 de classificação dos Municípios de Interesse Turístico (MIT) e de Estâncias Turísticas, sendo os MITS uma condição intermediária para a consolidação do município como Estância Turística.

Os MIT's possuem dentro das condições e requisitos: potencial turístico; serviço médico emergencial; equipamentos e serviços turísticos no local ou na região (meios de hospedagem, serviço de alimentação e serviço de informação turística); infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes (abastecimento de água potável e coleta de resíduos sólidos); atrativos turísticos; Plano Diretor de Turismo e Conselho Municipal de Turismo.

Os municípios paulistas devem enviar para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) um projeto que conste: estudo da demanda turística (do ano anterior à apresentação do projeto), realizado pela Prefeitura em convênio com órgão público estadual, federal, instituição de ensino superior ou entidade especializada; inventário dos atrativos turísticos, com suas respectivas localizações e vias de acesso; número dos equipamentos e serviços turísticos; existência de atendimento médico emergencial; inventário da infraestrutura básica, cópia do Plano Diretor Municipal de Turismo e atas das seis últimas reuniões do Conselho Municipal de Turismo. Com o documento em mãos as prefeituras devem, por meio do apoio de um parlamentar (Deputado Estadual) se submeterem à apreciação da Comissão da ALESP competente, que deve encaminhar esse documento à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo para a sua manifestação, sobre o cumprimento dos requisitos estabelecidos.

Outro aspecto importante é que somente poderão ser classificados como Estâncias Turísticas os municípios com até 200.000 habitantes, observado o censo demográfico decenal do IBGE.

O Poder Executivo municipal deve encaminhar à ALESP a cada três anos, projeto de Lei Revisional dos Municípios Turísticos. Observados o ranqueamento das Estâncias Turísticas e dos MIT e de outras melhorias implementadas pelo município, como: Lei Municipal das Micro e Pequenas Empresas, cursos de capacitação profissional na área de turismo receptivo e condições de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Os recursos disponibilizados para os municípios turísticos são repassados pelo Fundo de Melhoria das Estâncias. Para acessar o recurso às Prefeituras devem determinar os objetos dos convênios, conforme estabelecido no Art. 146 da Constituição do estado de São Paulo,

3º - O Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos terá dotação orçamentária anual correspondente a 11% (onze por cento) da totalidade da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias no exercício imediatamente anterior, limitada ao valor inicial da última dotação atualizado pela variação anual nominal da receita de impostos estaduais estimada na subsequente proposta orçamentária.

§ 4º - Os critérios para a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos serão estabelecidos em lei, garantida a destinação de 20% (vinte por cento) para os Municípios de Interesse Turístico (São Paulo, 2015).

A aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Turismo dependerá da aprovação do Conselho de Orientação e Controle. De acordo com Thomaz e Camargo (2021, p. 191-192),

Existem algumas diferenças que estabelecem as classificações (estância e MIT), são estas: o tempo em que a atividade turística vem se desenvolvendo (destino consolidado), equipamentos e atrativos turísticos já existentes e a receita específica decorrente da atividade no município. Os valores disponibilizados são diferentes, ou seja, enquanto um MIT recebe em média aproximadamente R\$600 mil reais, uma estância pode chegar a R\$ 5 milhões de reais por ano, sendo assim, os destinos com maior fluxo turístico geram um montante maior de impostos e desta forma os valores recebidos serão equivalentes.

Assim, a classificação como MIT, enquanto condição intermediária para a consolidação como Estância Turística, constitui uma estratégia para os municípios que, esgotadas as possibilidades de crescimento econômico ou em contexto de recessão de suas economias, passam a investir no turismo. Logo, trata-se de uma política pública de seleção espacial e de produção ancorada na descentralização e na gestão participativa.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA-GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 MUNICÍPIO DE ROSANA: OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A ALTERNATIVA DO TURISMO

Rosana está localizada no extremo sudoeste do estado de São Paulo, na região do Pontal do Paranapanema. A economia municipal é sustentada pelo setor agropecuário, com destaque para a pecuária leiteira, agricultura familiar e a monocultura da cana-de-açúcar.

O Pontal do Paranapanema foi ao longo do século XX um espaço delimitado por e a partir da presença de movimentos socioterritoriais, como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que tiveram na luta pelo acesso à terra sua principal reivindicação.

Localiza-se entre dois importantes cursos d'água, os rios Paraná e Paranapanema, que exercem influência sobre o uso e a ocupação do solo. Por se tratar de uma área de preservação ambiental, não é permitida a concentração industrial, fator que confere ao turismo relevância econômica.

Hespanhol (1985) aponta que a colonização dirigida/ocupação do território de Rosana teve início com a proposta de construção de um ramal ferroviário, que sairia de Presidente Prudente e chegaria até as margens do rio Paraná, nas proximidades da confluência entre os rios Paraná e Paranapanema.

O projeto incluía a ligação por balsa, permitindo a continuidade dos trilhos até Dourados (MS). Por esse motivo, a ferrovia seria chamada de ramal de Dourados, sendo planejada para o transporte de produtos do então sul de Mato Grosso, do norte do Paraná e da região do Pontal do Paranapanema.

Segundo Leite (1998), a empresa vencedora da licitação para a construção da ferrovia, ao ter acesso ao traçado do projeto ferroviário, passou a adquirir extensas áreas de terra na região, muitas das quais integravam reservas estaduais destinadas à preservação da fauna e da flora. Ainda assim, observou-se um intenso processo de desmatamento nas décadas de 1950 e 1960.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o município de Rosana tem origem em um processo de ocupação de terras marcado por irregularidades.

Entretanto, a construção do ramal de Dourados foi combatida pela imprensa e por alguns deputados na ALESP, no âmbito de uma disputa que se constituía no

discurso: de um lado, os apoiadores defendiam que, com a chegada da estrada de ferro, a área seria melhor fiscalizada.

Não encerrado a disputa política, porém, a Imobiliária Colonizadora Camargo Corrêa Ribeira S/A, lançou um projeto de colonização dirigida/ocupação em uma das propriedades localizada no 13º perímetro, próximo à confluência dos rios Paraná e Paranapanema, no projeto, o campo foi delegado a função de fornecer à cidade em formação elementos para a subsistência de seus moradores.

Compôs partes deste projeto,

O perímetro urbano foi retalhado em 1.116 lotes, medindo em média 500m² cada. Ao redor do núcleo houve a divisão em 273 propriedades rurais, sendo 144 chácaras de 5 a 10 ha, 113 sítios de 28 a 55 ha, e 16 propriedades maiores medindo de 116 a 193 ha, estas situadas no varjão do Paranapanema. A divisão em pequenas propriedades teve dois objetivos principais: - Priorizar a agricultura e fixar um grande número de pessoas que pudessem sustentar o comércio do núcleo, sobretudo em seu início (Hespanhol, 1985, p. 8).

Segundo Hespanhol (1985) embora a população do projeto de colonização dirigida/ocupação possuísse tradição na agricultura, não se realizou uma exploração racional do solo, o que levou à sua rápida degradação. De acordo com o autor, após quatro ou cinco anos da derrubada das matas, as lavouras atingiram uma elevada produtividade devido à grande fertilidade do solo que vinha da camada umidificada originária da mata. Entretanto, com a retirada dessa camada o solo ficou exposto e mostrou-se empobrecido.

Considerando-se as condições científicas e técnicas do período histórico correspondente do projeto não havia, ainda, a “cientificação da atividade agrícola” (iniciado com a Revolução Verde), para o manejo racional do solo; além disso, os agentes do projeto eram constituídos por pequenos agricultores, no qual o acesso para os benefícios científicos e técnicos voltados para a produção agrícola, na ausência de linhas de crédito se demonstraria limitada; logo, o manejo do solo para fornecer produtos alimentícios para a cidade em formação evidenciava a necessidade de uma produção em larga escala o que acabava por sobrecarregar o solo.

Hespanhol (1985) aponta que a Companhia não forneceu as condições infraestruturais necessárias para o escoamento da produção agrícola, tampouco

estimulou a criação de estruturas organizacionais voltadas para a capitalização dos agricultores. Desse modo,

[...] o agricultor rosanense viu-se abandonado à própria sorte. Passou então a cultivar visando a auto-sustentação, muitos dos agricultores, com suas minúsculas propriedades viram-se obrigados a prestarem serviços nas grandes fazendas que rodeavam o projeto, com a finalidade de ganharem algum dinheiro para a complementação do rendimento familiar (Hespanhol, 1985, p. 13).

Leite (1998) assinala que as terras no Pontal do Paranapanema, especificamente em Rosana, foram adquiridas com o objetivo de revendê-las posteriormente, obtendo-se uma taxa de lucro mais elevada com sua valorização após a chegada da estrada de ferro. Contudo, a estrada de ferro jamais alcançou a área do projeto de colonização dirigida/ ocupação. O autor (1998, p. 100) diz que,

[...] Enquanto se atraíam moradores para os povoados, a devastação das matas prosseguia e a madeira de lei era vendida em toras ou aparelhadas [...] A estratégia era a do fato consumado: acabando-se com a floresta o estado perderia o interesse pela área, pois nada haveria a conservar num meio-ambiente ecologicamente devastado.

Nota-se que,

A região do Pontal do Paranapanema, onde se insere o Município de Rosana, quanto à cobertura vegetal resultante da combinação das características morfoclimáticas, originalmente correspondia a uma área do bioma Mata Atlântica, caracterizado por um conjunto de formações florestais (Florestas: Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual e Ombrófila Aberta) e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude (Rosana, 2022, p. 13).

Nos anos de 1970, a CESP foi a estatal responsável pela criação de duas UHE, na região do município de Rosana e a empresa responsável pela construção das UHE, Camargo Corrêa, precisou construir uma pequena cidade para abrigar os trabalhadores durante o período de construção.

A UHE Porto Primavera, está localizada entre os municípios de Teodoro Sampaio (SP) e Batayporã (MS). A UHE Rosana, localizada entre os municípios de Teodoro Sampaio (SP) e Diamante do Norte (PR).

Ambas as construções tiveram início na década de 1980. Para isso, foi necessária a construção de uma ponte rodoferroviária sobre a barragem, conectando os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de uma ponte de concreto que interliga os estados de São Paulo e Paraná.

Logo, a área de influência das UHE inclui os seguintes municípios: Teodoro Sampaio (SP), Presidente Epitácio (SP), Presidente Venceslau (SP), Marabá Paulista (SP), Mirante do Paranapanema (SP), Anaurilândia (MS), Nova Andradina (MS), Diamante do Norte (PR), Terra Rica (PR), Paranavaí (PR), Itaúna do Sul (PR) e Nova Londrina (PR).

Como aponta Vianna (2006, p. 270-271),

Do ponto de vista físico, o alagamento interferiu no tocante à modificação da dinâmica fluvial, tendo consequência direta sobre o meio biótico. A UHE Porto Primavera alterou o habitat de inúmeras espécies de fauna, restringindo ainda mais seus ambientes. Por outro lado, foram capturados na área de inundação e reassentados fora dela, mais de 5 mil animais entre mamíferos, répteis e aves.

A Camargo Corrêa, empresa responsável pela construção da cidade de Primavera, edificou casas para servirem de abrigo temporário aos trabalhadores. O projeto dessas habitações considerou o número de empregados, a classificação funcional, o tempo de permanência nas obras e os níveis de prestação de serviços. Previu-se o alojamento de 4.390 trabalhadores com suas famílias, além de outros 4.390 trabalhadores solteiros. Além disso, a empresa construiu espaços destinados a atender aos serviços urbanos de educação, saúde e lazer. Assim,

Desenhado e construído em formato de navio (barco, para alguns), onde suas principais ruas em sentido Leste/Oeste são onduladas representando o movimento das águas. Para sua construção pensou-se em vários detalhes como: tipos diferentes de residências (de acordo com a função que o trabalhador exercia na obra), arborização natural (reserva de mata nativa centralizada no núcleo urbano), hospital próprio, dois clubes de lazer (novamente edificações pensadas em atender à públicos diferentes, segundo a hierarquia de funções na obra), espaços públicos entre quadras (quarteirões) residenciais com áreas de lazer em diferentes regiões da cidade, escolas, centro comercial, dentre outros detalhes que garantiam o conforto dos moradores da cidade inaugurada em Setembro de 1980 (Rosana, 2022, p. 20).

Figura 2: Distrito de Primavera, município de Rosana/SP



Fonte: Rosana (2022). Disponível em:

<https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 07 de fev. de 2026.

Após o término da construção das barragens, muitos trabalhadores, principalmente os provenientes de outras regiões, estabeleceram residência permanente na cidade de Primavera.

No mesmo período, houve intensas disputas em torno do tema da Reforma Agrária. Muitos dos trabalhadores desempregados pela CESP aliaram-se às disputas políticas e jurídicas, reivindicando o direito à terra. Aqueles que permaneceram empregados pela estatal no início do século XXI, posteriormente foram demitidos.

Desde 2013, a CESP reduziu os investimentos na cidade de Primavera e transferiu 1.277 casas para a Prefeitura, o hospital e para o Estado. Logo em seguida, a exploração do turismo como atividade econômica no município de Rosana, foi categorizado MIT, por meio do Projeto de Lei nº 16.566/17. No qual, o segmento turístico base do município é o turismo de pesca, seguido do turismo de lazer. Ambas modalidades, tem como atrativo principal o Balneário Municipal de Rosana.

Historicamente, o espaço rural foi marginalizado pelos modelos de desenvolvimento econômico, os quais se concentraram na atividade industrial urbana. Esses modelos acabaram por limitar tanto a promoção do crescimento econômico quanto a melhoria das condições de vida nos territórios rurais.

Atualmente os assentamentos rurais do município vêm buscando diversificar suas atividades produtivas como forma de gerar emprego e renda; contribuindo para a permanência das famílias no espaço rural como uma resposta à limitada atuação

do Estado na formulação e implementação de políticas públicas de financiamento e infraestrutura que atendam às necessidades sociais.

4 ANÁLISE ESPACIAL DO TURISMO

4.1 RECURSOS TURÍSTICOS EM ROSANA

Segundo Barretto (2012, p. 33) atrativos turísticos é “aquilo que atrai o turista. Do ponto de vista do núcleo é o recurso. Atrativo e recurso são, portanto, sinônimos”. Aponta ela que em torno dos recursos turísticos são criados investimentos em infraestrutura, campanhas de motivação e promoção turística. Para Cruz (2001, p. 9) os atrativos turísticos e as paisagens turísticas são uma invenção cultural,

Uma das principais motivações das viagens turísticas é a busca do exótico, daquilo que, de alguma forma, se diferencia do cotidiano do turista. Como cada um de nós vive em uma porção bastante restrita do espaço geográfico - se comparada à totalidade do espaço do planeta - pode-se concluir que a maior parte do planeta será sempre exótica para os indivíduos, ou do ponto de vista de suas características naturais ou socioeconômicas e culturais.

A paisagem abrange dimensões perceptivas, seletivas e subjetivas. Se as paisagens são fixas e imóveis, seus significados e usos não são estáticos e, as diferentes atividades econômicas, como do turismo, constituem elementos de refuncionalização simbólica/funcional dos objetos geográficos disponíveis. Assim, o atrativo turístico é uma construção social.

Logo, a tipologia turística é definida a partir dos recursos disponíveis e da capacidade de atender a diferentes grupos de turistas. Portanto, o que, na atualidade, é considerado um atrativo turístico muitas vezes não foi concebido originalmente para desempenhar essa função.

Inclusive, aspectos negativos do cotidiano, como a pobreza e a miséria, podem ser convertidos em elementos de atratividade turística a partir das formas arquitetônicas e das dinâmicas urbanas resultantes das necessidades de habitação, sobretudo em países de economia dependente, como o Brasil, cujo território é marcado por ocupações irregulares em morros e áreas de risco.

Segundo Moretti (2026, p.580) “o turismo participa da mercantilização de paisagens e de culturas, transformadas em atrativos de acordo com as necessidades criadas no mundo urbano contemporâneo”. Concordando com o autor, “comunidades buscam inserir a prática do turismo em seu cotidiano, visando construir formas de valorização do lugar com o objetivo de gerar renda e garantir possibilidade de sobrevivência” (*ibidem*). Para ele, a atividade humana e social do turismo é,

Entendida no contexto geral de consumo e produção da natureza, que é consumo e produção de espaço. A natureza e a transformação de seus elementos, através do trabalho, em valor de troca estão inseridas na produção do espaço pelas leis do mercado (Moretti, 2011, p.6).

Harvey (2005, p. 65) apontou que o processo de “acumulação numa escala geográfica expansível e intensificada [...] cria espaços novos para acumulação”, no qual as relações totalizantes com o território são perdidas, exigindo, portanto, referências constantes com um número crescente de lugares para as atenderem as necessidades. Assim, o turismo aparece como uma necessidade socialmente construída e instrumentalizada para a acumulação de capital nos lugares em que se insere.

A seguir, apresenta-se o levantamento dos atrativos turísticos catalogados no município de Rosana e seu Distrito, Primavera.

Quadro 2: Atrativos turísticos naturais e culturais de Rosana/SP e Distrito de Primavera

Atrativos turísticos naturais	Atrativos turísticos culturais	
Encontro dos Rios Paraná e Paranapanema e Marco da Divisa entre estados	Igreja Católica de Primavera e Memorial	Praça dos Pioneiros
Rio Paraná e Rio Paranapanema	Igreja Católica de Rosana	Praça de Alimentação
Ilhas do Rio Paraná	Museu Regional	Prédio ou Pátio da FEPASA
Ilha Jurerê Nacional	Mirante do Rio Paraná	Cine Teatro Casa da Cultura
Reservas Florestais (Distrito de Primavera)	Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta	Feira Livre de Primavera
Balneário Municipal	Horto Florestal e Viveiros de Mudas	Distrito de Primavera
Grêmio	Pista de Cooper Eucaliptos	Sítios Arqueológicos
Três Rampas	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Sítios de Produção Agrícola

Fonte: Organizado pelo autor com base em Rosana (2022) e Thomaz (2023).

Encontro dos Rios Paraná e Paranapanema e Marco da Divisa entre estados: forma-se um contraste entre as cores das águas dos dois rios. O primeiro rio, apresenta uma tonalidade mais azulada, enquanto o segundo, possui um tom

amarronzado. É a marca simbólica do início do estado de São Paulo considerando a leitura ocidental, da esquerda para a direita e a divisa com os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. É também considerado o ponto inicial do estado de São Paulo por abrigar o Marco Zero.

Figura 3: Encontro dos Rios Paraná e Paranapanema e Marco da Divisa entre estados



Fonte: Rosana (2022). Disponível em:
<https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Rio Paraná: em tupi, o Rio Paraná significa como o mar ou parecido com o mar. Esse rio é o principal formador da Bacia do Prata. Considerando sua extensão total, até a foz no Rio da Prata, na cidade de Buenos Aires. É o oitavo maior rio do mundo em comprimento (4.880 km) e o segundo maior da América do Sul, atrás apenas do rio Amazonas.

É o décimo maior rio do mundo em vazão, drenando grande parte do centro-sul da América do Sul, incluindo áreas de cinco estados brasileiros. Sua bacia hidrográfica abrange mais de 10% do território nacional possibilitando diversas atividades, como pesca, lazer e esportes. Em Rosana, ao longo do rio, concentra-se os atrativos turísticos, Ilhas, Balneário Municipal, áreas para pesca, encontro dos rios, restaurantes, hospedagens e esportes náuticos.

Rio Paranapanema: este curso d'água percorre 930 km entre os estados de São Paulo e Paraná. Nasce na vertente ocidental da Serra da Paranapiacaba, no município de Capão Bonito (SP), e está inserido na bacia do Alto Paraná. Cerca de 330 km formam a divisa natural entre São Paulo e Paraná, a partir da foz do rio Itararé, na parte superior de seu curso. O rio possui um desnível aproximado de 600

metros. É aproveitado para a geração de energia hidrelétrica que iniciou em 1936, quando foi construída a pequena usina de Paranapanema, no médio curso do rio. Atualmente, existem onze usinas geradoras, sendo a de Rosana a última em seu curso caudaloso.

Figura 4: Rio Paranapanema



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Ilhas do Rio Paraná: quando há bancos de areia, as pessoas se reúnem para momentos de lazer. Entre as ilhas, a Ilha dos Pneus e a Ilha Comprida. Algumas dessas ilhas contam com ranchos e casas de veraneio, alugados por períodos determinados. Esses estabelecimentos de hospedagem, assim como outros empreendimentos, são fiscalizados pela Marinha do Brasil e o acesso é feito em embarcações, no Balneário Municipal sobretudo.

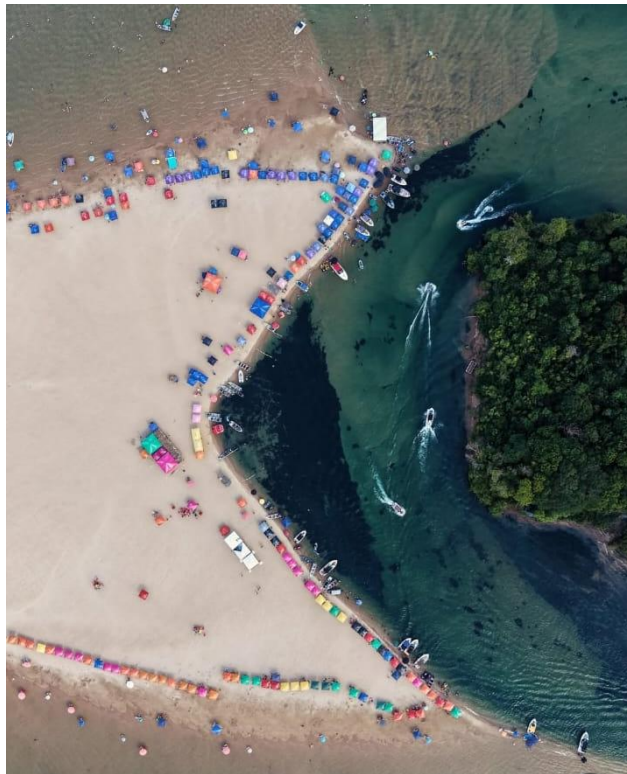
Figura 5: Ilha do Pneu



Fonte: O imparcial. Disponível em: <https://www.imparcial.com.br/noticias/passeio-ecologico-em-rosana-passara-por-pontos-turisticos-do-rio-parana,60324>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Ilha Jurerê Nacional: localizada no rio Paraná, é formada por um banco de areia de 1,65 hectares. Para acessar a ilha, utiliza-se dos serviços de barqueiros no Balneário Municipal ou das Três Rampas, além da possibilidade de utilizar embarcações próprias.

Figura 6: Ilha do Jurerê



Fonte: Rede social #visite_rosanasp, jan. 2026.

Reservas Florestais no Distrito de Primavera: áreas preservadas de fragmentos da Mata Atlântica, localizadas entre algumas ruas no Distrito de Primavera. Há a presença de animais silvestres, como o macaco-prego, lagartos do tipo teiú (Tupinambis, da família *Teiidae*), além de aves como tucanos e araras.

Figura 7: Reservas Florestais no Distrito de Primavera



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Balneário Municipal: construído às margens do rio Paraná, é ponto de partida para passeios de barco. Inclui a presença de quiosques, duchas personalizadas com imagens dos animais típicos da região, *camping*, banheiros públicos, lanchonetes, quadra de esporte de areia e apoio do Corpo de Bombeiros.

Figura 8: Balneário Municipal de Rosana/SP



Fonte: rede social #visite_rosanasp, dez. 2025.

Grêmio: uma área natural formada na beira do rio Paraná, que devido ao elevado número de visitação acabou por formar uma prainha alternativa, local em que os amigos se reúnem para se refrescar nos dias quentes do município.

Três Rampas: na segunda parte da Estrada das Três Rampas, está localizado as Três Rampas de acesso ao rio Paraná. Possui ligação com o início da formação da cidade de Rosana. Era por ali que chegavam a madeira, outros materiais, bens de consumo e alimentos para os seus moradores.

Figura 9: Três Rampas



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Igreja Católica de Primavera: construída pela CESP no ano de 1993, sua arquitetura é em formato de proa de barco rumo ao Norte fazendo referência às divindades católicas. A edificação é seu potencial turístico.

Figura 10: Igreja Católica de Primavera



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Memorial da Igreja Católica de Primavera: inaugurado em 2015 a exposição detém um acervo composto por peças do patrimônio material, como documentos, mobiliário, utensílios, indumentárias e fotografias, além de relatos de vidas, fotografias históricas sobre a cultura e religião da população do Distrito de Primavera.

Figura 11: Memorial da Igreja Católica de Primavera



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Igreja Católica de Rosana: por ser uma cidade que detém a presença de dois rios e desenvolve a atividade de pesca entre turistas e moradores, a padroeira do município é a Nossa Senhora dos Navegantes.

Figura 12: Igreja Católica de Primavera



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Museu Regional: também de administração da Auren Energia, após a comercialização por intermédio do Grupo Votorantim S.A. O acervo conta a história dos municípios impactados pela construção da UHE Sérgio Motta.

Figura 13: Museu Regional



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Mirante do Rio Paraná: o Mirante Observatório do Rio Paraná “João Roberto da Silva Silveira”, está localizado cerca de 38 metros acima do leito do rio Paraná. É um espaço de contemplação da natureza com vista para as ilhas do município.

Figura 14: Mirante do Rio Paraná



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta: a usina utiliza as águas do Rio Paraná e a sua barragem é a mais extensa do país, tem 10.186,20 metros de comprimento e seu reservatório 2.250 km². Possui 14 unidades de geração de energia. A usina dispõe de eclusa para navegação no Rio Paraná, integrando a hidrovia Tietê-Paraná, escada e elevador para peixes.

Figura 15: Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Horto Florestal e Viveiro de Mudas: a Auren Energia detém a administração total do local desde o ano de 2021. O Horto foi criado para o cultivo da flora, para serem utilizadas no reflorestamento de áreas afetadas com a construção da UHE Sérgio Motta. É o único horto e viveiro, desse tipo, na região do Pontal do Paranapanema.

Figura 16: Horto Florestal do Distrito de Primavera



Fonte: Rosana (2022).

Pista de Cooper Eucaliptos: formada por árvores da espécie eucalipto, plantados estrategicamente para oferecer proteção contra fortes ventanias. Conta com uma pista de cooper, praça com aparelhos de exercícios para a terceira idade e brinquedos para as crianças.

Universidade Estadual Paulista (UNESP): os cursos oferecidos são Turismo,

curso que impulsionou a abertura do campus na cidade, e Engenharia de Energia, iniciado em 2014. A faculdade tem grande notoriedade nacional e internacional. A parceria entre a UNESP e a CESP também é grande, proporcionando ao campus um laboratório de pesquisa e utilização de energia solar e eólica. Apesar da geração elétrica estudada ainda ser baixa para utilização no campus, espera-se conseguir estudar a implicação desta energia potencial no turismo, unidades habitacionais sustentáveis.

Figura 17: Horto Florestal do Distrito de Primavera



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Praça dos Pioneiros: é uma homenagem aos primeiros moradores e fundadores da cidade de Rosana. A praça de alimentação, está localizada em frente à Praça dos Pioneiros, fornecendo opções como lanches, pastéis, churrascos e bebidas, banheiros, iluminação e internet pública.

Prédio ou Pátio da FEPASA: reúne um conjunto de prédios utilizados como sede da empresa, antiga administradora das linhas férreas no estado de São Paulo. Há um prédio principal que foi tombado segundo Decreto nº 1561/2010 da Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Figura 18: Prédio da FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.)



Fonte: Rosana (2022).

Cine Teatro Casa da Cultura: está localizado na praça central de Primavera, é um prédio tombado como patrimônio cultural do município de Rosana utilizado para exibição de filmes, teatros, convenções, reuniões, eventos públicos e privados e coleções de grau.

Figura 19: Prédio da FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.)



Fonte: Rosana (2022). Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 13 de fev. de 2026.

Feira Livre de Primavera: formada pela união dos comerciantes é realizada todas as sextas-feiras, no espaço comercializam-se produtos de artesanatos e alimentos.

Distrito de Primavera: concentra comércio, bancos, fórum, instituições, escolas e organizações não governamentais do município. As características arquitetônicas e seu traçado planejado em formato de navio, é a sua atratividade turística.

Figura 20: Distrito de Primavera



Fonte: Rosana (2022).

Sítios Arqueológicos: o sítio arqueológico Garça Branca está dentro de uma área da antiga fazenda Porto Maria, área essa, impactada pela construção da UHE Eng. Sérgio Motta. Por escavações, foram encontrados vestígios arqueológicos de origem pré-histórica dos grupos Umbu e Humaitá, e também, de civilizações mais recentes, como os grupos indígenas Tupi Guarani e Itararé. Os materiais foram encontrados em Rosana e nas cidades vizinhas, tanto em superfície, quanto submersos, e costumam ser instrumentos de cerâmica e líticos lascados, de grupos que viveram há cerca de 8.000 anos.

Sítios de produção agrícola: são realizados passeios turísticos com roteiros já formatados por projetos de docentes e discentes da UNESP. Todo o Pontal do Paranapanema é conhecido nacionalmente pelas inúmeras lutas em busca da reforma agrária, chegando a ser estudado em universidades e debatido internacionalmente. Foi proposto a criação de um museu da história rural dos assentados no Pontal do Paranapanema. Para tanto, a inventariação do patrimônio

cultural dos assentamentos rurais do município.

O projeto do museu, tem como objetivo principal resgatar e valorizar as referências histórico-culturais dos assentados, como meio de restaurar a autoestima e o processo de desenvolvimento regional, permitindo com que elas se apropriem e se identifique com os elementos culturais locais, para que assim possam compreender o sentido da preservação cultural e divulgação da memória e das identidades presentes no município de Rosana.

Santos (2020 [1996], p. 132) define como recurso, “toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores”.

Os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente, no qual, fora dos lugares os recursos, são meramente abstrações. Portanto, é nos lugares que os recursos adquirem valor social. Assim, as atividades econômicas e sociais se manifestam, produzindo diferentes formas de divisão do trabalho, nos lugares.

Desse modo, é pela disponibilidade dos recursos potencialmente turísticos que se dá o planejamento territorial do turismo. Segundo ele, “A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e se mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante desse movimento dos lugares” (*ibidem*, p. 133).

Logo, a valorização cultural da paisagem e dos lugares é um processo simultâneo de divisão territorial do trabalho e do processo de individualização espacial, no qual é atribuída a esses lugares a função de atender às necessidades de lazer.

Entretanto, sendo os lugares turísticos organizados em função do lazer, isso não significa acesso efetivo ao lazer, ou seja, apenas aqueles que dispõem das condições materiais e imateriais possuem acesso a ele. Nesse sentido, a paisagem não muda de lugar, é o seu significado social e a sua função que se alteram conforme o período histórico correspondente.

Nos lugares turísticos, a comunidade receptora é igualmente absorvida pela atividade turística, para ocupar postos de empregos formais e informais.

Para Santos (2020 [1996], p. 135) “As divisões do trabalho sucessivas, ao longo do tempo histórico, uma cadeia das transformações ocorridas, suas causas e consequências, os períodos assim estabelecidos e a sua duração, os lugares de sua

incidência” continua dizendo, que é necessário “reconhecer as divisões do trabalho sobrepostas, num mesmo momento histórico” (*ibidem*). Ou seja, nos lugares turísticos coexistem distintas formas de divisão do trabalho, de modo que limitar a análise a apenas um aspecto desse processo implica restringir a complexidade do todo social. Portanto, a incorporação dos lugares a partir de sua potencialidade turística, abrangendo a divisão social do trabalho, deve considerar também as demais atividades produtivas realizadas no território.

Nesse sentido, a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e de diferenciação espacial. Portanto, a divisão do trabalho atribui a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares.

Do mesmo modo, a força do lugar se impõe na adesão à “modernidade”. Portanto, “Na interpretação das divisões do trabalho, sobretudo no nível de um país - e, ainda melhor, de um lugar, devemos levar em conta os fatores não técnicos e não técnicos econômicos, cujo papel é crescentemente importante na produção dos comportamentos” (Santos, 2020 [1996], p. 137). Continuamente,

Todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares, sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo. O tempo do mundo seria o tempo mais externo, abrangente de todos os espaços, independentemente de escala. Haveria nessa hierarquia e nessa ordem, tempos do Estado-nação e tempo dos lugares (Santos, 2020 [1996], p. 138).

Nesses termos, a acumulação capitalista, em seu aspecto geograficamente expansível, cria novos espaços para serem incorporados ao processo de acumulação de capital. Nesse contexto, a ampliação das necessidades sociais, como do turismo, se manifesta geograficamente nos lugares.

Assim, as formas naturais e as formas artificiais são virtualidades e a sua funcionalização turística é um fator de refuncionalização simbólica e funcional. Para Santos (2020 [1996], p. 132) “Esses conjuntos de formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercer funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura”.

4.2 PERFIL DA DEMANDA (2017-2021)

A delimitação temporal do levantamento foi definida com base na disponibilidade das pesquisas de demanda turística.

Na pesquisa realizada por Branquinho (2018) no Balneário Municipal de Rosana durante a temporada de pesca (2017) foram entrevistadas 68 pessoas. As cidades de origem mais citadas foram Maringá (PR), Presidente Prudente (SP) e Teodoro Sampaio (SP), que identificaram 23 municípios de origem. Entre as pessoas entrevistadas possuíam ensino médio completo (31 pessoas), ensino superior (21 pessoas), ensino fundamental (08 pessoas) e técnico (08 pessoas). Entre as profissões evidenciadas, estão estudantes e comerciantes/vendedores. Entre a classificação social das pessoas entrevistadas⁵: classe B (2 pessoas), classe C (34 pessoas), D (25 pessoas) e E (7 pessoas). A hospedagem mais utilizada foi o quiosque do Balneário Municipal (27 pessoas), casa de amigo ou parente (23 pessoas), outros tipos de hospedagem (13 pessoas), casa própria/alugada (03 pessoas) e hotel (02 pessoas). Permaneceram no município dois dias (36 pessoas), um dia (28 pessoas), três dias ou mais (04 pessoas). O equipamento de transporte utilizado foi o veículo particular (64 pessoas) e ônibus de linha regular (4 pessoas). O gasto médio previsto foi: de R\$50,00 a R\$200,00 (48 pessoas), de R\$201,00 a R\$350 (13 pessoas) e mais de R\$351 (07 pessoas).

Quando questionados se o principal motivo da viagem foi visitar o Balneário Municipal responderam que sim (47 pessoas) e não (21 pessoas). As motivações para conhecer o município foram: lazer, diversão ou descanso (60 pessoas), apreciar a natureza (12 pessoas), visita/excursão (6 pessoas), outros (2 pessoas) e pesquisa (1 pessoa). Essa pergunta permitiu o apontamento de mais de uma motivação

Na pesquisa realizada por Soares *et al.* (2018) no Balneário Municipal com os turistas de pesca foram entrevistadas 144 pessoas. A principal cidade de origem dos turistas foi São Paulo (SP), Álvares Machado (SP) e Sarandi (PR), entre 32 municípios (excluindo o município de Rosana dessa amostragem). Sobre o grau de escolaridade e formação, possuíam ensino médio (62 pessoas), ensino superior (52 pessoas), ensino fundamental (27 pessoas), não responderam (02 pessoas) e ensino técnico (01 pessoa). As principais profissões mencionadas foram aposentado, comerciante, pescador e empresário. A classificação social foi feita com base na

⁵ Baseou-se na renda familiar definida pelo IBGE (2014).

renda familiar medida em salários mínimos da época (R\$957,00). Com renda de até três salários mínimos (48 pessoas), três a seis (50 pessoas), seis a nove (15 pessoas), acima de nove (22 pessoas) e nove pessoas se abstiveram. O tipo de hospedagem mais utilizado foi casa própria/2ª residência (78 pessoas), rancho (31 pessoas), casa de amigo ou parente (17 pessoas), pousada (14 pessoas), casa alugada (2 pessoas) e não responderam (2 pessoas)⁶. Os turistas permaneceram por três dias ou mais (82 pessoas), dois dias (24 pessoas), um dia (04 pessoas) e 34 eram residentes. Os meios de transporte utilizados foram: veículo particular/carro (143 pessoas) e moto (1 pessoa). O gasto médio previsto e efetivo foi: R\$ 50,00 até R\$300,00 (46 pessoas), R\$301,00 até R\$600,00 (45 pessoas), R\$601 até R\$1.000,00 (29 pessoas) R\$ 1.001 até R\$2.000,00 (14 pessoas) e acima de 2.001,00 (09 pessoas). Nessa amostragem, 01 pessoa não foi representada.

Na pergunta se a principal motivação da viagem foi a pesca responderam que sim (129 pessoas), e não (15 pessoas). Na pergunta que tipo de pesca costuma fazer, obteve-se as seguintes respostas: pesca do tipo de embarcação (138 pessoas), barranca (17 pessoas) e sub (01 pessoa). Podendo ter sido indicado mais do que uma opção nessa pergunta.

Na pesquisa realizada por Inácio *et al.* (2019), no Balneário Municipal, durante o período sem eventos esporádicos foram entrevistadas 30 pessoas. A principal cidade de origem foi: Presidente Prudente (SP), Maringá (PR) e Brasilândia (MS), foi identificado 13 municípios (excluído Rosana e Primavera). O tipo de hospedagem mais utilizado foi casa de amigo ou parente (15), outros (8), acampamento (5) e pensão (2). Os turistas permaneceram um final de semana (15 pessoas), um dia (9 pessoas), um mês (5 pessoas) e meio dia (1 pessoa). Os turistas utilizaram como principal meio de transporte carro próprio (22 pessoas), outros (5 pessoas), ônibus de linha regular (2 pessoas) e ônibus fretado (1 pessoa).

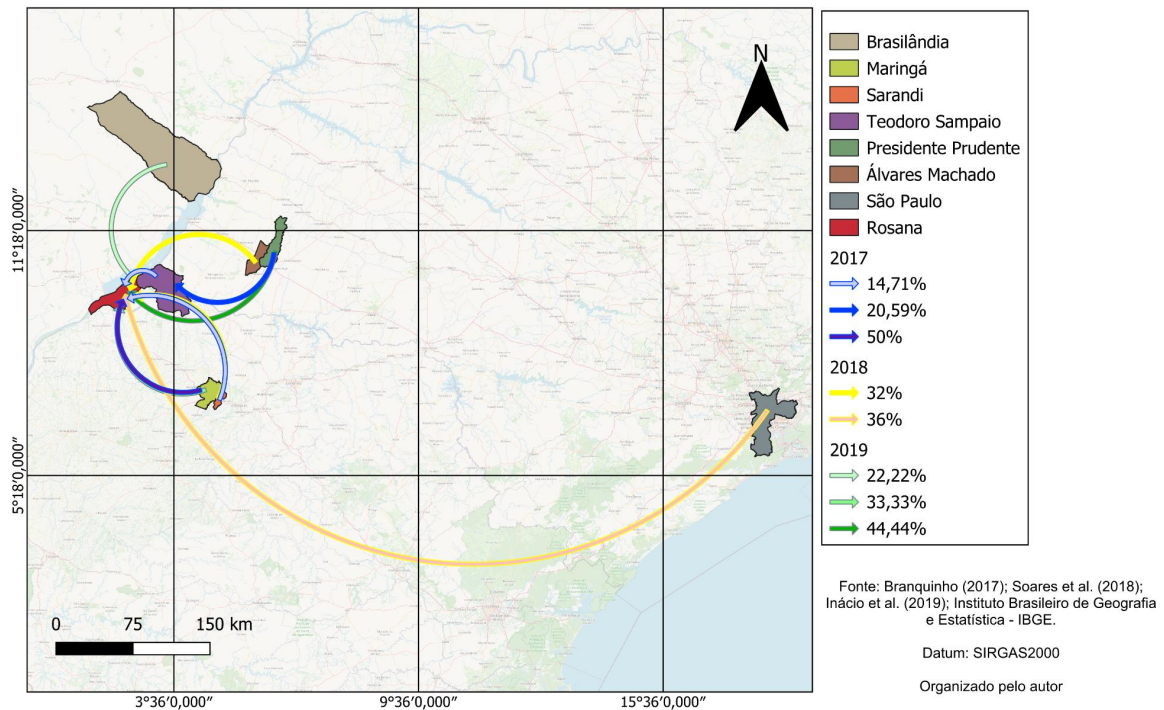
Entre os atrativos turísticos motivadores da viagem estão o Balneário Municipal (19 pessoas), Outros (7 pessoas), Mirante-Observatório do Rio Paraná (2 pessoas) e Ilhas (2 pessoas), para desfrutar do Balneário Municipal (11 pessoas), passeio em geral (3 pessoas), lazer/diversão (6 pessoas), visitar parentes (3 pessoa), beleza natural (1 pessoa), jogo de futebol (1 pessoa), aniversário de parentes (1

⁶ Na primeira categoria, os autores incluíram os moradores do município de Rosana. Excluindo desse total 34 pessoas residentes no município, o número correto passa a ser de 44 pessoas.

pessoa), alugar rancho (1 pessoa), ilhas (1 pessoa), expansão de consciência e novos projetos (1 pessoa) e Mirante (1 pessoa).

A Figura a seguir tem por objetivo ilustrar o deslocamento de turistas pelo território no período investigado, possibilitando, assim, a identificação dos municípios de origem.

Figura 21: Municípios emissores de turistas: Rosana/SP (2017-2019)



Fonte: Branquinho (2017), Soares *et al.* (2018), Inácio *et al.* (2019). Organizado pelo autor (2026).

A utilização de hotéis e outros meios de hospedagem no município, responsáveis pela geração de impostos turísticos e pela criação de empregos formais diretos, conforme identificado nas pesquisas acima, é pouco significativa, embora haja exceções nas amostragens. Além disso, muitos turistas possuem casa própria e/ou segunda residência, o que limita tanto a expansão da oferta de novos meios de hospedagem quanto a geração de empregos no setor. Para ampliar a arrecadação no setor turístico — tanto a municipal quanto aquela proveniente do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos — e, assim, possibilitar o aumento proporcional dos recursos públicos destinados ao município em função de sua categorização como MIT, é necessário incentivar a permanência dos turistas. Essa permanência constitui etapa essencial para o aumento do consumo de bens e

serviços (como hospedagem, alimentação, transporte e comércio), além de demandar a diversificação da oferta do produto turístico municipal.

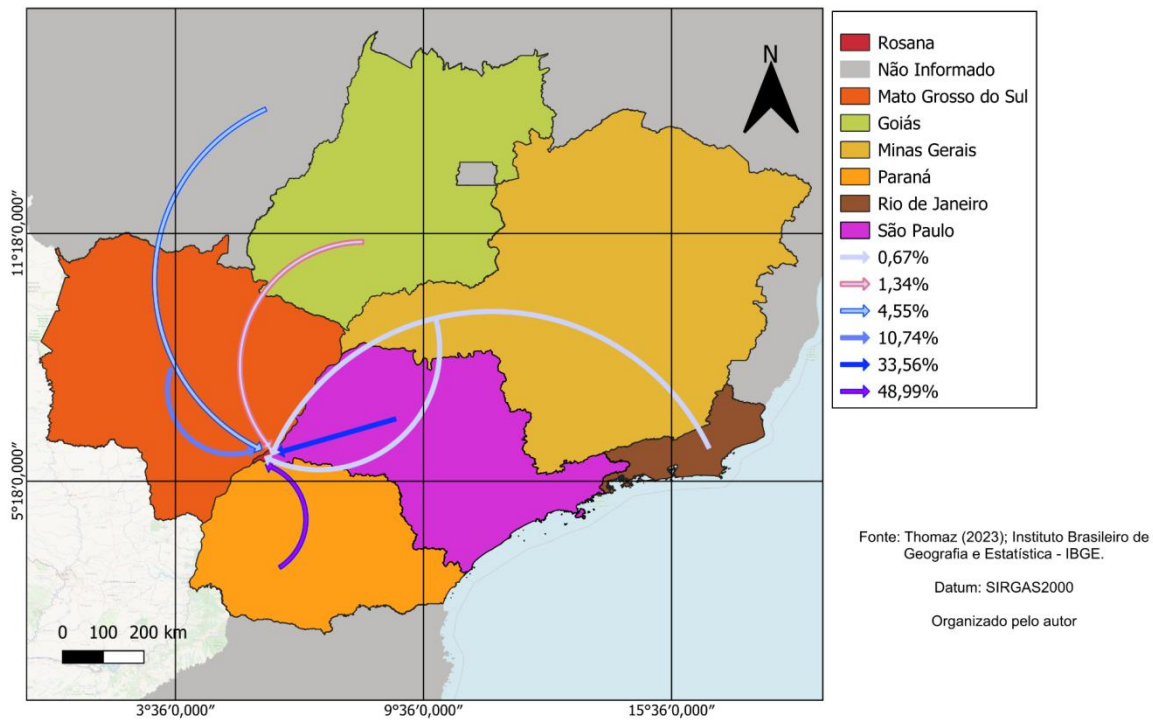
Rosana tem carecido de pesquisas sobre o perfil da demanda turística. Como alternativa para mitigar essa ausência de dados, destaca-se a importância do investimento em estudos permanentes sobre o perfil dos visitantes, articulados em uma estrutura de Observatórios Turísticos. No município, houve uma experiência nesse sentido, cuja iniciativa partiu de uma docente do curso de Turismo da UNESP.

Os dados produzidos pelo Observatório Turístico Intermunicipal Rosana/Avaré foram coletados entre os anos de 2019 e 2021. Em 2019 o Observatório obteve 149 respostas, em uma pesquisa realizada com os turistas, durante dois eventos: I Campeonato de Jet Ski de Rosana (Balneário Municipal) e o Primarosa (Primavera/Rosana). Já no ano de 2020, considerou como amostragem para o levantamento familiares e/ou amigos dos discentes dos cursos superiores (Turismo e Engenharia de Energia), da UNESP, obtendo-se 27 respostas.

Como amostragem total, 176 respostas. Assim, os resultados indicam que os estados emissores de turistas para o município: São Paulo (59 pessoas), Paraná (86 pessoas), Mato Grosso do Sul (19 pessoas), Goiás (2 pessoas), Minas Gerais (1 pessoa), Rio de Janeiro (1 pessoa), e Outros/não informado (8 pessoas).

Os meios de transporte utilizados foram: veículo próprio (133 pessoas), ônibus de linha regular (18 pessoas), veículo locado (6 pessoas), ônibus contratado (4 pessoas) e outros (13 pessoas) e sem resposta (02 pessoas). As motivações de viagem foram: férias/lazer (64 pessoas), trabalho/negócios (50 pessoas), visitar familiares/amigos (27 pessoas), eventos (25 pessoas), outros (5 pessoas), sem resposta (3 pessoas), saúde (1 pessoa) e estudos (1 pessoa).

Figura 22: Estados emissores de turistas: Rosana/SP (2017-2019)



Fonte: Thomaz (2023). Organizado pelo autor (2026).

Na comparação com a Figura 21, Rosana continuará com os mesmos estados emissores de turistas (São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul) e pouca diversidade no número de estados representados. De acordo com Thomaz (2023, p. 120) o atrativo âncora de Rosana é o Balneário Municipal pela “[...] não diversificação da oferta e pela ineficiência na promoção do destino, que não divulga os demais atrativos do município e centra-se somente naqueles diretamente vinculados ao turismo náutico e de sol e praia”. A autora apontou que os atrativos culturais e tecnológicos, como Horto, Museu de Memória Regional, Igreja Matriz, UHE Sérgio Motta e os assentamentos rurais são pouco visitados.

O turismo no município de Rosana apresenta forte concentração espacial nas segmentações de sol e praia e de pesca, o que limita a ampliação do produto turístico municipal e dificulta a consolidação de outras modalidades, como o turismo no espaço rural. Isso ocorre porque a maior parte dos recursos públicos é destinada à manutenção e ao aprimoramento desses atrativos, em detrimento de investimentos em outras potencialidades turísticas.

O Observatório questionou o interesse dos turistas em participarem de atividades do tipo turismo rural nas propriedades rurais de Rosana apontaram que

sim (167 pessoas), não (7 pessoas) e não responderam (2 pessoas). Concluiu a autora que é possível pensar em estratégias que aumentem a demanda turística nos espaços rurais, proporcionando a descentralização dos atrativos turísticos e a diversificação da oferta do produto turístico municipal como elementos que contribuíram para o aumento do tempo de permanência dos turistas no município.

No ano de 2020 no Brasil foi notificado o primeiro caso de Covid-19 (infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2). Nesse cenário, os governos adotaram diretivas de isolamento e distanciamento social. Foram criados leis e decretos que estabeleceram diretrizes para assegurar o distanciamento social, isolamento social e a quarentena, como medida de saúde pública. Foram suspensos os eventos presenciais, atendimento presencial considerado não essencial e restringida a circulação de pessoas às necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde e exercício de atividades essenciais. Pelas características desse vírus as atividades sociais e econômicas de repercussões espaciais, como o turismo, foram impedidas de atuar em sua normalidade. Portanto, não foram obtidos dados sobre a demanda turística, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde.

Os lugares, porém, não foram impactados do mesmo modo pela pandemia de Covid-19. Para Cruz (2020, p. 2): “[...] cada pandemia que atingiu a humanidade deixou marcas profundas, experimentadas de formas distintas pelos lugares atingidos, que vão além do número de mortos, como impactos econômicos, ambientais e sociais diversos”.

O turismo de pesca é uma importante segmentação turística que movimenta bens e serviços turísticos. Entre os desafios colocados para este segmento está a fiscalização da atividade, mas também do meio ambiente, por parte das instituições que atuam na preservação e conservação do ambiente natural e construído. Segundo Pimentel e Buscioli (2023) essa segmentação turística é acompanhada em Rosana pelo comércio sexual ou por ele estimulado. De acordo com os autores, o comércio sexual é responsável por uma reconfiguração espacial e que movimenta a seu favor e de modo tipicamente turístico a economia. Logo, a comercialização sexual entrelaça-se e confunde-se com o turismo de pesca. Assim, é sob a égide do turismo de pesca que se engendra o comércio sexual em Rosana.

Na entrevista realizada com uma garota de programa durante a pandemia de Covid-19 destacou-se: “[...] aqui (Rosana) independente do turismo e da pesca tá

aberta ou não, aqui sempre a gente consegue alguma coisa” (Garota de Programa 1, 2023). Na entrevista com um turista:

A gente vem pra Rosana com os amigos! Levamos nossas mulheres e filhos pra passear em outros lugares, aqui não! Sabe como é, né, aqui a gente se distrai cem por cento. Quando a gente chega no rancho já tá tudo certo, toda a tralha pra pesca tá arrumada e depois da pescaria a gente já faz os contatos com as mulheres, né? Pra levar pro rancho a gente já combina com elas lá na Júpiter ou pelo celular [...] (TURISTAS DE CURITIBA, 2011) (Pimentel; Buscioli, 2023, n.p.).

Pimentel e Buscioli (2023) apontam que com a diminuição da circulação de turistas (de pesca) no município, declina-se, proporcionalmente, a movimentação das garotas de programa. Portanto, ocasiona-se uma contração: fechamento da pesca/diminuição de turistas e garotas de programa e expansão: alta temporada/aumento de turistas e garotas de programa.

A comercialização sexual no município já foi objeto de atenção do Ministério Público. A recomendação deste órgão, entretanto, não inibiu a prática, porém provocou uma (re)configuração espacial do comércio sexual, distribuindo a comercialização sexual nos ranchos da área urbana de Rosana, Distrito de Primavera e no bairro Beira-Rio. Desse modo, novas formas sem que as funções se desvinculassem das dinâmicas de antes (Pimentel e Buscioli, 2023).

Segundo Pimentel e Buscioli (2023, n.p.):

O fechamento das casas noturnas, que acentuou a busca por ranchos para a prática do turismo sexual, somado a deliberação de uma política de concessão de terrenos para a construção de ranchos por parte da atual gestão municipal (2017-2020/2021-2024), impulsionaram o mercado imobiliário neste setor. Assim, os ranchos, a partir de 2014, passaram a ressignificar os territórios do comércio sexual, consubstanciando-se em ‘territórios do prazer’, onde concentra-se o turismo sexual.

É importante destacar que não é possível atribuir que todo turista de pesca é um turista que busca pelo comércio sexual. Nem todo turista que busca pelo comércio sexual é um turista de pesca, e vice e versa. A comercialização sexual voluntária ou forçada/circunstancial favorece determinados agentes como especuladores imobiliários e agenciadores da prostituição que obtém lucros com tipologias de turismo cuja contribuição econômica e social mais ampla é questionável. A prática social e ambientalmente predatória do turismo faz com que os residentes dos espaços receptores possam ser seriamente prejudicados e terem

suas estratégias de sobrevivência e seu acesso a recursos naturais ou sociais ameaçados.

4.3 ENTREVISTA COM OS AGENTES

No que se refere ao turismo, é necessário reconhecer os limites que essa atividade social e econômica apresenta, tanto em relação à sua função social quanto ao papel que desempenha no desenvolvimento socioespacial. Nesse sentido, não há evidências consistentes de que o turismo tenha contribuído, de forma efetiva, para a redução das desigualdades de renda e para a melhoria do bem-estar social.

Assim, para que o turismo seja devidamente aproveitado o planejamento territorial da atividade deve ser concebido pelos agentes responsáveis pela elaboração dos instrumentos legais que orientam o desenvolvimento inserindo-o em uma perspectiva mais ampla da vida social e articulando-o com outras áreas.

Segundo Souza (2011, p. 264), o termo desenvolvimento constitui um substituto conveniente para a expressão “transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social”. Para o autor, a justiça social corresponde ao processo de promoção da igualdade efetiva de oportunidades. Nesse sentido, a melhoria da qualidade de vida relaciona-se à crescente satisfação das necessidades básicas e não básicas, materiais e imateriais, de uma parcela cada vez maior da população, sendo complementada, sobretudo, pela redução das desigualdades consideradas ilegítimas.

O autor complementa que o aumento da justiça social não implica, necessariamente, uma melhoria direta ou imediata da qualidade de vida. Desse modo, o critério central do desenvolvimento socioespacial consiste na redução ou superação da heteronomia e na conquista da autonomia. Segundo Cruz (2006, p. 339),

Vivemos inseridos no contexto de um modo de produção capitalista e que o capitalismo é, por essência, concentrador de riqueza e gerador de exclusão social, o que cabe colocar em discussão são as reais possibilidades de o turismo efetivamente contribuir para reverter o quadro de profundas injustiças sociais, histórica e socialmente construído.

No âmbito da gestão territorial do turismo, os Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) representam um avanço significativo para a gestão participativa da atividade turística. Esses conselhos são constituídos por representantes dos

setores público e privado, que participam do processo decisório relacionado ao turismo, exercendo funções consultivas, fiscalizadoras e, sobretudo, deliberativas no direcionamento dos recursos públicos destinados ao setor. Portanto, trata-se de um instrumento voltado à redução ou superação da heteronomia nas decisões relacionadas ao turismo no território, orientando-se para a conquista de maior autonomia por parte dos moradores dos espaços turísticos nos processos decisórios.

Neste item, aborda-se a metodologia de pesquisa baseada na história oral, cuja principal técnica consiste na realização de entrevistas. Desse modo, as entrevistas constituíram-se como fonte de dados primários deste estudo. Com a transição do paradigma tradicional da escrita da história, surgiram novas metodologias voltadas a contribuir com as pesquisas nas ciências humanas e sociais, entre elas a história oral.

De acordo com a Associação Brasileira de História Oral (ABHO, n.p.) “Por História Oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes áreas de conhecimento nas quais essa metodologia é utilizada”. Lima (2010, p. 103) aponta que “[...] o relato oral constituirá sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber e sua transmissão diz respeito tanto ao passado mais longínquo, quanto ao passado muito recente, a experiência do dia a dia”. A entrevista é para a metodologia de história oral o processo de “[...] relatar, descrever acontecimentos, fatos, situações suas e de outros como um artesão que produz uma peça” (Montenegro, 1993, p. 61).

Na sequência serão apresentadas as entrevistas realizadas com representantes de faculdades ou escolas técnicas de Turismo (UNESP), Poder Público (âmbito da Secretaria Municipal de Turismo), empreendimentos turísticos e atrativos turísticos e com moradores do município de Rosana.

No âmbito dessa pesquisa, foi considerado como agentes turísticos: representantes de faculdades ou escolas técnicas de turismo, Estado, mercado e moradores.

O primeiro agente (representantes de faculdades ou escolas técnicas de turismo) foi considerado pela particularidade do município de Rosana que conta com a presença do curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Engenharia e Ciências (FEC), o que lhe garante participação no Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Em seguida será apresentada a entrevista realizada com esse agente.

Na pergunta nº 1, a saber: de que modo a universidade pode contribuir com a gestão pública do turismo no município? Ele apontou que o incentivo à pesquisa científica é fundamental para que o poder público tome decisões assertivas em relação ao desenvolvimento turístico de Rosana, além disso, segundo ele, a pesquisa é essencial para a construção de uma agenda política e para a elaboração de políticas públicas. Dessa forma, pontua: “não dá pra se tomar decisão, dá pra se construir agenda, ou pelo menos não deveria se construir uma agenda política, é, de políticas públicas, sem levar em consideração à pesquisa” (Entrevistado nº 1).

Segundo o entrevistado, a universidade e a gestão pública devem estar alinhadas, para que o município cumpra com os critérios estabelecidos na Lei Estadual nº 1.261 (Lei de classificação dos MIT e Estâncias). Desse modo, “inclusive, a gente está orientado numa política federal de governança pública de que a sociedade civil organizada, o mercado, as universidades, elas têm que atuar em conjunto para que se alcance os resultados esperados” (Entrevistado nº 1).

Para este entrevistado, as pesquisas têm que estar de acordo com o que a Lei Estadual pede. O que é orientado é a realização de pesquisas de demanda turística.

Contudo, ele ressaltou a importância da realização da pesquisa de opinião pública com os moradores do município, “[...] agenda de política pública de turismo tem que levar em consideração os moradores” (Entrevistado nº 1).

Assim sendo “a pesquisa de opinião pública surge, eu acho, para pensar estratégias de desenvolvimento de potencial que aqui tem, que não é só o do rio, não é só o turismo de pesca, não é só o Balneário, há-se possibilidades de outras, outros produtos” (Entrevistado nº 1). Concluiu que “acho que é importante levar em consideração o que os próprios moradores querem na hora de fazer, de tomar decisões, de criar agendas políticas, de estabelecer políticas públicas” (Entrevistado nº 1).

A pergunta de nº 2, a saber: como são divulgados os resultados das pesquisas e estudos realizados no âmbito do curso de Turismo? Esses resultados são aproveitados pela gestão pública municipal? Foi respondido que, “estou prevendo que eu faça o ano que vem o pedido de criação de um Observatório [turístico]” (Entrevistado nº 1). Acrescenta ainda que o Observatório Turístico contribuiria para a governança pública em temas como: transparência pública e pesquisas de demanda turística regulares.

É importante destacar que as pesquisas e estudos realizados recentemente, conforme mencionado sobre a demanda turística e a opinião pública, é pouco divulgado e de difícil acesso, mesmo que haja o interesse de obtê-las. Essa situação pode ser interpretada como uma estratégia política. Assim, os resultados são utilizados em momentos considerados oportunos na disputa por políticas públicas voltadas ao turismo como a de elevação à categoria de Estância Turística.

Na pergunta de nº 3, a saber: quais são as principais estratégias adotadas para a articulação entre a universidade e a gestão pública? De acordo com ele, não há atualmente nenhum plano estratégico para o desenvolvimento turístico entre o poder público municipal, COMTUR e a UNESP. Ele acredita que para o fortalecimento dessa parceria, é importante a divulgação no COMTUR das pesquisas realizadas no âmbito da universidade.

Em seguida, ele aponta para a reformulação do COMTUR que é atualmente deliberativo. Assim,

Significa que o Conselho tem o poder agora de decisão, exemplo: a verba do MIT, quem decide onde vai gastar é o Conselho, baseado no projeto, obviamente [...] e o conselho não aprovando por unanimidade, tem que ser unanimidade, não pode ser maioria, o projeto, o uso da verba do MIT, que hoje é por volta de R\$600.000,00 de repasse do governo do estado, a coisa não vai ser executada, o dinheiro público não vai ser executado. Então, a estratégia que eu acho que deveria ser é essa, assim, a universidade prestando de alguma forma algum tipo de assessoria sobretudo, repito: na pesquisa (Entrevistado nº 1).

Contudo, o entrevistado não descartou a importância do ensino e da extensão, “a extensão e o ensino são peças dessa engrenagem também, desse maquinário. Mas a maior engrenagem é a pesquisa” (Entrevistado nº 1).

Desse modo,

A extensão e o ensino, eles estão ali como parte fundamental, mas a pesquisa é a principal estratégia e obviamente a gestão pública e o conselho municipal, eles precisam estarem abertos, sensibilizados para receber a universidade, e o mais importante, acreditar nela (Entrevistado nº 1).

Na pergunta de nº 4: atualmente de que forma a universidade tem colaborado com o poder público para o planejamento turístico do município? Segundo o entrevistado, o cargo que a UNESP está ocupando dentro do COMTUR já é um passo importante pois essa representatividade autoriza a participação com direito a voz e a voto nas decisões sobre o turismo. Para ele, a principal contribuição da

universidade é com a realização de pesquisas previstas pela Secretaria de Turismo do estado de São Paulo que contribuíram para que Rosana se mantenha como MIT.

Na entrevista realizada com o agente representante do Poder Público (âmbito da Secretaria Municipal de Turismo), na pergunta 1ª, a saber: quais programas e ações voltadas ao turismo estão sendo desenvolvidos atualmente para diversificar a oferta de produtos turísticos no município? Inicialmente ele indicou o diagnóstico turístico que a gestão pública está tendo como parâmetro para criar seus programas e ações. Segundo ele, estão sendo criadas normativas de uso dos atrativos turísticos e a implementação de normas como um avanço importante “para que a gente possa trilhar um turismo sustentável, com qualidade, trazer turistas que realmente possam trazer para nós benefícios de desenvolvimento” (Entrevistado nº 2).

Ainda segundo o entrevistado, os turistas de Rosana, no período anterior a implementação das normativas deslocavam-se trazendo de seu território de origem alimentos e bebidas e utilizavam os quiosques do Balneário Municipal como equipamento de hospedagem, assim, “estava deixando aqui a sujeira do que consumia” (Entrevistado nº 2). Diante disso, “então, a gente criou normativas no Balneário, normas a serem seguidas, trazendo a segurança, o bem-estar, e a preservação ambiental” (Entrevistado nº 2). Em seguida, a reformulação do COMTUR, que “não estava de acordo com o modelo indicado pela Secretaria Estadual de Turismo e Viagens” (Entrevistado nº 2).

O COMTUR foi reformulado pela Lei nº 1.832/2025, é composto por quinze membros titulares e quinze membros suplentes de acordo com a seguinte representatividade: poder público e sociedade civil.

No primeiro: representante da Secretária Municipal de Turismo, Secretária Municipal de Obras, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Poder Legislativo; Secretaria de Administração e Terceiro Setor de Parceria. No segundo: representante de hotéis, pousadas, ranchos e similares, restaurantes, lanchonetes, bares e similares, comércio, agentes de turismo e guias de turismo, empreendimentos turísticos e atrativos turísticos, Faculdades ou Escolas Técnicas de Turismo, cultura, ecoturismo sustentável e turismo rural, Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Rosana e um representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

De acordo com o entrevistado, atualmente a Secretaria de Turismo tem realizado ações para a diversificação da oferta turística no município com o objetivo de proporcionar maior tempo de permanência dos turistas.

Desse modo, segundo ele, o município tem atrativos turísticos capazes de atender demandas diversas, que não se limitam apenas aos atrativos do Balneário e das Ilhas do Jurerê. Portanto,

Rosana não pode ser só o turismo de sol e praia, onde a pessoa só vem pro Balneário e pro Jurerê. Nós temos muitos outros atrativos no município, para que a gente possa criar um leque, abrir esse leque desses novos atrativos. Onde você venha pro município e fala: vou passar sete dias em Rosana, não vou passar um sábado e domingo, eu vou lá no Balneário e lá no Jurerê e vou pra casa, mas onde desperte nele fazer uma trilha, onde desperte nele visitar a barragem, onde nele desperte em visitar um restaurante rural, onde nele desperte visitar as ilhas... vivenciar a vida dos ribeirinhos que moram nessas ilhas. Ter um atrativo também náutico, caíque, deixa eu ver o que mais.... a questão da natureza, né? Nós temos o grêmio, nós temos o museu, nós temos a feira livre, a feira da lua, a feirinha de toda sexta-feira. Então, a gente quer criar um leque, montar um pacote turístico onde a pessoa na agência lá fora ou até mesmo aqui vai vender Rosana, mas não só pelo Balneário, não só pelo Jurerê Nacional, pela água, pelo sol e praia. Mas num todo que nós temos, nós temos até a UNESP aqui. Então a ideia é fazer essa abertura (Entrevistado nº 2).

Ademais, o entrevistado mencionou sobre a criação de leis e de decretos para a construção de condomínios, a reabertura do aeroporto e a parceria entre a UNESP e a gestão pública na realização de pesquisas de demanda turística. Além da revisão do Plano Municipal de Turismo em parceria com o Sebrae, reformulações técnicas na Secretaria de Turismo e a presença de uma turismóloga contratada como estratégias que se somam para que o município se mantenha como MIT.

O termo desenvolvimento, por sua vez, apresenta caráter polissêmico. Quando associado ao adjetivo sustentável, pode assumir um conteúdo conceitual vazio. Em outras palavras, a busca por um desenvolvimento denominado sustentável, sem considerar o planejamento como etapa necessária e fundamental para sua concretização, definindo objetivos, estratégias e ações voltadas a esse propósito, bem como esclarecendo qual modelo de desenvolvimento se pretende alcançar, torna seu significado limitado e pouco consistente. Daí, Cruz (2006, p. 340) afirma,

Desenvolvimento sustentável também pode ser um conceito vago. Sustentável em que sentido? Sustentável para quem? No meu entendimento, o desenvolvimento que queremos é aquele sustentado nas sólidas bases da justiça social, mas seria possível construir uma sociedade

mais justa por meio do turismo? Naturalmente não. Todavia, pode-se fazer do desenvolvimento do turismo um instrumento a favor do alcance deste objetivo, mas para isso seria necessário conduzir o processo de desenvolvimento do turismo segundo a premissa da busca por justiça social. Mas essa não tem sido a tônica da ação dos sujeitos hegemônicos da política e da economia. Por isso, não é, também, evidentemente, a tônica do desenvolvimento do turismo.

Além disso, o que é considerado desenvolvimento por determinados grupos de agentes não necessariamente o é para outros. Na pesquisa realizada por Silva e Moretti (2006) no assentamento Sul Bonito (MS), o Estado, em articulação com o mercado, buscou implementar o turismo como uma iniciativa deliberada de apropriação e uso do espaço geográfico, contrariando a vontade da comunidade local. Portanto, o desenvolvimento compreendido por esses dois agentes contrasta com a forma de uso do espaço geográfico pelos moradores, que reproduzem suas territorialidades e relações com o lugar. Logo, o desenvolvimento turístico pode atuar como uma atividade que contribui para o desenvolvimento socioespacial ou, ao contrário, tornar-se um processo de descaracterização das paisagens e dos costumes locais, sendo a paisagem o aspecto visível dos processos de desenvolvimento.

Retomando ao exposto por Cruz (2006, p. 347), a autora aponta que,

Com a emergência, em escala planetária, do paradigma ambiental, o desenvolvimento econômico a qualquer preço passa a ser substituído pelo 'desenvolvimento sustentável', mais atento, ao menos no plano do discurso, à conservação e proteção ambiental bem como à qualidade de vida das populações atuais e das gerações futuras.

Desse modo, segundo ela, as políticas públicas de turismo no Brasil refletem esse contexto político-ideológico mundial, incorporando em seu discurso e em suas práticas elementos que evidenciam essa mudança de paradigma, especialmente aqueles associados ao desenvolvimento sustentável.

Entretanto, sua condição de paradigma orientador das políticas públicas de turismo, em nível nacional, estadual e local, não assegura a existência de consenso, por parte dos agentes responsáveis por sua elaboração, acerca do tipo de desenvolvimento que se pretende alcançar.

O aumento do fluxo de turistas no território, a expansão dos serviços turísticos e a implantação de infraestruturas não constituem, por si sós, indicadores de desenvolvimento. Pelo contrário, tais processos podem favorecer a segregação

socioespacial, ao concentrar territorialmente os elementos da “modernidade” em função dos interesses dos agentes hegemônicos.

A área que será implementado o Reggia Condomínio Aeronáutico é do Aeroporto de Porto Primavera, Rosana, construído originalmente pela CESP e abandonado sucessivamente pelo Estado. Segundo Yázigi (1999, p. 38) “O confinamento territorial do turismo pode ser entendido como uma extensão contínua de interesses, um microcosmo, no perímetro do qual tem de se dar a vida turística”. Para ele, o confinamento territorial do turismo, assume feições físicas e sociais, como o confinamento em marinas e grandes complexos que seguem os padrões idealizados de atividade de lazer e de uma arquitetura e urbanismo que em alguns territórios são estranhos às características territoriais. Além disso, ocorre o confinamento em zonas turísticas consideradas seguras para o turismo, concentrando equipamentos e serviços, mas também atrativos vendidos em pacotes de viagens.

Nas palavras de Cruz (2001, p. 113):

Não são apenas, porém, objetivos econômicos que têm levado a criação de territórios eminentemente turísticos, isolados por barreiras concretas ou imaginárias do restante dos territórios onde se inserem. Essas barreiras são, essencialmente, ideológicas e visam, entre outros objetivos, manter os turistas dentro dos ‘espaços de fantasia’ criados por agressivas (e falsas) campanhas *de marketing*.

Para a autora, o isolamento territorial dos turistas tem como uma de suas principais consequências a supressão da possibilidade de interação entre turista e população residente.

O confinamento territorial em áreas que se apresentam como seguras, tranquilas e pacíficas para o desfrute do tempo livre e para a diversão é a solução adotada pelos empreendedores do turismo tanto na esfera pública quanto privada.

Segundo Cruz (1999, p. 40):

Não se pode condenar o turista à uma socialização forçada com o local de sua visita, mas permitir-lhe a escolha entre o 'simulacro' e o 'mundo real' deveria ser uma condição do fazer turístico. Em países pobres, como é o caso do Brasil, essa possibilidade de escolha torna-se, porém, cada vez mais remota. Criar o simulacro é mais fácil do que reconstruir o entorno. Entre uma e outra alternativa encontra-se, na verdade, uma opção política.

De acordo com ela, as políticas nacionais de turismo induziram, ao longo do tempo, formas de confinamento territorial por privilegiarem a hotelaria em detrimento

de outros equipamentos e infraestruturas turísticas, concentrando do ponto de vista espacial os investimentos no setor de hospedagem.

Já para Santos (2020, p. 227):

Os objetos têm um discurso que vem de sua estrutura e revela sua funcionalidade. É o discurso do uso, mas, também, o da sedução. E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação. Essa legitimação prévia tornou-se necessária para que a ação proposta seja mais facilmente aceita, e mais ativa se torne na vida social.

Os objetos são instalados em áreas selecionadas para cumprir funções específicas, e as infraestruturas passam a se inserir de maneira desigual, atendendo a diferentes camadas de agentes sociais. Antes da materialização dos projetos no território, o discurso elaborado por especialistas e burocratas os antecede, funcionando como forma de legitimação da ação. Nesse contexto, o apelo ao desenvolvimento econômico torna-se o principal elemento discursivo, frequentemente associado à promessa de geração de emprego e renda.

A força desse discurso reside justamente na mobilização de seus elementos centrais, como o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e o aumento da renda. Logo, Cruz (2006, p. 341) afirma “Se, de um lado, o turismo pode, teoricamente, contribuir para “aliviar a pobreza”, de outro, tem sido, na prática, responsável por sua redistribuição espacial”.

O município de Rosana, objeto da pesquisa, apresenta como particularidade o fato de ter sido, em passado recente, um importante pólo de atração de trabalhadores oriundos de diferentes regiões do território brasileiro, que buscavam oportunidades de inserção no mundo do trabalho durante a construção das barragens, bem como em razão das condições favoráveis de aquisição de terras no período de criação da cidade de Rosana.

Com a conclusão das obras, esse processo foi seguido por um quadro de desemprego em massa entre os trabalhadores das barragens, que passaram a se somar àqueles que buscavam ocupação nas terras griladas e improdutivas da região do município. Para Cruz (*ibidem*),

Ao tornar determinadas porções do território atrativas para trabalhadores com baixa qualificação profissional, dado que grande parte dos postos de trabalho diretamente associados ao turismo estão na informalidade ou dizem respeito a empregos mal remunerados, o turismo tem atraído contingentes de pobres para lugares receptores de fluxos, na busca por sua inserção no mundo do trabalho.

Segundo o entrevistado, os programas e ações da Secretaria de Turismo possuem como objetivo: manter Rosana como MIT e através dos programas e ações proporcionar que o município seja elevado à categoria de Estância. Desse modo,

Então, a gente também estamos nesse parâmetro: de melhorar com o objetivo de elevar a Estância e objetivo e o trabalho pra pegar Estância, a gente vai conseguir manter o MIT. Alguns municípios estão aí prestes a perder o MIT, então essa é uma das preocupações da secretaria (Entrevistado nº 2).

Segundo ele, o município retomou alguns eventos municipais para valorizar a cultura de Rosana. Destacou a divulgação do turismo em rádios e televisões. Nesse sentido,

Erguemos o nível de eventos, em todas as comemorações no patamar de qualidade de artistas, para que haja visibilidade também o turismo de eventos, e, assim, criando uma nova visão. Estamos trabalhando muito com a divulgação do nome do município, trabalhando em rádios do Mato Grosso, no Paraná, televisão do estado de São Paulo, na Band, na Tv Fronteira, na Rede Globo (Entrevistado nº 2).

De acordo com Santos (2009, p. 3) existem duas concepções básicas de cultura, “A primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se a mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo”.

Nesse sentido, a concepção de cultura definida pela primeira dimensão abarca toda e qualquer produção humana no tempo e no espaço.

Segundo Alois (2014) o valor histórico das criações humanas abrange toda criação do passado; ou seja, as produções humanas que em determinadas circunstâncias e no qual determinados fatores foram necessários para sua realização.

Assim, toda atividade humana e todo destino humano dos quais nos restam testemunhos ou conhecimento possuem um valor histórico. Entretanto, somente os testemunhos que representam as etapas sucessivas e mais evidentes no processo de evolução de um determinado ramo da atividade humana adquirem valor histórico e artístico no qual são explorados pelo e para o turismo de diferentes formas.

Para Harvey (2005) na atualidade a cultura adquiriu o estatuto de mercadoria. De acordo com o autor, produtos e eventos culturais estejam eles nas artes plásticas, no teatro, na música, no cinema, na arquitetura, nos modos localizados de vida, no patrimônio, nas memórias coletivas ou nas comunhões afetivas, tendem a serem

considerados superiores aos demais gêneros de mercadorias por estarem associados a um plano mais elevado de criatividade e significado humano. Desse modo, os produtos e eventos culturais são estratégias de capitalização do espaço geográfico fomentado pelo turismo.

Conforme o entrevistado, já existem resultados positivos, como o aumento do número de turistas de Presidente Prudente nos estabelecimentos comerciais de Rosana e ônibus de excursões deste município para Rosana. Destaca,

Agora a gente também observa que as lanchonetes, os restaurantes, os barzinhos, estão sendo mais ocupados por turistas, do que antes. Então algumas medidas que já estão dando aí reflexos da parte burocrática que é documental, de leis e decreto (Entrevistado nº 2).

Na pergunta nº 2, a saber: como os moradores do município estão sendo incluídos no processo de planejamento turístico e quais espaços foram criados para promover a participação da comunidade local nos processos decisórios?

Segundo o entrevistado, a reformulação do COMTUR junto com as normativas de uso dos atrativos turísticos são elementos positivos para que os moradores do município participem dos processos de decisão e que utilizem os atrativos turísticos disponíveis. As normativas de utilização dos atrativos turísticos são aplicadas tanto para os moradores quanto para os turistas.

De acordo com ele, a população de Rosana estava tendo acesso limitado nos atrativos turísticos, principalmente nos quiosques do Balneário Municipal, por isso foi necessário a implementação das normativas. Desse modo,

As normativas de manter a qualidade ela é aplicada para todos, tanto para os visitantes quanto para os moradores, que apoiaram muito, gostaram. Eles não estavam frequentando os ambientes. [...] As famílias de Rosana não conseguiam vir pra dentro do Balneário, por situações que aconteciam lá dentro [bosque do Balneário], fora do comum. Então, hoje, com essa mudança, essa mudança já fez com que a comunidade começasse a estar inserida dentro do desenvolvimento turístico, dentro dos atrativos (Entrevistado nº 2).

Na pergunta de nº 3, indaga-se: quais foram os principais programas e ações criados durante a pandemia de Covid-19? E de que forma a pandemia influenciou no fluxo turístico do município? Não foram indicados elementos suficientes para identificar como a Secretaria de Turismo regulamentou o turismo, além de ter, conforme ele, seguido as diretrizes recomendadas pelos Governo Federal e Estadual e dos órgãos públicos de saúde.

Na pergunta de nº 4, questionou-se: de que maneira o curso de Turismo da UNESP de Rosana pode contribuir para o planejamento turístico? Ele mencionou a parceria com a UNESP para o desenvolvimento do turismo rural e que os docentes do curso de Turismo realizam pesquisas de demanda turística e projetos culturais. De acordo com ele, é oferecida para os alunos a possibilidade de realizar o estágio curricular obrigatório na Secretaria.

Na entrevista realizada com o representante dos empreendimentos turísticos e atrativos turísticos que é proprietário de uma pousada no município, na pergunta de nº 1, a saber: quais são os principais benefícios econômicos do turismo para o seu empreendimento? Para ele, o turismo contribui com a criação de postos de emprego direto e indireto no seu meio de hospedagem e proporciona a geração de renda no município.

Na pergunta de nº 2, a saber: de que forma o seu empreendimento contribui para a geração de emprego e renda no município? Respondeu que:

Hoje minha pousada contribui com geração de empregos diretos e indiretos tendo em vista que trabalho com hospedagem e guarda de embarcações de clientes. [...] Então hoje eu emprego diretamente três pessoas e indiretamente até quatro pessoas em alta temporada (Entrevistado nº 3).

Na pergunta de nº 3, perguntou-se: como é realizado o planejamento do seu empreendimento para atender os turistas? Relatou:

Eu tenho uma limitação de vinte e dois apartamentos então com isso se torna fácil a gestão e organização para a recepção, nas altas temporadas e baixa temporada. Eu consigo me organizar tranquilamente através de programas e planilhas e demais ferramentas dentro de sistema (Entrevistado nº 3).

Na pergunta de nº 4, a saber: como o turismo contribui para o desenvolvimento econômico e social do município? Os benefícios econômicos e sociais do turismo para o município apontados pelo entrevistado são: geração de rendas, benefícios culturais e desenvolvimento de ideias.

Durante a entrevista realizada com um morador, de 27 anos, licenciado em História, que reside no Distrito de Primavera foi apontado sobre o processo do plebiscito que consolidou Primavera como Distrito administrativo de Rosana no ano de 2016.

Na pergunta de nº 1, a saber: você tem observado se a população tem tido suas demandas atendidas nos processos de planejamento e decisórios sobre o turismo no município? Como os moradores são incluídos nos processos de planejamento? Você já participou das reuniões do Conselho Municipal de Turismo? Possui interesse? De acordo com ele, é recente a participação dos moradores nos processos decisórios. Quando questionado se conhece o COMTUR, ou se já participou de alguma reunião, foi respondido que,

É um conselho, ele é um instrumento participativo, mas ele se restringe muito às pessoas que estão mais ligadas a esse setor, já estão atuando nesse setor né, então um cidadão comum, não tem muito acesso, era para ser mais estimulado a participar, mas eu só ouvi falar, nunca participei (Entrevistado nº 4).

Quando questionado se possuía interesse em participar, a resposta foi positiva, porém como ouvinte e como participante de pesquisas, pois seu interesse principal é a educação que poderia contribuir de alguma forma com o turismo, caso fosse incentivado. Para ele, “Sim, eu acho que deveria ser mais incentivado inclusive essa questão da educação ambiental, que é um foco que deveria ser dado ao nosso município, já que tem vários recursos naturais que devem ser preservados né” (Entrevistado nº 4).

Observa-se que as entrevistas com os agentes nem sempre apresentam um caráter objetivo, ou seja, nem sempre respondem de imediato aos objetivos da pesquisa. Em outras palavras, é no decorrer da entrevista que o pesquisador entra em contato com novas realidades que podem, por desconhecimento ou descuido, não ter sido consideradas anteriormente. Portanto, mesmo quando a pergunta possui uma finalidade específica e um objetivo a ser alcançado, o caminho até a resposta não é linear. Trata-se, assim, de um momento de intenso contato com o outro e com sua subjetividade, elementos que não devem ser ignorados no processo de pesquisa.

Logo, ainda que nem sempre as respostas tenham atendido de forma imediata e linear aos objetivos inicialmente propostos, as observações não previstas realizadas pelos agentes durante as entrevistas foram incorporadas na transcrição e na exposição dos resultados.

Na pergunta de nº 2: você acredita que o turismo contribui para a geração de oportunidades de trabalho e renda na cidade? Já ocupou algum posto de emprego

direcionado para o turismo? Em qual período? A resposta foi que sim, especialmente durante eventos comemorativos, como *réveillon*, carnaval e Primarosa. Destacando que,

É porque aqui não tem outra área que possa ser tão explorada como o turismo. Não é um local que empresas buscam vir aqui para desenvolver. Então tem poucas áreas que podem ser incentivadas, uma delas é o turismo, que pode gerar emprego na área que mais gera emprego já, que é o setor de serviços. Então, e o comércio local então o comércio local ganha, e com isso pode gerar empregos no comércio local e no setor de serviços em geral (Entrevistado nº 4).

De acordo com o entrevistado, ele já ocupou um posto de emprego temporário relacionado com o turismo. Assim, “a empresa concorre, a empresa concorre e ganha, por exemplo, segurança, bombeiro, controlador de acesso, só quando tem festas assim né que movimenta o turismo” (Entrevistado nº 4).

Na pergunta de nº 3, a saber: quais ações você tem observado para a diversificação da oferta turística no município? Você tem observado o incentivo para novos atrativos turísticos? Segundo ele, em um primeiro momento as ações da gestão pública estão voltadas para o fortalecimento dos atrativos turísticos de maior importância para depois expandir as opções, “no que já existe Balneário, festas, isso que já está consolidado né Primarosa, *réveillon*, carnaval, Balneário” (Entrevistado nº 4). E continua,

Eu acho que o maior atrativo turístico aqui é o que diz respeito aos rios, né turismo náutico. Então, pesca também, então pesca, praia, andar de barco, ver a natureza, essas coisas esse é o mais que as pessoas usam eu acredito né. Turismo náutico, turismo na prainha mesmo (Entrevistado nº 4).

Já na pergunta de nº 4, a saber: quais os principais atrativos turísticos que você considera que são utilizados pela população? E quais as relações que os moradores criam com esses atrativos turísticos? São espaços de lazer, de trabalho, ou são indiferentes? Segundo o entrevistado, o Balneário e a Ilha Jurerê são os principais atrativos turísticos utilizados pela população, com finalidade lazer e para a comercialização de produtos durante eventos. Assim,

Alguma parte usa para tirar uma renda extra nas festas. Então carnaval, ano novo, outra festa que tiver, é alguma parte da população tira renda extra. Não é uma renda fixa, têm poucas que tiram a renda fixa né [...] É, e a maior parte utiliza como lazer mesmo” (Entrevistado nº 4).

Para ele, o Balneário é uma das poucas alternativas de lazer no município. Diante disso, “as pessoas de Rosana utilizam com mais facilidade, mas as pessoas do Distrito de Primavera e dos assentamentos tem uma dificuldade maior de acesso por causa do transporte” (Entrevistado nº 4).

Em entrevista realizada com uma moradora do Distrito de Primavera, no município de Rosana, de 36 anos, pedagoga e engenheira de produção, que atua como coordenadora pedagógica em uma creche do terceiro setor do município, filha de barrageiros, seu pai emigrou do Rio Grande do Sul para trabalhar na barragem de Porto Primavera na CESP, e sua mãe veio do Paraná. Ela participa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Saúde e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Rosana.

Nesta entrevista, observa-se a realidade do processo migratório de trabalhadores provenientes de diferentes regiões do Brasil para atuarem na construção da barragem no distrito de Primavera.

Na pergunta nº 1, a saber: você tem observado se a população tem tido suas demandas atendidas nos processos de planejamento e decisórios sobre o turismo no município? Como os moradores são incluídos nos processos de planejamento? Você já participou das reuniões do Conselho Municipal de Turismo? Possui interesse? Afirma ela,

Acho que até por uma questão de o conselho ter se organizado o ano passado, está num processo ainda de legitimação social. Eu acredito que ele ainda não está legitimado socialmente. Mas ele está se organizando e está sendo um conselho bem atuante também (Entrevistada nº 5).

Para incentivar a participação da população no COMTUR foram propostas algumas mudanças. Segundo a entrevistada, essas mudanças incluem a alteração do horário das reuniões, que passaram a ser realizadas no período da noite, uma vez que antes ocorriam durante o horário de trabalho, dificultando a participação da população e a realização das reuniões tanto na cidade de Rosana quanto no Distrito de Primavera.

Além disso, foi indicado que atualmente ocorre a divulgação prévia das pautas que serão abordadas. Quando questionada sobre onde ela adquire acesso às pautas das reuniões, foi informado que por meio de um grupo do WhatsApp que participa junto com os membros dos Conselhos Municipais, sem a presença ativa da população neste grupo.

De acordo com a entrevistada, os conselhos municipais se reúnem com a presença dos titulares, de alguns suplentes, da sociedade civil organizada e, quando necessário, de pessoas convidadas e de representantes das secretarias municipais. Segundo ela, “difícilmente vêm pessoas da sociedade, de assim civil mesmo, no sentido de pessoas que querem ir só pra ouvir, não tem essa adesão ainda tão fortalecida” (Entrevistada nº 5).

Destacou ainda a convergência entre setores em torno de temas em comum como a parceria entre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal de Turismo. Desse modo,

A gente [Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente] já fez várias conversas com o pessoal do turismo [...] para poder fazer um alinhamento, em questão de como a gente pode pensar no turismo e ainda pensar na proteção da questão das violências contra criança e adolescente aqui no município, porque com a questão do turismo acaba vindo outras pessoas e as crianças acabam ficando em risco. Então dentro de um programa a gente tenta pensar de forma articulada como que a gente pode proteger essas crianças, pensando nesse turismo, nessa vinda de pessoas. Na questão das substituições que acontecem em ranchos. Então a gente conversa intersecretorialmente sobre esse tema com eles [Conselho Municipal de Turismo] (Entrevistada nº 5).

O diálogo entre os setores é destacado na sua fala,

Quando existe alguma conversa mais específica e que envolve esses segmentos aí [educação e turismo] os conselhos são convocados e as secretarias também. Então, geralmente quando um assunto é intersecretorial, aí vai uma pessoa da secretaria de educação, a presidente do conselho de educação. E, tem esse coletivo que vai participar quando o assunto envolve esse interesse ou a necessidade de uma ação coletiva (Entrevistada nº 5).

Conforme a entrevistada, para os diálogos intersecretoriais é necessário reunir os conselhos e as secretarias municipais. Ela ressaltou que não participa do COMTUR, mas acompanha ativamente os temas que serão debatidos. Dessa maneira,

Quinta-feira eles tiveram a primeira reunião [COMTUR], e eles iam debater. E no final do ano, eu já vou contextualizar, no final do ano teve o *réveillon*, quando passou o *réveillon*, a Secretaria de Turismo enviaram um *google forms* para todo mundo sobre a percepção da população em relação ao evento. Então essa reunião de quinta-feira foi para socializar o resultado dessa pesquisa e foi também, acho que foi, apresentar um projeto de lei para regulamentar a questão de barcos sabe, esporte náutico, ali porque nesse final de ano também teve a ocorrência de *jet ski* atropelando pessoas. Então, eles já pensaram num projeto de lei para poder regulamentar como vai ser a utilização dessas embarcações para esporte e deixou livre em

outras coisas né. Agenda livre para outros debates. Mas o principal foram esses dois pontos (Entrevistada nº 5).

Para a entrevistada, a articulação entre poder público e sociedade civil estruturada em conselhos municipais é uma estratégia importante para pensar os aspectos sociais que envolvem a vida em coletivo. Especificamente sobre o turismo,

Pensar em turismo você precisa pensar isso coletivamente. Não tem como, eu acho que turismo é isso, eu vou fazer tal coisa. Precisa entender o nosso território, a potencialidade. Porque senão você acaba pensando só em turismo náutico, em Balneário, e acha que é só esse o potencial do nosso município. E a gente sabe que não é só isso. A gente tem muitas áreas do turismo que a gente precisa desenvolver aqui (Entrevistada nº 5).

Para a entrevistada, temas como cultura ainda carece de estímulos tanto por parte da comunidade quanto na oferta de eventos culturais, relatando:

A gente não tem com frequência, por exemplo, apresentação de teatro, de banda, nada assim não tem essa movimentação. É bem esporádico o ISCAP [instituição local] faz um movimento e consegue trazer um palhaço, consegue trazer uma banda diferente. Mas não é uma coisa que a gente conseguiu ainda amadurecer na comunidade no sentido de apreciar, de uma forma massiva (Entrevistada nº 5).

A entrevista expõe que os eventos municipais, como carnaval e *réveillon*, são concentrados espacialmente no Balneário Municipal, limitando o acesso dos moradores de Primavera e dos assentamentos rurais. Ressalta, ainda, que os eventos municipais acabam se concentrando apenas nessa parcela do espaço geográfico. Evidencia que,

A gente tem carnaval agora que concentra lá no Balneário, então as pessoas que não têm condição de ir para o Balneário fica desassistida em Primavera e fica desassistida nos assentamentos. Então não se pensa em uma opção, um plano para esses lugares, é foco só lá (Entrevistada nº 5).

Segundo a entrevista, embora a gestão pública privilegie os dois grandes eventos, também ocorrem atividades no Distrito de Primavera que atraem visitantes de municípios vizinhos,

Tem a festa junina comunitária também, mas essa festa junina mobiliza mais internos. Festa das nações, a gente consegue ainda atingir, Euclides [município do estado de São Paulo], Diamante [município do estado do Paraná], Nova Londrina [município do estado do Paraná], pessoal de Batayporã [município do estado de Mato Grosso do Sul], eles veem porque tem várias comidas diferentes, então eles vêm [...] E tem a Primarosa, que eu acho que é o maior evento que a gente tem aqui em Primavera, no

Distrito de Primavera. Então Rosana fica com o carnaval e a festa de *réveillon* e, Primavera, fica com a Primarosa (Entrevistada nº 5).

Para a entrevistada, é necessário que a população crie o hábito de participar de eventos culturais e passe a cobrar da gestão pública uma maior oferta desse tipo de atividade. Segundo ela, a diversificação da oferta turística dependeria da apropriação do espaço geográfico pelos moradores, que poderiam construir e estimular novos segmentos turísticos. Em vista disso, descreve:

Sim, e agora é preciso da apropriação das pessoas. Então agora que eu estou vendo pessoas indo e postando 'ah estou aqui no Porto Maria, estou aqui com a minha família' porque assim, as pessoas também, precisam se apropriar daquele espaço para dar essa visibilidade. Não é uma coisa que as pessoas fazem espontaneamente 'ah vou, lá para a prainha, do Porto Maria', não aqui o pessoal vai prainha ou grêmio. E, é isso, não pense assim tipo 'ai como uma terceira opção' não, é prainha, ou grêmio ou beira rio. Não, então, prainha, grêmio, beira rio ou assentamento. Então tem uma quarta opção aí (Entrevistada nº 5).

A entrevistada explica que os eventos ocorridos nos assentamentos rurais são pouco divulgados pelo poder público, o que contribui para a baixa participação da população nesses eventos. Desse modo,

O ano passado, eu não lembro que mês que foi mas, teve um circuito de apresentações de teatro financiado pelo estado de São Paulo e um desses circuitos eles foram fazer uma apresentação, eram mulheres, que elas apresentavam a partir de um varal fotografia e história de três mulheres principais, e aí um varal com várias mulheres. E assim foi um evento tão bonito, foi uma troca tão bonita e assim, a adesão mesmo do assentamento, foi mínima. Foram só as mulheres ali que trabalham ali no Porto Maria [assentamento rural do município de Rosana], filhas das mulheres, parentes das mulheres que trabalham ali. Então ficou um público bem pequeno, sabe. Então assim eu não vejo também uma movimentação do poder público, aqui em Rosana, aqui em Primavera, para divulgar esses eventos que tem no assentamento. Então só divulga assim, tem um forte no assentamento que é o aniversário da gleba XV de Novembro. Essa festa com mais organização e com mais investimento. Então isso eles acabaram divulgando mais. Mas fora assim a gente tem que ficar correndo atrás, então eu tenho que pesquisar, o [...] pesquisa, a gente pesquisa vai correndo atrás para o que está acontecendo no mundo, aqui. E aí descobre um teatro, descobre uma cavalgada porque lá eles também fazem cavalgadas né. Então a gente vai curiando, vai procurando. Então não é uma propaganda que chega na gente, e olha que a gente tem interesse, então se não chega na gente tem interesse imagina, a população, não chega em lugar nenhum essa notícia. Então acho que a questão da divulgação aqui do que está acontecendo dentro do próprio município poderia melhorar (Entrevistada nº 5).

Já na pergunta de nº 2, a saber: você acredita que o turismo contribui para a geração de oportunidades de trabalho e renda na cidade? Já ocupou algum posto de

emprego direcionado para o turismo? Em qual período? Segue a resposta da entrevistada,

Então o que acontece é que esses empregos vêm só em época de alta temporada. Então está tendo um carnaval tem geração de emprego de uma forma mais ampla, mas também acabou o evento acabou a amizade, acabou o emprego, acabou o bico. Na área de alimentação, porque os quiosques que descem eles não conseguem só equipe permanente dar conta. Então eles sempre abrem para contratar mais chapeiro mais garçom para estar atendendo. [...] Tem a própria estrutura de organização que gera também bastante emprego ali. Então existe um processo de licitação que algumas empresas fazem com a prefeitura para trabalhar em alguns pontos. Então, gera emprego para brigadistas, para segurança (Entrevistada nº 5).

Além disso, conforme descreve:

Aqui também tem essa nova gestão que ela está com essa visão mais focada na questão do turismo, no sentido de transformar aqui em estância turística, regulamentaram também a questão da venda de coisas na prainha. Então agora você precisa fazer um cadastro na prefeitura e tal. Para poder vender, pra quem vende coisas. E aí acabou que com essa movimentação, acabou que outras pessoas nem sabia que tinha a possibilidade de fazer isso e viu isso como oportunidade. Então aqui aumentou muito também a questão de vendedor ambulante, então nessa pegada de tentar fazer uma renda extra uma renda complementar aumentou bastante, isso fica muito evidente nas altas temporadas (Entrevistada nº 5).

De acordo com Molina (2007) a visão positiva do turismo concebida pelos moradores dos territórios turísticos relaciona-se, principalmente, com o discurso produzido pelo poder público, mas também aquele do senso comum que afirma que o turismo gera renda, emprego e desenvolvimento local. Para ele, essa visão reflete diretamente na produção do espaço. Desse modo, “a ideia de modernidade invade o cotidiano destas pessoas, que veem, na atividade do turismo, uma possibilidade de mudança para melhorar a qualidade de vida e também para aumentar sua capacidade de consumo” (*ibidem*, p. 60).

Fundamentando-se em Harvey (2004, p. 21):

Ser moderno é encontrar - num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo - e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernas cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; elas nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade de angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, 'tudo o que é sólido desmancha no ar'.

O discurso construído em torno do turismo é frequentemente legitimado pela sua capacidade de geração de empregos e renda. Contudo, observa-se, no município estudado, que o turismo é responsável, em grande medida, pela criação de empregos informais e complementares. Trata-se, portanto, de postos de trabalho temporários e precarizados, que não oferecem qualquer tipo de seguridade social. Ainda assim, é necessário reconhecer a importância desses empregos em territórios com elevados índices de pobreza, uma vez que eles podem contribuir, ainda que de forma limitada, para o atendimento de necessidades materiais dos agentes sociais.

Na pergunta de nº 3, a saber: quais ações você tem observado para a diversificação da oferta turística no município? Você tem observado o incentivo para novos atrativos turísticos? De acordo com ela,

Na questão do turismo rural eu acredito que por questão de força política e que tem pessoas que têm essa meta, a gente está com dois vereadores eleitos que são do assentamento. Então assim como tem um legislativo ali daquele território, como tem uma outra movimentação olhando, acredito que aí a gente vai conseguir um avanço né, porque lá na gleba quinze tem o Porto Maria que tem uma sede, nesta sede, as mulheres fazem um super café da manhã para atender, aí tem várias trilhas que eles fazem ali para apresentar o assentamento. Já tem essa movimentação precisa só ampliar mais e trazer isso para a comunidade, né falar 'olha existe essa possibilidade gente, vamos, vamos conhecer' (Entrevistada nº 5).

Na pergunta de nº 4, a saber: quais os principais atrativos turísticos que você considera que são utilizados pela população? E quais as relações que os moradores criam com esses atrativos turísticos? São espaços de lazer, de trabalho, ou são indiferentes?

Segundo ela,

Para a população de uma forma geral é a prainha, prainha, é o Balneário é a prainha, ali o Balneário é o principal. Quando você pensa de uma forma mais ampla, o grêmio, é mais para quem vai senhores que vai pescar ou jovens que às vezes não tem como chegar na prainha mas chega no grêmio que dá, pra ir de *bike*. (Entrevistada nº 5).

Para a entrevistada, as regulamentações criadas para a prestação de serviços turísticos são um fator positivo para o aumento do número de oferta desses serviços no Balneário Municipal. Assim,

O balneário para lazer mas também como uma oportunidade de renda. Isso ficou bem acentuado depois que teve esse movimento para se cadastrar [normatização jurídica que regulamentou a prestação de serviços no Balneário Municipal]. Eu vi que gente fala assim 'ah essa, burocracia acaba atrapalhando', acaba atrapalhando quem já estava de uma forma não regulamentada e que monopolizava o espaço, então era só aquele e não

podia ter outro. Entende e aí quando falou 'tem que cadastrar e vai funcionar assim, tem essas regras' até quem nunca tinha visto o balneário como um potencial comercial acabou despertando esse olhar (Entrevistada nº 5).

O Grêmio citado como atrativo turístico pelos moradores não constitui um recurso turístico explorado oficialmente pelo município. Assim, por não se tratar de um atrativo regulamentado, suas vias de acesso são bastante rudimentares. Desse modo, o local funciona como um espaço de lazer informal e pouco organizado, utilizado principalmente pelos moradores. Ainda assim, não se pode descartar a possibilidade de territorialização turística desse espaço por parte de turistas, do Estado e do mercado. Sua eventual inclusão em planos e programas turísticos dependerá, portanto, de aspectos jurídicos que ultrapassam o campo estritamente turístico.

Os moradores de Rosana constituem os principais agentes responsáveis pela criação da atividade turística e pela produção do território turístico, inicialmente marcada por uma apropriação desorganizada e informal do espaço geográfico. Esses agentes estabelecem, em seu cotidiano, relações socioespaciais de identificação com os objetos geográficos (naturais e culturais) que compõem sua identidade, desempenhando funções tanto simbólicas quanto práticas.

Essa apropriação desorganizada é, posteriormente, retomada por turistas, pelo Estado e pelo mercado, enquanto agentes de apropriação, organização e produção de produtos turísticos nos territórios. Esse processo pode gerar conflitos territoriais nos espaços de lazer, que tendem a ser progressivamente apropriados e, em alguns casos, subtraídos do uso dos moradores locais.

Esses objetos, que integram o cotidiano desses agentes, estão sujeitos a processos de refuncionalização, tanto simbólica quanto funcional, decorrentes da apropriação do espaço geográfico por atividades econômicas, como o turismo. Nesse contexto, praças, bairros, barragens e igrejas passaram a ser convertidos em atrativos turísticos.

Portanto, surge a necessidade de assegurar a participação dos agentes moradores nos processos decisórios, de modo que possam exercer a capacidade de decidir sobre o futuro do território e do turismo.

4.4 PERCEPÇÕES SOBRE O TURISMO PELOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE ROSANA

Não se pode esperar um turismo adequadamente mensurável sem o devido ordenamento territorial (Yázigi, 1998). Por se tratar de apenas um entre os diversos setores sociais e econômicos, o turismo não deve ocorrer em detrimento dos demais serviços públicos. Nesse sentido, o planejamento turístico precisa estar articulado com as outras áreas sociais (Cruz, 2006).

Portanto, por mais relevante que o turismo possa parecer, a vida nos lugares não se esgota nessa atividade (Cruz, 2006). Assim, negligenciar outros setores bem como agentes não diretamente vinculados ao turismo implica adotar uma abordagem parcial e, portanto, insuficiente do planejamento, gerando estatísticas que pouco refletem a dinâmica real do território (Yázigi, 1998).

Em suma, os entraves ao desenvolvimento turístico, como a precariedade das infraestruturas e dos serviços públicos, não são exclusivos do setor, mas expressam condições estruturais já presentes nos lugares (Yázigi, 1998).

Antes, porém, de se constituir como território turístico ou potencialmente turístico, é necessário que as demandas dos residentes sejam atendidas. Logo, a vida nos lugares não se resume ao fazer turístico, como assinala Cruz (1999).

Desse modo, o conceito de desenvolvimento turístico não deve ser interpretado a partir de uma abordagem restritiva, baseada em aspectos parciais da realidade dos lugares, que o reduza à simples ampliação do número de turistas nos territórios como objetivo central. Ao contrário, deve ser compreendido como um processo de construção de melhores condições de vida que priorizem as demandas da população residente.

Tanto o modelo de desenvolvimento turístico quanto o modelo de desenvolvimento que se busca alcançar efetivamente nos lugares representam as possibilidades reais que a atividade pode exprimir em termos dos benefícios socioeconômicos e culturais. Logo, o turismo pode ocorrer sem assegurar, de forma automática ou proporcional, a redução da concentração de renda ou a melhoria dos indicadores sociais nos territórios.

Souza (1997, 1999, p. 18) tratando sobre o modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil apontou que este é, “[...] o binômio formado pelo crescimento econômico (mensurável por meio do crescimento do PNB ou do PIB) e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente”. Para

o autor, torna-se limitado o conceito de desenvolvimento neste modelo de desenvolvimento econômico. Ele propõe que o desenvolvimento seja “[...] um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima” (*ibidem*). Apresentando o conceito de desenvolvimento socioespacial,

Compreendido como um processo de superação de problemas e conquistas de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) proporcionadoras de maior felicidade individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política), e, também, do espaço natural e social (*ibidem*, p. 18-19).

O modelo de desenvolvimento e de desenvolvimento turístico adotado pelas políticas públicas e pelo planejamento governamental assumem diferentes formas. Dentre elas, o de desenvolvimento socioespacial. Esse modelo tem ganhado importância,

[...] pelo fato de os modelos tradicionais de desenvolvimento não estarem atendendo a contento aos anseios de seus gestores, que a cada dia sofrem novas pressões de uma boa parcela da população brasileira, insatisfeita com a sua baixa qualidade de vida” (Portuguez, 1999, 2017, p. 103).

Assim, as pesquisas de opinião pública junto aos moradores de territórios turísticos ou potencialmente turísticos apresentam grande potencial para subsidiar um planejamento integrado da atividade turística.

Na pesquisa realizada por Kalaoum *et al.* (2025) foi aplicado um questionário composto por dezoito perguntas, elaborado com base no modelo utilizado pelo Observatório de Lazer e Turismo da Baixa Verde da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) para os moradores do município de Rosana. A pesquisa dos autores teve como objetivo: identificar a opinião pública dos moradores do município de Rosana sobre a atividade turística e sobre o lazer disponível no município. Os resultados foram apresentados em duas seções.

Na primeira, apresenta-se uma caracterização do perfil socioeconômico dos moradores. Na segunda, analisam a opinião e o comportamento dos entrevistados em relação ao turismo e lazer. Essa pesquisa obteve 189 respostas, das quais 123 pessoas residiam no Distrito de Primavera, 62 pessoas na cidade de Rosana, 3 pessoas nos assentamentos rurais e 1 pessoa no Cinturão Verde. No âmbito desta pesquisa, Kalaoum *et al.* (2025, n.p.) apontaram que “[...] a opinião popular sobre a

gestão pública pode subsidiar a construção de uma agenda política e de projetos que venham a integrar o plano de desenvolvimento municipal [...]”.

A seguir, apresenta-se no Quadro 3 o compilado dessa pesquisa.

Quadro 3: Opinião Pública sobre o Turismo em Rosana/SP

Pergunta:	Resposta:
Rosana tem condições de receber turistas?	Alguma condição (73 pessoas) Tem muita condição (53 pessoas) Tem pouca condição (53 pessoas) Não souberam responder (6 pessoas) Tem nenhuma condição (3 pessoas) Não respondeu (1 pessoa)
Se o turismo fosse incentivado em Rosana?	Seria excelente para a cidade (134 pessoas) Seria bom para a cidade (52 pessoas) Seria ruim para cidade (2 pessoas) Não soube responder (1 pessoa)
A prefeitura tem incentivado o turismo?	Tem incentivado (74 pessoas) Não têm incentivado tanto (68 pessoas) Não incentivam nada (19 pessoas) Não souberam responder (19 pessoas) Tem incentivado muito (9 pessoas)
Benefícios que o turismo pode trazer?	Geração de emprego (Sim: 85,2% e não: 14,8%) Melhoria da imagem do município (Sim: 66,7% e não: 33,3%) Geração de renda (Sim: 94,2% e não: 5,8%) Melhoria da infraestrutura (Sim: 66,7% e não: 33%) Melhoria da auto-estima (Sim: 34,4% e não: 65,6%)
Malefícios que o turismo pode trazer?	Congestionamento (Sim: 30,7% e não 69,3%) Prostituição (Sim: 47,1% e não 52,9%) Poluição (Sim: 61,4% e não 38,6%) Aumento de preço (Sim, 51,3% e não 48,7%) Violência e consumo de drogas (Sim 38,1% e não 61,9%) Falta de água e energia (Sim: 14,3% e não 85,7%)

Os serviços e as infraestruturas urbana e turística devem ser melhoradas?

Acesso ao município
(Sim: 29,1% e não 70,9%)
Infraestrutura urbana
(Sim: 83,6% e não 16,4%)
Infraestrutura dos atrativos naturais e culturais
(Sim: 68,3% e não 31,7%)
Qualidade dos restaurantes
(Sim: 69,3% e não 30,7%)
Qualidade da hospedagem
(Sim: 62,4% e não 37,6%)
Atendimento dos prestadores de serviços
(Sim: 60,8% e não 39,2%)

Fonte: Kalaoum *et al.* (2025). Organizado pelo autor (2026).

Kalaoum *et al.* (2025, n.p.) apontaram que, “sobre a poluição, um problema frequente identificado nas falas dos respondentes foi a falta de normas jurídicas que dispõem e regulamentam o uso do Balneário Municipal no Rio Paraná”. Rodrigues (1999) já apontava que o turismo é tido como um fator que se reveste de um duplo aspecto altamente contraditório: valorização e degradação ambiental, considerando suas expressões natural, social, ocupada e construída, que se interpenetram num movimento sincrônico de ações e interações recíprocas. O turismo é, no primeiro caso, agente de defesa dos meios físicos e dos recursos históricos e culturais. Desse modo, responsável pelo incentivo à restauração dos monumentos antigos e arqueológicos, agente de manutenção das tradições culturais expressa pela arte, religião, folclore, gastronomia e artesanato. Já os recursos naturais os que mais se destacam são os mais suscetíveis a resposta às atitudes agressivas no meio físico pela atividade turística. Para ela, “quanto mais frágil for o sistema, menor será sua capacidade de assimilar e absorver as ações externas, ou seja, maior será o impacto ambiental” (*ibidem*, p. 95). Nesse contexto, conforme pontua a autora, à medida que o meio ambiente se deteriora, o fluxo do turismo vai decrescendo. Os turistas partem em busca de novos espaços, deixando atrás núcleos onde a desvalorização de imóveis se dá de forma notória. Destaca a autora, “raros são os movimentos reversíveis que tentam resolver os impactos ambientais negativos em áreas altamente degradadas” (*ibidem*, p. 98).

A Constituição Federal de 1988 introduziu uma mudança fundamental quanto à posição do poder público federal diante da questão urbana. Atualmente, a

responsabilidade pela política urbana é transferida para os governos estaduais e municipais.

Além disso, a Constituição estabeleceu a obrigatoriedade da adoção do plano diretor urbano para municípios com mais de 20.000 habitantes.

Segundo Cruz (1999) o turismo urbano representa a quase totalidade dos fluxos turísticos mundiais. De acordo com a autora, isto se deve ao fato, principalmente, de a cidade concentrar os equipamentos necessários para o desenvolvimento do turismo de massa, ou seja, infraestrutura de acesso, de hospedagem, de apoio à atividade (atendimento médico, sistema bancário) e de lazer. Desse modo, as infraestruturas urbanas dos territórios influenciam a possibilidade de desenvolvimento do turismo.

A seguir, apresenta-se a avaliação dos elementos urbanos pelos moradores do município de Rosana, com destaque para a percepção que possuem dos equipamentos urbanos.

Quadro 4: Avaliação dos elementos urbanos de Rosana/SP

Elemento de avaliação/ escala de avaliação	Bom	Razoável	Ruim	Não utilizo	Não respondeu / não quis responder
Transporte e rodovia de acesso	18%	43,9%	23,8%	13,8%	0,5%
Limpeza do município	19,6%	54%	25,9%	0%	0,5%
Segurança pública	30,2%	42,9%	23,8%	1,6%	1,6%
Atendimento no comércio local	42,9%	46%	11,1%	0%	0%
Eventos e festas locais	10,1%	46%	32,3%	10,6%	1,1%
Internet	32,8%	43,4%	20,1%	3,2%	0,5%
Lazer	18%	49,7%	28%	4,2%	0%
Cultura	9%	36%	47,6%	7,4%	0%
Gastronomia	23,8%	53,4%	19,6%	3,2%	0%
Acessibilidade para PCD	23,8%	34,9%	31,7%	7,9%	1,6%

Fonte: Kalaoum *et al.* (2025). Organizado pelo autor (2026).

Para Cruz (1999), um melhor desempenho econômico do turismo no território brasileiro depende das políticas urbanas e regionais implementadas. De acordo com ela, porém, o poder público federal ignorou sistematicamente o

complexo conjunto de relações em que a atividade está inserida. Portanto, a ausência de concatenação entre políticas de turismo e políticas urbanas e regionais é um exemplo da visão estreita que permeou a elaboração de ambas. Desse modo, “O turismo interno, inter e intra-regional, somente pôde consolidar-se em função de diversos fatores conjugados, dentre os quais destaca-se a urbanização do país (*ibidem*, p. 41).

Silva e Lima (2025) apontaram que os moradores do município de Rosana não são incluídos na prática do lazer e do turismo, principalmente a população jovem de baixa renda. Os autores propuseram investigar “se” e “como” ocorre a prática do turismo por esses jovens. O objetivo tornou-se a partir de um estudo de caso em uma escola pública do Distrito de Primavera, analisar o acesso à prática turística dos estudantes de baixa renda, a respeito da promoção do bem-estar e qualidade de vida, além do desenvolvimento social do cidadão e compreender as principais motivações e dificuldades enfrentadas por eles em relação à participação em atividades turísticas em Rosana, por fim, analisar a eficácia de iniciativas de turismo social voltadas para esse público em âmbito municipal.

Os autores utilizaram como técnica de pesquisa a realização de entrevistas semiestruturadas. Os entrevistados possuíam entre 15 e 18 anos de idade e foram selecionados por serem contemplados no Programa Bolsa Família.

A primeira pergunta foi sobre o que esses jovens entendem por turismo. Uma das entrevistadas apontou que o turismo é “uma forma de lazer, onde a gente pode sair para lugares novos, conhecer pessoas e culturas diferentes” (Silva; Lima, 2025, n.p.). Um outro entrevistado apontou, “[...] algo voltado para o lazer e a economia ao mesmo tempo, na minha visão [...] uma forma de lazer, que você pode gerar dinheiro e ao mesmo tempo ajudar a sociedade e o meio ambiente, se usar de boa forma” (*ibidem*).

Quando questionados sobre a realização de viagens turísticas, predominou-se os deslocamentos para visitarem familiares. As ideias que os jovens possuem de turismo são resultado de sua construção cultural enquanto turistas e sendo as viagens familiares uma possibilidade de exercerem a prática do turismo. É predominante no território brasileiro um tipo de turismo que não é motivado por políticas públicas setoriais que atuam no estímulo de viagens turísticas (Yázigi, 1998) do tipo de turismo obrigatório.

Conforme descrito na pesquisa, os entrevistados entendem que o turismo não é uma atividade acessível, principalmente pela situação financeira em que se encontram. Entretanto, não descartam o turismo como uma necessidade, seja para atender demandas de relaxamento ou proporcionar algum tipo de prazer. Corroborando com isso, Rodrigues (1997, p. 109) aponta:

O tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra. A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privativo do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores.

Atualmente o tempo de lazer contempla o consumo do tempo com alguma atividade, entre elas, o turismo. Entretanto, não é todas as pessoas que possuem acesso a essa atividade, sendo necessário disporem de condições materiais e imateriais para essa opção de lazer.

Os territórios turísticos tornam-se segregados socialmente e territorialmente, seja pelo não acesso dos moradores aos recursos turísticos ou pela exclusão psicológica que se cria. Esses fatores estão presentes na concepção de novos espaços de lazer informais.

A pesquisa buscou captar a percepção dos estudantes sobre o turismo em Rosana. Os autores apontaram que todos os jovens, sem exceção, citaram o Balneário Municipal, como o principal atrativo turístico do município e, para alguns, “o único atrativo” ou, “o melhor lugar para ir”. Outros atrativos citados foram, Ilha Jurerê, Mirante, Horto Florestal e Casa da Cultura. Houve o indicativo de atrativos turísticos que não são reconhecidos como atrativo, o Grêmio que é um lugar de lazer informal dos moradores. Nos atrativos turísticos oficiais, os jovens relatam que não visitam com regularidade, apesar de serem recursos disponíveis gratuitamente. Um dos motivos para isso, é a concentração espacial dos atrativos turísticos na cidade de Rosana. Colaboraram para a não visita nos atrativos turísticos de Rosana a escassez de meios de transporte que interligam a cidade de Rosana e seu Distrito de Primavera.

Silva e Lima (2025) pediram aos entrevistados para exemplificar de que forma o município ficaria mais atrativo para eles, seja na criação de novos espaços ou no manejo de áreas já existentes no município. Aqueles que avaliaram os atrativos turísticos já disponíveis, apontam para a degradação da infraestrutura e para o

abandono dos espaços públicos de lazer gratuito, como a pista de *skate* e a carência de eventos esportivos destinados para os moradores do município.

Logo, para alcançar os objetivos do desenvolvimento socioespacial, é necessário que o Estado atue em parceria com a comunidade local, de modo a possibilitar que o turismo se constitua como um instrumento para esse fim. Em outras palavras, trata-se de tornar o território “atrativo” também para os moradores.

No assentamento Sul Bonito, segundo Silva e Moretti (2011), a comunidade local divide-se entre contrários e favoráveis à implantação do turismo. Contudo, há consenso de que o turismo deve permanecer sob o controle dos assentados em sua organização. Nesse território, o Estado tem interesse em implementar o turismo, devido à presença do Rio Paraná, convertido em atrativo turístico. Nesse processo, o significado de apropriação e de uso por parte dos assentados e do Poder Público divergem. O Estado possui interesse econômico na apropriação desse recurso natural. Já para os assentados, o Rio Paraná é um recurso que atende às suas necessidades de lazer e de pesca para consumo próprio.

Entretanto, a apropriação territorial nesse assentamento tem ocorrido independentemente dos anseios dos assentados. O Poder Público transforma a paisagem e instala infraestrutura tipicamente urbanas, de acesso e circulação, para atender às demandas dos turistas. Diante disso, segundo Silva e Moretti (2011, p. 183-184)

A construção do espaço turístico Praia da Amizade se deve à intervenção direta do poder público local na criação de um atrativo turístico. Os assentados não participam, não decidem e não são beneficiados pela turistificação da margem do rio.

Essa apropriação deliberada do espaço geográfico pelo poder público e pela iniciativa privada tem contribuído para o estranhamento do lugar e para a desconstrução do pertencimento no território. De acordo com Silva e Moretti (2011, p. 193):

A margem do rio Paraná, que inicialmente foi designada como espaço de lazer comunitário para os assentados, está sendo apropriada pelo poder público local para a prática da atividade turística, com a intenção de privatizar essa área através de empresas que deverão controlar o acesso de pessoas ao local.

Assim, o poder público tem, no assentamento Sul Bonito, privatizado o espaço público por meio da apropriação do uso e consumo da natureza segundo a

lógica capitalista, na Praia da Amizade, em Itaquiraí/MS, sem que os assentados sejam incluídos nos processos de organização da atividade turística em seu território. Desse modo, o turismo pode atuar como uma atividade que contribui para o desenvolvimento socioespacial da comunidade hospedeira ou tornar-se uma atividade de descaracterização das paisagens e dos costumes locais. Esse modelo, é condicionado pelo grau de envolvimento das comunidades hospedeiras nos processos decisórios.

Esse processo evidencia a necessidade de refletir sobre a turistificação do espaço geográfico, bem como sobre os objetivos e as estratégias adotadas. No âmbito desta pesquisa, defende-se que, para que a turistificação do espaço não se configure como uma imposição deliberada sobre o uso do território, as ações devem incorporar a participação dos moradores nos processos decisórios relativos à organização do turismo e à concepção do produto turístico.

4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM ROSANA (2017-2025)

O Estado é o principal agente na elaboração de políticas públicas. As instituições formulam as políticas públicas. Essas deixam o plano formal e se materializam no território. Assim, o território constitui a matriz espacial do Estado.

Os agentes públicos e privados apresentam ao Estado demandas relativas à regulação e ao ordenamento de determinados aspectos da vida social, cabendo ao próprio Estado decidir o seu aceite ou se devem ser postergadas. Logo, determinados agentes podem ser beneficiados enquanto outros podem ser prejudicados.

Desde a etapa da formulação de políticas públicas há uma disputa, por vezes, desiguais, de poderes entre os diferentes agentes. Entre esses agentes, os do turismo: moradores, turistas, Estado e mercado.

É necessário, porém, reconhecer que mesmo dentro do próprio grupo de agentes, as relações não são homogêneas. Portanto, desiguais. É contrária, mesmo entre grupos, supostamente homogêneos, aos interesses políticos.

Serviços turísticos (hospedagem e alimentação) predominantemente, familiar, no jogo político, concorre, porém, dentro de um campo que há agentes com maiores poder de capital, e portanto, com maiores interesses de exploração de mais valia. A exploração do trabalho de outrem, uso e ocupação de terras é, portanto,

contrária. É nesse pano de fundo que são criadas as políticas setoriais, entre elas, de turismo.

Será apresentado, a seguir, o conjunto de políticas públicas de turismo do município de Rosana.

Quadro 5: Legislações turísticas em Rosana/SP (2017-2025)

Marco temporal	Normatização	Ementa
21 de dezembro de 2017	Lei nº 1568/2017	Dispõe sobre a criação do COMTUR - Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências (Alterada pela Lei nº 1.775/2023: Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 1.568 de 21/12/2017 que criou o COMTUR - Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências).
28 de agosto de 2018	Lei nº 1610/2018	Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar por tempo determinado 1(um) Turismólogo para prestar apoio técnico na elaboração da atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Rosana - SP, dentre outros atributos necessários relacionados ao cargo.
01 de novembro de 2023	Lei nº 1.777/2023	Institui a Política de incentivo ao Cicloturismo no Município de Rosana em atendimento a regulamentação da Ciclorrota Costa Oeste do Governo do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
13 de novembro de 2023	Lei nº 1.780/2023	Lei de Incentivo ao Desenvolvimento do Turismo Rural e Ilhas no Município de Rosana-SP.
30 de dezembro de 2024	Lei nº 1818/2024	Institui a proibição de reserva de área na orla da praia com tendas, cadeiras, mesas e guarda-sóis, estabelece regras para o aluguel desses equipamentos e fixa penalidades em caso de descumprimento (Regulamentada pelo Decreto nº 3.961/2025 “Regulamenta a Lei Municipal nº 1818/2024, dispondo sobre o uso de artigos de praia (tendas, gazebo, barracas, cadeiras e guarda-sóis) no balneário municipal e dá outras providências”).
13 de fevereiro de 2025	Decreto nº 3.962/2025	Fixa os preços públicos pela utilização do Balneário Municipal de Rosana, do Camping Municipal de Rosana, das praias continentais e fluviais do município e dá outras providências (Alterado pelo Decreto nº 3.988/2025 “Altera dispositivos do Decreto nº. 3.962/2025, de 13/02/2025 que: Fixa os preços públicos pela utilização do Balneário Municipal de Rosana, do Camping Municipal de Rosana, das praias continentais e fluviais do município e dá outras providências”).

24 de abril de 2025	Lei nº 1.832/2025	Dispõe sobre a reestruturação do COMTUR - Conselho Municipal de Turismo de Rosana.
26 de novembro de 2025	Lei nº 1.863/2025	Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro no Cadastro Nacional do Turismo - CADASTUR, criação do selo "Empresa Amiga do Turista" e o Cadastro Municipal de Guias de Turismo e dá outras providências.

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), foi criado para assessorar o Poder Público nas decisões sobre o desenvolvimento do turismo em Rosana. Esse conselho possui caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador. Além dos membros previstos no seu regulamento, é permitida participações que não estejam em associações e entidades, conforme a normativa do Art. 1º, parágrafo 4º. Os representantes dos órgãos públicos, titulares e suplentes, não poderão ser em número superior a um terço. As entidades da sociedade civil organizada e os da iniciativa privada indicarão por ofício diretamente à presidência os seus representantes, titular e suplente, que tomarão assento, podendo ser reconduzidos por suas entidades e segmentos. A prerrogativa de que o COMTUR tem que aprovar por unanimidade a destinação do recurso público é um passo importante para a gestão compartilhada do turismo que reúne tanto os interesses dos órgãos públicos quanto da sociedade civil sobre o destino do turismo no território. É uma estratégia importante para gestão compartilhada do turismo. Entretanto, fazer do turismo um instrumento de desenvolvimento local e regional exige um posicionamento proativo das sociedades locais nas decisões que dizem respeito ao turismo na sua cidade e região. Desse modo, é necessário que a população participe dos processos de tomada de decisão sobre o turismo em seu território.

A gestão compartilhada do turismo, que engloba agentes públicos e privados, constitui, todavia, um novo paradigma para o turismo brasileiro. Esse modelo ganhou força, em especial, com a criação do MTur, no ano de 2003, quando se avançou, de forma contínua, na regionalização e na municipalização do turismo em todo o território nacional. Assim, diferentes municípios passaram, no mesmo processo, a institucionalizar o turismo em seus territórios.

Já a Lei nº 1610/2018 foi criada para a contratação de um profissional Turismólogo para prestar apoio técnico na elaboração da atualização do Plano de Desenvolvimento Turístico, com duração do contrato de 4 meses na quantia de

R\$1.500,00 mensais, sob a coordenação da Secretária de Esporte, Turismo e Cultura.

A Política de Incentivo ao Cicloturismo é uma estratégia para alcançar os objetivos da política pública de Ciclorrota Costa Oeste do Governo do estado de São Paulo. Já a Lei de incentivo para o desenvolvimento do turismo rural e ilhas, considera as atividades turísticas,

[...] desenvolvidas no ambiente rural do município e suas ilhas, comprometidas com a produção agrícola, pecuária, pesqueira e náutica, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural, histórico e natural da comunidade (Rosana, 2023).

Tem por objetivos promover:

- a) resgate e/ou preservação dos valores culturais, históricos e do meio ambiente na zona rural do município, suas ilhas e na região do seu entorno;
 - b) estímulo à manutenção das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e náuticas na zona rural do município, suas ilhas e na região de seu entorno;
 - c) incentivo à utilização de mão-de-obra local e dos produtos da região e/ou do seu entorno pelo empreendedor do Turismo Rural e ilhas;
 - d) incentivo à preservação das características dos serviços e equipamentos oferecidos pelo pequeno produtor, agricultor familiar e pescador artesanal.
 - e) incentivo à comercialização dos produtos produzidos pelo pequeno produtor, agricultor familiar e pescador artesanal oferecidos na zona rural e ilhéu do município.
 - f) planejamento do transporte coletivo municipal para fomento do Turismo Rural e Ilhas no Município de Rosana, Estado de São Paulo.
- III – conscientização da população local sobre a importância do Turismo Rural e Ilhas, bem como a sua motivação e capacitação para a realização da atividade, por intermédio das instituições habilitadas.
- IV – a preservação e combate à poluição e degradação do meio ambiente.
- V – ações de incentivo ao desenvolvimento econômico da zona rural e ilhas do município (Rosana, 2023).

O turismo no espaço rural constitui um processo de diversificação das atividades tipicamente rurais, como estratégia para gerar emprego e renda nos territórios rurais, especialmente entre os próprios membros das famílias. Assim, a turistificação do espaço rural deve envolver a participação dos assentados nos processos decisórios relacionados à organização do turismo e à concepção do produto turístico. Por outro lado, o próprio processo de turistificação do espaço rural é contraditório, pois, na ausência desses agentes nos processos decisórios, seu acesso aos recursos sobretudo os de subsistência pode ser ameaçado.

Entre as normatizações sobre o uso do espaço público do Balneário Municipal de Rosana, está a proibição de reservas nas orlas do Rio Paraná por meio da montagem de tendas, cadeiras, mesas, guarda-sóis ou quaisquer outros objetos.

A regulação sobre o uso estende-se tanto para os turistas quanto para os prestadores de serviços, determinando os locais a serem instalados os objetos mencionados anteriormente pelos locatários, respeitando uma distância mínima de cinco metros da linha de água.

Determina o credenciamento dos prestadores desse serviço pelo município, sujeito a fiscalização, e, caso o serviço não esteja credenciado, advertência com possibilidade de apreensão dos objetos e multas.

Os prestadores de serviços terão credencial válida por 12 meses, renováveis anualmente ou a cada temporada.

Em seguida, a Lei nº 1818/2024 foi regulamentada pelo Decreto nº 3.961/2025, incluindo, além dos objetos mencionados, gazebos, barracas e similares, medindo até 3m x 3m, com distância entre os objetos de dois metros.

Foi estabelecido a obrigatoriedade do registro no Cadastro Nacional do Turismo (CADASTUR) para todos os prestadores de serviços turísticos no município de Rosana. A normatização estipulou o prazo de seis meses a contar da publicação, para os prestadores de serviços turísticos já em funcionamento realizarem o cadastro.

Por outro lado, o fornecimento do número de usuários que utilizam os equipamentos turísticos do município de Rosana pelos prestadores de serviços turísticos, poderá servir para que o município possa, observado as demais exigências, concorrer para a sua elevação à categoria de Estância Turística.

Entretanto, esses números não foram, até então, divulgados. Mesmo que a gestão pública tenha realizado ou esteja realizando pesquisas de demanda turística no município e estabelecendo banco de dados com os números disponibilizados pelos prestadores de serviços dos equipamentos turísticos, esses dados, até então, não se tornaram públicos.

Para tanto, é atribuição do município promover a divulgação, orientação e apoio aos prestadores de serviços turísticos para que realizem o registro no CADASTUR.

É obrigatório o cadastro para: agências de turismo; meios de hospedagem; transportadoras turísticas; organizadoras de eventos; parques temáticos; acampamentos turísticos e guias de turismo.

É facultativo: restaurantes, cafeterias, bares e similares; centros ou locais destinados a convenções, feiras, exposições e similares; parques temáticos e empreendimento dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva; casas de espetáculos e equipamentos de animação turística; organizadores, promotores e prestadores de serviços de infraestrutura, locação de equipamentos e montadoras de feiras e negócios, exposições e eventos; locadoras de veículos ou meio de transporte para turistas; prestadores de serviços especializados na realização e promoção de diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades e outras correlatas que venham a comprovar efetivamente sua segmentação no ramo turístico.

Observado o prazo estipulado, será implementado um sistema de fiscalização, realizado por órgãos do município, Secretaria de Turismo, em parceria com o MTUR, sob pena de sanções e penalidades.

O município de Rosana fornecerá incentivos e benefícios aos prestadores de serviços turísticos cadastrados no CADASTUR, como: acesso a financiamentos, programas de qualificação e participação em eventos e feiras relacionados ao turismo e ao empreendedorismo.

Para tanto, foi instituído o selo Empresa Amiga do Turista e fomento aos profissionais Guias de Turismo, com o objetivo dentre outros de promover imagem positiva das empresas prestadoras de serviços turísticos, dando segurança aos usuários nas escolhas dos empreendimentos turísticos e aproximar o setor empresarial das ações promovidas pela administração pública local.

Os que obtiverem esse selo poderão participar das políticas municipais de turismo, voltadas à sua promoção em revistas, eventos, folders, cartilhas, *site* e outros, bem como de quaisquer atividades turísticas desenvolvidas através da gestão pública, obter divulgação pública como empreendimento certificado em todos e quaisquer veículos de mídias turísticas, incluindo *web portais*, *e-mail*, *marketing*, *blogs*, trabalhos em redes sociais, dentre outros, poder usufruir de todos os pontos de vendas de serviços turísticos ofertados pela secretaria municipal responsável

pelas políticas públicas de turismo e participar de eventos de promoções turísticas, aos quais o município adquirir ou ganhar espaço de divulgação, como salões, feiras e similares.

Para a obtenção do selo é necessário que os prestadores de serviços turísticos forneçam semestralmente a equipe da Secretaria Municipal responsável pelas políticas públicas de turismo dados estatísticos de movimentação de fluxos de turistas, percentuais de ocupação, quantitativo de serviços comercializados, dentre outras de interesse que possibilitem mensurar a atividade turística, oferecer atendimento ao público em horário ampliado, ou seja, aos finais de semana, feriados e/ou noturno, desde que respeitada as legislações pertinentes e atender as normas e padrões de órgãos fiscalizadores municipais, no que competir com a atividade.

É importante considerar que diferentes políticas e programas sejam no âmbito federal ou estadual consideram esses dados como critérios para a destinação de recursos públicos e de categorização turística, é exemplo disso a própria Lei nº 1.261/2015 e o Mapa do Turismo Brasileiro, que utilizava até período recente a ocupação em meios de hospedagem como critério de classificação turística.

Existem, atualmente, cadastrados no CADASTUR, um equipamento de hospedagem, uma guia de turismo e organizadora de eventos na cidade de Rosana. Já no Distrito de Primavera, há um guia de turismo, três equipamentos de hospedagem, um restaurante, cafeteria, bar e similares e uma agência de turismo.

Apesar de ser um banco de dados importante para um acesso sobre a prestação de serviços turísticos, o CADASTUR, entretanto, não é uma plataforma utilizada pelos prestadores de serviços. Contudo, não é descartável a importância dessas ações. Em consideração a irregularidade, informalidade e dificuldade de sistematização efetiva sobre a prestação de serviços que possuem alguma relação com o turismo, as legislações disciplinadoras da prestação de serviço e cadastro desses agentes é um instrumento estratégico para a organização, controle e fiscalização do turismo no território.

4.6 EMPREGOS FORMAIS E DO TURISMO (2020-2025)

O sistema capitalista é, essencialmente, expansível geograficamente, com a finalidade de criar novos espaços para a acumulação de capital; assim, observa-se uma reestruturação geográfica e uma nova organização das relações socioespaciais.

Para tanto, a expansão capitalista pressupõe a criação de novas demandas e necessidades, entre as quais se insere o turismo como atividade econômica e social. Nessa perspectiva, o turismo se apropria de espaços previamente ocupados e socialmente construídos, impondo uma nova lógica de organização espacial: a do lazer. Em nome da modernidade, as novas relações sociais que se estabelecem nesses espaços se dão entre turistas e prestadores de serviços.

Segundo Harvey (2005), as tensões no processo de acumulação capitalista dependem e pressupõem a existência de um excedente de mão de obra. Na tentativa de conferir alguma racionalidade à anarquia inerente ao próprio sistema capitalista, recorre-se ao aumento da oferta de força de trabalho, por meio do estímulo ao crescimento populacional, da geração de correntes migratórias e da atração de contingentes latentes. Para ele, as crises são endêmicas, manifestando-se de diversos modos tanto na produção quanto no consumo e em qualquer uma das fases de circulação e de produção de valor. Segundo ele, o desemprego e o subemprego é um processo desse próprio modo de acumulação capitalista.

Portanto, as crises possuem uma função importante: impondo algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista, apresentando-se, porém, um custo social e trágicas consequências humanas. De acordo com Harvey (2005) as crises periódicas adquirem uma função: expandir a capacidade produtiva e renovar as condições de acumulação, no qual a produtividade da mão-de-obra tende a aumentar, com a utilização de máquinas e equipamentos mais novos. Logo, o custo da mão-de-obra diminui com o desemprego e maior excedente é obtido pela acumulação adicional.

Cruz (2001, p. 30) afirma que,

O turismo tem, reconhecidamente, uma capacidade avassaladora de transformar os lugares (natureza e cultura), mas, *a priori*, isso não é bom ou ruim. Somente as análises de casos podem revelar como, quando e onde o turismo impactou positiva ou negativamente o patrimônio natural ou cultural de um lugar. E, quando se trata de impactos socioeconômicos e culturais, é preciso ter ciência de que todo julgamento será permeado por ideologias e que, portanto, aquilo que for considerado negativo por determinado autor poderá ser visto como positivo por outro.

Segundo os dados do Cadastro Único (CADÚNICO) (Brasil, 2026), em Rosana, existem 3.718 famílias cadastradas no CadÚnico, o equivalente a 8.044 pessoas. Desses números, 1.435 famílias estão em situação de pobreza (3.257 pessoas), 664 famílias em situação de baixa renda (1.810 pessoas) e 1.619 famílias

com renda *per capita* mensal acima de 1 salário mínimo e meio (2.977 pessoas). Entre os grupos tradicionais específicos cadastradas estão: 1 família cigana, 13 ribeirinhas (3 beneficiárias do Programa Bolsa Família), 57 famílias de pescadores artesanais (29 famílias beneficiárias), 57 famílias de agricultores familiares (17 famílias beneficiadas), 287 famílias assentadas da reforma agrária (99 famílias beneficiadas), 36 famílias acampadas (11 beneficiadas), 3 famílias em situação de rua (3 contempladas), 7 famílias de coletores de material reciclável (6 beneficiárias) e 1 família beneficiada do Programa Nacional do Crédito Fundiário (Brasil, 2026). Existem 169 famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família que fazem parte de grupos populacionais tradicionais específicos. No total são 6.320 benefícios do Bolsa Família, para 1.372 famílias, equivalente a 3.486 pessoas (Brasil, 2026).

Se comparar com a estimativa populacional do ano de 2025 (17.434 pessoas) cerca de 46,14% da população do município de Rosana está dentre dos grupos de vulnerabilidades sociais, entre esses, grupos tradicionais, das famílias assentadas da reforma agrária, pescadores artesanais e agricultores familiares.

O turismo é frequentemente considerado uma panaceia para a geração de emprego e renda nos territórios apropriados para essa atividade (Yázigi, 1998). O discurso produzido e reproduzido tanto pelos poderes públicos quanto pelo senso comum sustenta a ideia de que, com a chegada de turistas, serão criados, de forma proporcional e automática, empregos e rendas nesses territórios. Ao se afastar dessa ideologia, observa-se, nos territórios turísticos, uma presença significativa de informalidade e de prestação de serviços não regulamentados. Nesse contexto, o desemprego sistêmico, entendido como reserva de força de trabalho, configura-se como uma problemática socioespacial de grandes proporções, enquanto a pobreza permanece como uma realidade. Assim, os empregos temporários e informais são, para os moradores, alternativas para a melhoria da qualidade de vida e a complementação da renda.

Não sendo possível obter dados sobre o número de empregos informais e temporários no âmbito desta pesquisa, optou-se por considerar os empregos formais diretos, com base em levantamento realizado no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Trata-se de uma base de dados destinada à geração de estatísticas sobre o emprego formal, a partir de informações provenientes dos sistemas eSocial, Caged e Empregador Web, que registram admissões, desligamentos, saldo e estoque de trabalhadores com carteira assinada.

Para fins desta pesquisa, adotam-se as seguintes definições: Admissões: número de pessoas formalmente registradas em um período específico; Desligamentos: número de pessoas cuja carteira de trabalho registra o encerramento do vínculo empregatício em um período específico; Saldo: resultado da diferença entre admissões e desligamentos em determinado período, indicando a criação líquida de postos de trabalho formais diretos em uma atividade; Estoque: quantidade total de pessoas empregadas em um dado momento.

Dentre os setores econômicos no município de Rosana, encontra-se o de serviços. Entre as atividades desse setor, estão as Atividades Características do Turismo (ACTs). Entende-se por ACTs e de acordo com a realidade do município: alojamento (hotéis e similares), alimentação (restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas), transporte rodoviário de passageiros (táxis), atividades esportivas e de recreação e lazer e atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental.

A seguir poderá ser observado o quantitativo de empregos formais direto, e no setor do turismo, no município estudando no período de 2020 até 2025.

Quadro 6: Empregos formais diretos em Rosana/SP (2020)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
Agropecuária	15	15	0	23,2	150	0,00%
Indústria	53	56	-3	185,9	211	-1,40%
Construção	65	49	16	9,6	90	21,62%
Comércio	169	167	2	27,1	441	0,46%
Serviços	156	180	-24	34,9	1,566	-1,51%
Total	458	467	9	47,2	2.458	-0,36%

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2020). Organizado pelo autor (2026).

Quadro 7: Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2020)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
---------------------------	------------------	-------------------	---------------	-------------------------	-----------------------	---------------------

Alimentação (restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas)	16	15	1	33,2	44	2,33%
Alojamento (hotéis e similares)	11	14	-3	26,1	28	-9,68%
Transporte rodoviário de passageiros (táxi)					5	0,00%
Agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas					1	
Atividades esportivas e de recreação e lazer	3	3	0	25,3	6	0,00%
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental					1	

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2020). Organizado pelo autor (2026).

No setor de serviços no município de Rosana houveram mais demissões do que admissões. Se comparar as admissões com os desligamentos, possui um saldo de -24. Entre os setores econômicos, o comércio foi o que mais contratou pessoas formalmente e o que mais desligou funcionários foi o de serviços. Desse modo, houveram 169 admissões, 168 desligamentos, 156 admissões e 180 desligamentos. Dentre esses números, 30 admissões e 32 desligamentos estavam relacionadas com o turismo, com destaque para o maior número de admissões em alimentação e maior desligamento em alojamento. Formalmente estavam empregados nos serviços relacionados com o turismo 84 pessoas. Se comparado com o número total de pessoas empregadas pelo setor de serviços, a saber, 1,566, é pouco significativa a contribuição do turismo para a geração de empregos formais diretos. Se comparado

com os setores agropecuários e o de construção, o turismo é uma importante atividade econômica.

Quadro 8: Empregos formais diretos em Rosana/SP (2021)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
Agropecuária	28	21	7	32,2	157	4,67%
Indústria	43	31	12	53,8	223	5,69%
Construção	15	21	-6	13,5	84	-6,67%
Comércio	235	211	24	26,6	465	5,44%
Serviços	293	286	7	25,0	1,573	0,45%
Total	614	570	44	27,0	2.502	1,79%

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2021). Organizado pelo autor (2026).

Quadro 9: Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2021)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
Alimentação (restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas)	17	19	-2	26,4	42	-4,55%
Alojamento (hotéis e similares)	6	10	-4	29,6	24	-14,29%
Transporte rodoviário de passageiros (táxi)					5	0,00%
Agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas					1	
Atividades esportivas e de recreação e lazer	4	1	3	5,0	9	50,00%
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental					1	

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2021). Organizado pelo autor (2026).

O setor de serviços no município de Rosana foi o que mais empregou, mas também no que mais houveram demissões. Se comparar as admissões com os desligamentos, possui um saldo de 7 pessoas. Entre esses números, 27 admissões e 30 desligamentos estavam relacionadas com o turismo, com maior número de admissões em alimentação e maior desligamento em alojamento. Se comparado com o ano de 2020 os números de admissões e de desligamentos nas atividades de serviços do turismo a diferença é quase nula. Estavam empregados formalmente nas atividades características do turismo, 81 pessoas.

Quadro 10: Empregos formais diretos em Rosana/SP (2022)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
Agropecuária	43	38	5	38,3	162	3,18%
Indústria	53	65	-12	98,8	211	-5,38%
Construção	81	44	37	19,4	121	44,05%
Comércio	189	183	6	20,2	471	1,29%
Serviços	365	312	53	24,4	1.626	3,37%
Total	731	642	89	31,2	2.591	3.56%

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2022). Organizado pelo autor (2026).

Quadro 11: Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2022)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
Alimentação (restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas)	26	26	0	27,8	42	0,0%
Alojamento (hotéis e similares)	13	9	4	21,2	28	16,67%
Transporte rodoviário de passageiros (táxi)					5	

Agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas					1	
Atividades esportivas e de recreação e lazer	6	4	2	120,3	11	22,22%
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental					1	

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2022). Organizado pelo autor (2026).

Setores como da agropecuária e da construção tiveram crescimento no número de admissões. Entretanto, serviços e comércio continuaram como principais setores econômicos do município.

A pandemia da Covid-19 afetou o desemprego em todo o mundo. Desde seu aparecimento, em Wuhan, na China, a doença infectocontagiosa causada pelo coronavírus de síndrome respiratória aguda grave 2 espalhou-se pelos diversos países e continentes. O turismo foi um dos primeiros setores a ser interrompido pelas características da contaminação do vírus, contato humano, e com áreas e objetos contaminados.

Segundo estudo da consultoria britânica *Oxford Economics*, parceira do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, no ano de 2019 os setores de turismo e viagens geraram US\$8,8 trilhões para a economia mundial e foram responsáveis pelo deslocamento de aproximadamente 1,4 bilhão de pessoas em todo o mundo. Esses setores cresceram pelo nono ano consecutivo acima do Produto Interno Bruto Global. No Brasil, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2019), nos primeiros sete meses de 2019 os setores de turismo e viagens alcançaram um faturamento de R\$136,7 bilhões, o maior registrado nos últimos quatro anos. Entretanto, contrariando os cenários positivos para o turismo, houveram demissões em massas nos serviços de turismo e redução no número de viagens.

No município estudado, os serviços como de alimentação mantiveram o mesmo número de pessoas empregadas comparado com o ano anterior, o de

alojamento teve um crescimento proporcional com o saldo negativo, sem grande importância no crescimento de empregos formais na área.

Quadro 12: Empregos formais diretos em Rosana/SP (2023)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
Agropecuária	49	59	-10	38,1	152	-6,17
Indústria	46	51	-5	121,6	206	-2,37%
Construção	35	73	-38	13,5	83	-31,40
Comércio	198	200	-2	28,5	469	-0,42
Serviços	423	366	57	22,3	1.683	3,51%
Total	751	739	2	31,1	3.593	0,08%

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2023). Organizado pelo autor (2026).

Quadro 13: Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2023)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
Alimentação (restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas)	24	22	2	19,1	44	4,76%
Alojamento (hotéis e similares)	17	18	-1	28,2	27	-3,54%
Transporte rodoviário de passageiros (táxi)	0	1	-1	24,0	4	-20,00%
Agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	1	0	1		2	100%
Atividades esportivas e de recreação e lazer	9	5	4	8,8	16	33,33%
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental					1	

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2023). Organizado pelo autor (2026).

Mesmo que haja mais contratações o número de demissões é quase que equivalente. O número de admissões do ano anterior é quase que equivalente ao número de demissões do ano seguinte. Serviços e comércio continuaram como principais setores econômicos do município. Especificamente, a admissão de mais uma pessoa na atividade de agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas, e nas atividades esportivas e de recreação e lazer, com crescimento, mesmo que baixos, se comparado com os anos anteriores.

Quadro 14: Empregos formais diretos em Rosana/SP (2024)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
Agropecuária	37	37	0	43,5	152	0,00%
Indústria	80	82	-2	44,3	204	-0,97%
Construção	164	79	85	8,3	168	102,41%
Comércio	248	217	31	27,3	500	6,61%
Serviços	367	345	22	22,4	1.705	1,31%
Total	896	760	136	25,7	2.729	5,24%

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2024). Organizado pelo autor (2026).

Quadro 15: Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2024)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
Alimentação (restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas)	24	26	-2	24,5	42	-4,55%
Alojamento (hotéis e similares)	9	12	-3	18,3	24	-11,11%
Transporte rodoviário de passageiros (táxi)	0	3	-3	54,0	1	-75,00%

Agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	1	2	-1	21,5	1	-50,00%
Atividades esportivas e de recreação e lazer	3	3	0	23,3	16	0,00%
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental					1	

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2024). Organizado pelo autor (2026).

Considerando o crescimento quantitativo, a construção foi o que obteve maior número de admissões, e a indústria, saldo negativo de admissões. Entretanto, serviços e comércio se mantêm como principais setores econômicos do município de Rosana. Houve uma queda significativa nos serviços de alimentação e de hospedagem. Empregos formais diretos gerados no ano anterior, se apresentaram, com saldo negativo. Não havendo nenhum crescimento quantitativo no número de empregos formais diretos gerados. O mesmo nas atividades de agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas, transporte rodoviário de passageiros (táxi) e atividades esportivas e de recreação e lazer.

Quadro 16: Empregos formais diretos em Rosana/SP (2025)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
Agropecuária	38	39	-1	44,8	151	0,66%
Indústria	45	82	-37	36,0	167	-18,14%
Construção	143	161	-18	10,8	150	-10,71%
Comércio	231	216	15	16,9	515	6,61%
Serviços	541	449	92	16,1	1.797	5,40%
Total	998	947	51	18,3	2.780	1,87%

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2025). Organizado pelo autor (2026).

Quadro 17: Empregos formais diretos no turismo em Rosana/SP (2025)

Grande Agrupamento	Admitidos	Desligados	Saldos	Temp. de Emprego	Estoque mensal	Vr. Relativa
---------------------------	------------------	-------------------	---------------	-------------------------	-----------------------	---------------------

Alimentação (restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas)	44	35	9	13,9	51	21,43%
Alojamento (hotéis e similares)	10	8	2	17,1	26	8,33%
Transporte rodoviário de passageiros (táxi)					1	
Agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	2	1	1	3,0	2	100,00%
Atividades esportivas e de recreação e lazer	2	4	-2	22,8	13	-13,33%
Atividades artísticas criativas e de espetáculos	19	11	8	2,5	8	Infinito
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental					1	

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2025). Organizado pelo autor (2026).

Considerando o crescimento que o setor de construção apresentou no ano anterior, no ano de 2025, foi descontinuado, inclusive, com saldo negativo em relação ao número de empregos formais diretos. O mesmo no setor de indústria. Porém, o setor com mais desligamentos foi o de serviços. Contudo, foi o que mais gerou empregos formais diretos. Esses números são poucos favoráveis, porque, de modo geral, são pouco expressivos, mesmo que seja, junto com o comércio, os principais setores econômicos do município, o desemprego ainda é uma preocupação. Em 2025 houve 998 admissões e 947 desligamentos. O número de postos de empregos formais diretos gerados foi de apenas 51. A atividade de alimentação (restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e

bebidas) teve um crescimento importante, o mesmo em alojamento (hotéis e similares), mesmo que pouco expressivo, em relação ao ano anterior, houve crescimento. Destaca-se um crescimento exponencial nas atividades artísticas criativas e de espetáculos, que não apareciam nos anos anteriores.

Com base nisso, é de se questionar a importância do turismo como atividade econômica no município, na geração de emprego e renda. Na afirmação de Cruz (2001, p. 108):

A pobreza e a miséria incomodam, e incomodam por diversos motivos: a uns porque não fazem parte de 'seu mundo' e, evidentemente, não desejam que faça; a outros, porque, sensibilizados, sentem-se impotentes diante do quadro que se lhes apresenta. Planejar o turismo em um contexto de pobreza e miséria é tarefa, portanto, bastante difícil.

Para as pessoas que não convivem cotidianamente com a pobreza e a miséria, essas realidades tornam-se exóticas e objeto de curiosidade. Nas palavras de Cruz (2001, p. 11) “a pobreza e a miséria têm implicações negativas diversas que se refletem de forma marcante no (re)ordenamento dos territórios”. É exemplo disso, a sujeira, associada à precariedade de infraestrutura de saneamento básico. Para a autora (Cruz, 2006, p. 340) “a pobreza tem, em essência, uma causa estrutural e como fenômeno social não pode ser alijada de contextos históricos e espaciais”. Em um município com as características econômicas de Rosana, os empregos informais e temporários são fundamentais para a circulação da economia urbana e para o acesso a serviços e recursos de subsistência. Portanto, os setores de serviços e comércio, entre eles o turismo, são estratégicos para alguns municípios paulistas, como Rosana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais motores responsáveis pela apropriação e produção do espaço geográfico do município de Rosana no século XX foram a ferrovia e as usinas hidrelétricas.

Nesse contexto, a atual importância atribuída ao turismo como atividade econômica decorre das limitações ao crescimento do setor industrial no município.

Em função da presença dos rios Paraná e Paranapanema, Rosana passa a explorar economicamente o turismo, assim como outras atividades, a exemplo da geração de energia. Diante disso, o poder público municipal realiza investimentos na construção de infraestrutura de lazer nas áreas situadas às margens desses rios.

Dessa forma, os recursos naturais tornam-se elementos fundamentais na viabilização de uma produção do espaço voltada ao turismo.

Ainda que se tratem de áreas construídas de acesso público, a participação da população do município nos recursos convertidos em atrativos turísticos não é plenamente facilitada. Nesse sentido, a existência ou ausência de infraestrutura de acesso e circulação, bem como de sistemas regulares de transporte público, exerce influência direta sobre as condições de acesso da população a esses recursos turísticos.

Portanto, entre as principais ausências do Estado, enquanto agente produtor do espaço geográfico, identificadas pelos moradores do município, destacam-se a falta de infraestrutura de transporte e a insuficiência dos serviços de transporte urbano, especialmente daqueles que interligam a cidade de Rosana ao distrito de Primavera.

Considerando que esses agentes não consomem bens e serviços tipicamente turísticos, como hospedagem e alimentação, por serem residentes do próprio município, não parece haver grande interesse governamental na realização de obras de intervenção espacial ou na oferta de serviços públicos que garantam seu acesso ao lazer. Nesse mesmo sentido, a ausência de pressão por parte do mercado reforça essa dinâmica de omissão.

Em outras palavras, por não constituírem uma demanda efetiva de consumo, o acesso da população aos atrativos turísticos não se configura como prioridade de interesse para os agentes responsáveis por sua gestão e estruturação.

Apesar disso, os atrativos turísticos passam por processos de legitimação, nos quais os moradores estabelecem diferentes vínculos com os recursos turísticos, sejam eles naturais ou construídos. Desse modo, distintos grupos sociais estabelecem relações desiguais com o espaço produzido, percebendo-o ora como fonte de geração de renda, formal ou informal, ora como espaço de lazer.

A presença de turistas estimula o comércio de bens e serviços turísticos no município, especialmente durante os períodos de pesca, eventos municipais e comemorações nacionais. No entanto, não há dados precisos sobre o fluxo de turistas, para além do Balneário Municipal e de eventos esporádicos, o que dificulta atribuir maior relevância turística a iniciativas locais isoladas. Nesse sentido, a dinamização do produto turístico municipal, enquanto objetivo governamental, depende da produção e divulgação de informações que contemplem a presença de turistas para além dos atrativos já consolidados.

Além disso, a refuncionalização das atividades agrícolas para a incorporação de práticas turísticas no município tende a permanecer insuficiente caso não seja devidamente integrada ao processo de planejamento governamental.

Dizer que um recurso é turístico constitui um pleonasma, uma vez que todo recurso pode ser potencialmente apropriado como objeto de interesse turístico. Vivemos em uma porção espacial bastante limitada e, por isso, o “mundo” tende a se apresentar como novidade, despertando interesse em ser conhecido, ainda que esse movimento envolve o reconhecimento das barreiras estruturais que limitam o acesso dos indivíduos a esses “novos mundos”, como a disponibilidade de tempo livre e recursos financeiros.

A transformação de um recurso em atrativo turístico não decorre de esforços isolados e individuais, mas são resultado de um processo de planejamento governamental do turismo que lhe atribui funções, usos e significados no território.

A concentração espacial da atividade turística no município e a ausência de dados sobre a presença de turistas nos demais “atrativos turísticos” constituem uma barreira à diversificação da oferta turística.

O turismo em Rosana permanece instável: enquanto se busca, primeiramente, diversificar a oferta do produto turístico municipal e, assim, alcançar uma posição mais elevada no ranqueamento dos municípios turísticos paulistas, a elaboração de um planejamento efetivo ainda se mostra suficientemente estruturada. Além disso, desconsiderando a categoria eventos, a visitação ao município com finalidades de

trabalho/negócio e para visitar familiares ou amigos supera a motivação por férias/lazer⁷. Dessa forma, outras motivações estão na origem dos deslocamentos para o município de Rosana. Em outros termos, Rosana não é um território que atrai fluxos expressivos de turistas para lazer, fato que pode ser debitado pela baixa dinamização do produto turístico.

O estado de São Paulo apresenta, em seu território, a concentração do rio Tietê, o que suscita o questionamento sobre como esperar que um turista se desloque da capital paulista em direção a Rosana apenas para usufruir do Balneário Municipal, quando suas necessidades de lazer podem ser atendidas em espaços mais próximos, que inclusive já exploram economicamente a atividade turística. Assim, é esperado que os territórios de origem dos turistas de Rosana correspondam, sobretudo, a municípios próximos. Contudo, a diversificação do produto turístico constitui um elemento fundamental para a atração de visitantes provenientes de outros territórios.

Portanto, os elementos da modernidade, representados pelo turismo, impõem-se sem que haja seu devido aproveitamento no território. O discurso da modernidade contribui para a legitimação do turismo entre os moradores, que reconhecem sua presença e o percebem como uma atividade promissora e positiva para o município. Logo, um senso bastante comum nos territórios turísticos é que o turismo dinamiza a economia dos municípios

É necessário reconhecer que esse discurso é, essencialmente, ideológico. Embora possa haver efetivo crescimento no número de empregos durante eventos ou na temporada de pesca, são as atividades econômicas cotidianas, como o comércio e os serviços, que realmente movimentam a economia municipal.

Embora a normativa exija que os municípios categorizados como MIT e Estâncias Turísticas realizem regularmente pesquisas de demanda turística, é necessário avançar na abrangência dessas pesquisas, incluindo também os moradores dos territórios turísticos.

Dessa forma, torna-se possível considerar a opinião da população sobre os rumos do turismo.

⁷ Considerando as pesquisas de demanda turística realizadas durante dois eventos no município (esportivo e comemorativo) e com familiares dos estudantes da UNESP, Campus de Rosana.

Questões como prostituição, pobreza e miséria não pertencem ao âmbito do turismo; entretanto, a atividade turística pode contribuir para o aumento dessas mazelas socioespaciais.

Não se deve confundir, contudo, a riqueza material como um fim em si mesma, voltada à obtenção de melhores índices de qualidade de vida e bem-estar, embora o dinheiro seja necessário para que os indivíduos atendam às suas necessidades mais imediatas. Assim, não se pode afirmar que um município que apresenta elevados índices de receita e de emprego tenha, simultaneamente, um aumento no nível de qualidade de vida. Em outros termos, o emprego não garante automaticamente a melhoria das condições de vida, mas constitui um instrumento para sua possível realização, na medida em que pode ampliar o acesso de agentes em situação de vulnerabilidade ao consumo de bens e serviços essenciais. Isso se torna ainda mais evidente na ausência de políticas públicas efetivas de redistribuição espacial e social da riqueza produzida de forma coletiva e social.

Logo, outras métricas devem ser consideradas para aferir o nível de qualidade de vida dos agentes; a dimensão institucional e a cultura são algumas delas. O turismo é apenas uma das atividades de apropriação e produção do espaço geográfico; assim, é necessário reconhecer os limites dessa atividade para o crescimento econômico e social. Não se deve, portanto, esperar que o turismo alcance as dimensões mais amplas da vida social.

Os setores de serviços e comércio são os principais responsáveis pela geração de empregos formais diretos no município de Rosana. Quando se consideram apenas as atividades típicas do turismo observa-se que esta representa uma parcela pouco significativa na criação de empregos formais. O turismo é uma atividade econômica que gera empregos informais no circuito inferior da economia urbana (como vendedores ambulantes, barqueiros e garçons remunerados por diária) além de empregos sazonais em eventos e datas comemorativas.

A geração de riqueza dependerá da forma como a sociedade, em que a atividade turística está inserida, está organizada. No caso do município de Rosana, isso ocorre em um contexto marcado por elevados índices de pobreza e, para alguns, de miséria. Cerca de 46,14% da população do município de Rosana está entre os grupos de vulnerabilidade social.

Diante desse dado, surgem questões importantes: por que os grupos tradicionais mais diretamente ligados ao turismo são os que predominam nos índices

de vulnerabilidade social? E como fazer do turismo um instrumento efetivo de geração de empregos e renda no município?

Como questionamentos para pesquisas futuras: os atrativos turísticos são capazes de atrair visitantes por si mesmos, ou apenas recebem turistas durante compromissos particulares, como familiares, profissionais ou religiosos? O turismo atua como o principal agente motivador dessas viagens?

É preciso considerar as limitações do turismo na resolução do desemprego e das exclusões sociais. O turismo não constitui uma panaceia, mas representa apenas mais uma atividade econômica. Dessa forma, não é função do turismo resolver problemas de ordem econômica e social das sociedades.

A implementação de políticas públicas, por meio de instrumentos legais, deve assegurar que parte dos recursos destinados à implantação de planos e projetos turísticos reverta em benefícios para as populações dos territórios turísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABHO, Associação Brasileira de História Oral. **Estatuto social da Associação Brasileira de História Oral (ABHO)**. 2025. Disponível em: <https://www.historiaoral.org.br/estatuto>. Acesso em: 29 jan. 2026.

ANTUNES, Ricardo. Tempo de trabalho e tempo livre: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. Cap. 10. p. 171-177. 1ª edição 1999 (Boitempo).

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 479–500, 2007. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1595>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 20. ed. Campinas: Papirus, 2012. 157 p.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995. 58 p.

BERTOLDO, Lucas Eduardo Andrade; BORGES, Dener Rezende. Vida além do trabalho: reflexões sobre a jornada de trabalho excedente no Brasil. **Universo**, Uberlândia, v. 8, p. 337-357, jul. 2024. Disponível em: <https://revista.universo.edu.br/index.php?journal=direitounitri&page=article&op=view&path%5B%5D=15337>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BIAVASCHI, Magda Barros; VAZQUEZ, Bárbara Vallejos. **As desigualdades sociais e a luta pela redução da jornada de trabalho: limites e possibilidades**. limites e possibilidades. 2025. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. Disponível em: <https://pesquisa.ie.unicamp.br/cesit/artigos-academicos/as-desigualdades-sociais-e-a-luta-pela-reducao-da-jornada-de-trabalho-limites-e-possibilidades/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRAIS, Rafael. **Pesquisa da CNC aponta faturamento recorde e geração de empregos no turismo brasileiro**. 2019. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/2020/17-ultimas-noticias/13000-pesquisa-da-cnc-aponta-faturamento-recorde-e-geracao-de-empregos-no-turismo-brasileiro.html>. Acesso em: 02 ago. 2025.

BRANQUINHO, Jefferson. **Pesquisa de demanda e turismo: uma análise para o planejamento do turismo em Rosana-SP**. 2018. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Estadual Paulista, Rosana, 2018.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Consulte os prestadores de serviços turísticos cadastrados**. 2026. Disponível em: <https://cadastur.turismo.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº7.381/2010, 2 de dezembro de 2010. [Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de

Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências]. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF 2 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7381.htm. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. [Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 1, 18 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: 02 ago. 2025.

BRASIL. **Glossário do turismo**: compilação dos termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. Brasília: MTUR, 2018. 44 p. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/glossarios/glossario_do_turismo_-_1a_edicao.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. [Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 1, 28 mai. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.683.htm. Acesso em: 02 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.771/2008, 17 de setembro de 2008. [Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências]. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF 18 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. [Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 134, 13 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 02 ago. 2025.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.795, de 1 de janeiro de 1999. [Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 1, 1 jan. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1795.htm. Acesso em: 02 ago. 2025.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001. [Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nos 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n.

33, 27 ago. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2164-41.htm. Acesso em: 02 ago. 2025.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001. [Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 1, 31 ago. 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2001/medidaprovisoria-2216-37-31-agosto-2001-392551-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 ago. 2025.

BROCCHI, Raquel Gallo; SOLHA, Karina Toledo. Institucionalização do turismo no poder público estadual: a experiência de São Paulo. **Revista Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, p. 241-254, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. **Departamento de Geografia**, v. 1, p. 105-111, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. 85 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. -, n. 94, p. 1-11, 22 jul. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/632>. Acesso em: 29 jan. 2026.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. **Confinis**, Paris, n. 44, 2020. Doi: <https://doi.org/10.4000/confinis.26416>.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007. 138 p. Colaboradores: André Luiz Sabino, Fabio Silveira Molina, Rodolfo Pereira das Chagas.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001. 125 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Notas sobre a relação entre fascismo, fascismo social e turismo no Brasil. In: VIEIRA, Alexandre Bergamin; MORETTI, Edvaldo Cesar; LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Território, economia e política**. Porto Alegre: Totalbooks, 2022. Cap. 2. p. 9-22. Disponível em: https://totalbooks.com.br/wp-content/uploads/2022/06/TERRITORIO_ECONOMIA_E_POLITICA.pdf. Acesso em: 01 ago. 2025.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. O evento da Covid-19 e seus impactos sobre o setor turismo: em busca de uma análise multi e trans-escalar. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 1–15, 2020. DOI: 10.17648/raoit.v14n4.6636. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/raoit/article/view/6636>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do nordeste do Brasil**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da; PAULA, Angela Teberga de; THÉRY, Hervé. Geografias do turismo no Brasil: uma perspectiva socioterritorial. **Revista Territorial**, Goiás, v. 13, n. 2, p. 139-172, dez. 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/16019>. Acesso em: 23 jul. 2025.

DESINSTITUTE. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: como surgiu e o que propõe?. como surgiu e o que propõe?. 2021. Disponível em: https://desinstitute.org.br/noticias/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-como-surgiu-e-o-que-defende/?gad_source=1&gad_campaignid=13236211814&gbraid=0AAAAABY8rjshPQbPz0EOw5w5BBp6G1tUK&gclid=CjwKCAjwy7HEBhBJEiwA5hQNouKWE7ie22xoGtdAcad0Tt1VqOJWN49_LIFlgbNC9rfRahEksCzX0RoCo28QAvD_BwE. Acesso em: 02 ago. 2025.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J.R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Book-Man, 2002. 478 p. Tradução de: Roberto Cataldo Costa.

GRESPLAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021. 104 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 369 p. 1ª edição 2004.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001. 296 p. Tradução de: Edite Sciulli.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 13 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HESPAHOL, Antonio Nivaldo. **Gleba Rosana**: estudo de colonização dirigida. 1985. 25 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia (Bacharelado), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1985.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas urbanizadas do Brasil**: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 30 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101973>. Acesso em: 23 jul. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rosana (SP) | Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/rosana.html>. Acesso em: 23 jul. 2025.

INÁCIO, Renan Ricardo Galdino *et. al.* Pesquisa de demanda: o caso do Balneário Municipal de Rosana-SP. In: VIII Mostra Científica de Turismo, 2019, Rosana. **Anais eletrônicos [...]** Rosana. 2019. Disponível em: <https://www.rosana.unesp.br/Home/extensao/eventos/anaismostracientificadeturismo/anais-2019--atualizado.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2026.

KALAOUM, Fausi *et. al.* Pesquisa de opinião pública sobre o turismo no município de Rosana/SP. In: Fórum Internacional do Turismo de Iguassu, 19, 2025, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos [...]** Rosana. 2019. Disponível em:

<https://www.sisapeventos.com.br/staff/app/files/submissions/67/4246-16344-81.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2026.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. Cap. 7. p. 62-74. 1ª edição 1996 (Hucitec). Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo 'Sol e Território', promovido e realizado pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, de 16 a 22 de julho de 1995.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p. Tradução de: Célia Neves e Alderico Toríbio.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013. Tradução de: Bernardo Leitão ... [et al.].

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998. 202 p.

LIMA, Lívia Morais Garcia. Turismo, cultura e velhice bem-sucedida: contribuições para a elaboração de atividades turístico-culturais para idosos no contexto de fazendas históricas paulistas. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 97, 24 maio 2013. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/resgate.v18i20.8645696>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645696>. Acesso em: 28 out. 2025.

MACÊDO, Mariana Bezerra. **Quando Planos Públicos são elaborados por Consultorias Privadas: o PRODETUR/NE e a terceirização na política pública de turismo**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MOLINA, Fábio Silveira. **Turismo e produção do espaço - o caso de Jericoacoara, CE**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**, v. 25, p. 26-57, 1993.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MTUR, Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo - Diretrizes, Metas e Programas (2003-2007)**. Brasília: MTUR, 2003. 48 p. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/plano-nacional-de-turismo-2007-2010.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

MTUR, Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo - Uma viagem inclusiva (2007-2010)**. Brasília: MTUR, 2003. 82 p. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

MTUR, Ministério do Turismo. **Portaria MTUR nº 100, de 16 de junho de 2011**. Brasília: MTUR, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2011/PORTARIA-N-100c-DE-16-DE-JUNHO-DE->

Rosana (Município). Decreto nº 3.961/2025, 11 de fevereiro de 2025. [Regulamenta a Lei Municipal nº 1818/2024, dispondo sobre o uso de artigos de praia (tendas, gazebos, barracas, cadeiras e guarda-sóis) no balneário municipal e dá outras providências]. **Câmara Municipal de Rosana**, 11 fev. 2025. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Dec3961.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Rosana (Município). Decreto nº 3.962/2025, 13 de fevereiro de 2025. [Fixa os preços públicos pela utilização do Balneário Municipal de Rosana, do *Camping* Municipal de Rosana, das praias continentais e fluviais do município e dá outras providências]. **Câmara Municipal de Rosana**, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/11/Lei1863.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Rosana (Município). Decreto nº 3.988/2025, 16 de abril de 2025. [Altera dispositivos do Decreto nº 3.962/2025, de 13/02/2025 que: Fixa os preços públicos pela utilização do Balneário Municipal de Rosana, do *Camping* Municipal de Rosana, das praias continentais e fluviais do município e dá outras providências]. **Câmara Municipal de Rosana**, 16 de abr. 2025. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/04/Dec3988.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Rosana (Município). Lei nº 1.775/2023, 04 de outubro de 2023. [Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 1.568 de 21/12/2017 que criou o COMTUR - Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências]. **Câmara Municipal de Rosana**, 04 out. 2023. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/Lei1775.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Rosana (Município). Lei nº 1.777/2023, 01 de novembro de 2023. [Institui a Política de incentivo ao Cicloturismo no Município de Rosana em atendimento a regulamentação da Ciclorrota Costa Oeste do Governo do Estado de São Paulo, e dá outras providências.]. **Câmara Municipal de Rosana**, 01 nov. 2023. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/61120238219.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Rosana (Município). Lei nº 1.780/2023, 13 de novembro de 2024. [Lei de Incentivo ao Desenvolvimento do Turismo Rural e Ilhas no Município de Rosana-SP.]. **Câmara Municipal de Rosana**, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/1711202391452.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Rosana (Município). Lei nº 1.832/2025, 24 de abril de 2025. [Dispõe sobre a reestruturação do COMTUR - Conselho Municipal de Turismo de Rosana]. **Câmara Municipal de Rosana**, 24 abr. 2026. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/Lei1832.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Rosana (Município). Lei nº 1.863/2025, 26 de novembro de 2025. [Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro no Cadastro Nacional do Turismo - CADASTUR, criação do selo "Empresa Amiga do Turista" e o Cadastro Municipal de Guias de Turismo e dá outras providências.]. **Câmara Municipal de Rosana**, 26 nov. 2025. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/11/Lei1863.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Rosana (Município). Lei nº 1568/2017, de 21 de dezembro de 2017. [Dispõe sobre a criação do COMTUR - Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências].

Câmara Municipal de Rosana, 21 dez. 2017. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Lei1568.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Rosana (Município). Lei nº 1610/2018, 28 de agosto de 2018. [Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar por tempo determinado 1 (um) Turismólogo para prestar apoio técnico na elaboração da atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Rosana - SP, dentre outros atributos necessários relacionados ao cargo.]. **Câmara Municipal de Rosana**, 28 ago. 2018. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Lei1610.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Rosana (Município). Lei nº 1818/204, 30 de dezembro de 2024. [Institui a proibição de reserva de área na orla da praia com tendas, cadeiras, mesas e guarda-sóis, estabelece regras para o aluguel desses equipamentos e fixa penalidades em caso de descumprimento]. **Câmara Municipal de Rosana**, 11 fev. 2025. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Lei1818.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

ROSANA (Município). Portal do Turismo. Pontos turísticos. **Secretária de Turismo e Cultura**. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/turismo/atrativos/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

ROSANA (Município). Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do município de Rosana - SP: Triênio 209-2022 (Metas 2022-2025). **Secretaria de Esporte, Turismo e Cultura**. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/uploads/2022/PDT2022.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2024.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M. *et al.* (Orgs.): Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 15 – 20, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. 41. ed. São Paulo: Edusp, 2020. 384 p. 1ª edição 1996 (Hucitec).

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2023. 120 p. 1ª edição 1985 (Livreria Nobel S.A.).

SANTOS, Milton. Lazer popular e geração de emprego. In: Sesc/Wlra. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: Sesc/Wlra, 2000. p. 31-39.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2021. 136 p. 1ª edição 1988 (Hucitec).

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013. 134 p. 1ª edição 1978 (Hucitec).

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2021. 96 p. 1ª edição 1982 (Hucitec).

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2021. 285 p. 1ª edição 1978 (Hucitec/Edusp).

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no século xxi**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021. 489 p. 1ª edição 2001 (Record).

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015. [Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas]. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, 29 abr. 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>. Acesso em: 02 ago. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 56.635, de 01 de janeiro de 2011. [Dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que especifica, define a organização básica da Administração Direta e suas entidades vinculadas e dá providências correlatas]. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, 01 jan. 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-56635-01.01.2011.html>. Acesso em: 02 ago. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 56.638, de 01 de janeiro de 2011. [Organiza a Secretaria de Turismo e dá providências correlatas]. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, 01 jan. 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-56638-01.01.2011.html>. Acesso em: 02 ago. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1989.. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, 05 out. 1989. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 16.566, de 01 de novembro de 2017. Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, 01 nov. 2017. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2017/lei-16566-01.11.2017.html>. Acesso em: 30 abr. 2025.

São Paulo (Estado). Lei nº 17.332/2021, 05 de março de 2021. [Institui a Ciclorrota Costa Oeste no Estado e dá outras providências]. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 05 mar. 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2021/lei-17332-05.03.2021.html>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SILVA, Daiane Alencar; MORETTI, Edvaldo Cesar. O território em movimento no assentamento rural Sul Bonito em Itaquiraí/MS: a prática turística na praia da amizade. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 177-200, 6 set. 2011. ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v5i2.417>. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/417>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SILVA, Diogo Menezes Correia, LIMA, Lívia Morais Garcia. Turismo Social: reflexões e práticas de jovens de baixa renda do município de Rosana/SP. In: Fórum Internacional do Turismo de Iguassu, 19, 2025, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos [...] Rosana**. 2019. Disponível em: <https://www.sisapeventos.com.br/staff/app/files/submissions/67/4279-16254-81.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2026.

SOARES, Thiago Pedro, *et. al.* Pesquisa de demanda e turismo: uma análise para o planejamento do turismo de pesca em Rosana-SP. In: Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 12, 2018, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos [...]** Foz do Iguaçu. 2018. Disponível em: <https://festival.deangelieventos.com/forum-turismo/anais/2018/desenvolvimento-local-regional/pesquisa-de-demanda-e-turismo-uma-analise-para-o-planejamento-do-turismo-de-pesca-em-rosana-sp.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2026.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastri (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. Cap. 1. p. 17-22. 1ª edição 1997 (Hucitec).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

THOMAZ, Rosângela Custódio Cortez. **A necessidade da gestão de dados para o planejamento e a diversificação da oferta turística do MIT de Rosana/SP**. 2023. 215 f. Tese (Livre-Docência) - Curso de Turismo, Departamento de Turismo e Desenvolvimento do Território, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana, 2023.

THOMAZ, Rosângela Custódio Cortez; CAMARGO, Berta Lucia Nascimento. Análise da Lei 1261/2015 enquanto estratégia de desenvolvimento e fortalecimento da atividade turística no estado de São Paulo. **Ateliê do Turismo**, Campo Grande, v. 4, n. 2, p. 182-199, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/12101>. Acesso em: 01 ago. 2025.

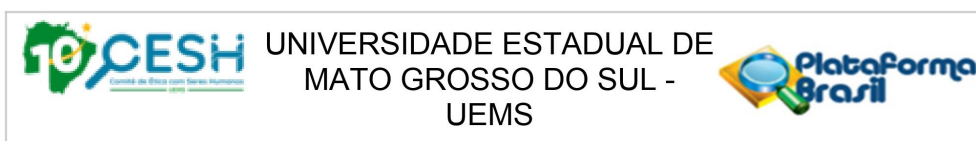
VIANNA, Mônica Peixoto. **Núcleos residenciais da CESP: o processo de desmonte**. 2006. 356 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-23112006-155209/publico/dissertacao_final_MonicaVianna.pdf. Acesso em: 07 fev. 2026.

WTTC. World Travel & Tourism Council. Travel & Tourism Economic Impact 2019. March 2019. Disponível em: <https://www.wttc.org>. Acesso em: 31 jan. 2026.

YÁZIGI, Eduardo. Sobre o confinamento territorial do turismo: uma discussão sobre a liberdade. **Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 13, p. 37-47, 02 nov. 1999. Disponível em: https://revistas.usp.br/rdg/pt_BR/article/view/53807. Acesso em: 31 jan. 2026.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo - uma esperança condicional**. São Paulo: Plêiade, 1998. 149 p.

ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Espaço, Política Pública, Turismo e o Município de Interesse Turístico (MIT) de Rosana/SP

Pesquisador: PABLO JOSE HENRIQUE AIO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 93153525.8.0000.8030

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.991.810

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UEMS, Unidade de Campo Grande e que visa analisar o turismo no município de Rosana/SP a partir da sua classificação como Município de Interesse Turístico (MIT). Trata-se de uma política pública que busca refinar o olhar para determinados municípios do Estado de São Paulo com potencial diferenciado para o desenvolvimento do turismo.

Objetivo da Pesquisa:

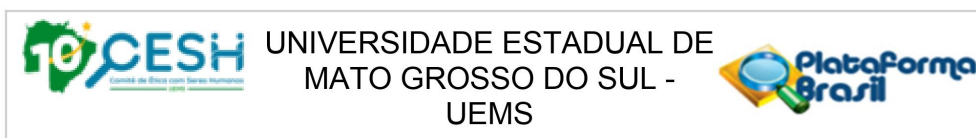
Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UEMS, Unidade de Campo Grande e tem como objetivo analisar a apropriação-organização-produção do espaço pelo turismo no município de Rosana, desde sua classificação como Município de Interesse Turístico do estado de São Paulo, tendo como delimitação temporal os anos de 2017-2024. Tomando como ponto de partida os elementos relacionados com a demanda turística, políticas públicas, planejamento turístico e bens e serviços, compreendidos por uma dinâmica de interdependência e interação recíproca.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Durante a realização da entrevista, alguns temas abordados podem eventualmente despertar

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.991.810

lembranças ou emoções relacionadas a experiências pessoais sensíveis, ainda que o foco principal da pesquisa seja o turismo no município de Rosana/SP. Nesses casos, o(a) participante poderá solicitar a interrupção da entrevista a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer tipo de prejuízo ou consequência negativa à sua participação na pesquisa.

Benefícios:

Contribuir para o fomento e melhoria de políticas públicas para o turismo no município de Rosana.

Contribuir para a gestão pública municipal de turismo e com os estudos futuros sobre a prática turística no município de Rosana/SP.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa articula trabalho de campo com pesquisa bibliográfica com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas para o turismo no município de Rosana.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou todos os documentos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências apontadas no parecer anterior foram atendidas

Considerações Finais a critério do CEP:

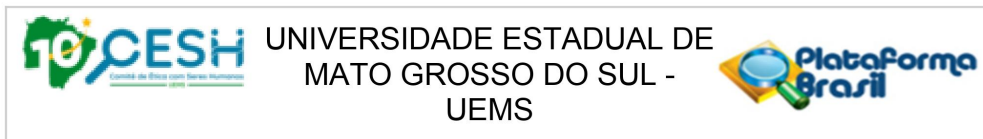
Diante do exposto, o CESH/UEMS, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do(a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer anterior.

Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

* O pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso ou alteração feita na pesquisa, imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;

** O pesquisador deve apresentar relatório final ao Sistema CEP/CONEP, via notificação na Plataforma Brasil.

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uemms.br



Continuação do Parecer: 7.991.810

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2679474.pdf	13/11/2025 17:19:02		Aceito
Outros	Cronograma_Pesquisa_Demanda.pdf	13/11/2025 17:16:27	PABLO JOSE HENRIQUE AIO	Aceito
Outros	Criterio_Inclusao_Exclusao.pdf	13/11/2025 17:15:44	PABLO JOSE HENRIQUE AIO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	13/11/2025 17:13:16	PABLO JOSE HENRIQUE AIO	Aceito
Outros	demandaturistica.pdf	23/10/2025 16:02:15	PABLO JOSE HENRIQUE AIO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaoinstitucional.pdf	23/10/2025 15:58:21	PABLO JOSE HENRIQUE AIO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Pablo_Aio.pdf	22/10/2025 15:16:21	PABLO JOSE HENRIQUE AIO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TC.pdf	22/10/2025 15:15:26	PABLO JOSE HENRIQUE AIO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 20 de Novembro de 2025

Assinado por:
ROSELI PEIXOTO GRUBERT
(Coordenador(a))

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br